

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE HUMANIDADES
CURSO DE MESTRADO EM SOCIOLOGIA

MUDANÇAS SOCIAIS NA AGRICULTURA E SUAS IMPLI
CAÇÕES PARA O SINDICALISMO RURAL (UM ESTUDO
DAS TRANSFORMAÇÕES EM SAPÉ - 1950 - 1980).

Ivone Vital Torres Barbosa

CAMPINA GRANDE - PARAÍBA 1985

IVONE VITAL TORRES BARBOSA

MUDANÇAS SOCIAIS NA AGRICULTURA E SUAS IMPLI
CAÇÕES PARA O SINDICALISMO RURAL (UM ESTUDO
DAS TRANSFORMAÇÕES EM SAPÉ - 1950 - 1980).

Dissertação Apresentada ao Mes
trado de Sociologia e Antropo
logia do Centro de Humanidades
da Universidade Federal da Pa
raíba - Campus de Campina Gran
de.

DIGITALIZAÇÃO:

SISTEMOTECA - UFCG

CHARLES MICHEL J. M. BEYLIER

Orientador

REGINA CELIA REYS NOVAES

Co-Orientadora

CAMPINA GRANDE - JANEIRO DE 1985

MUDANÇAS SOCIAIS NA AGRICULTURA E SUAS IMPLI
CAÇÕES PARA O SINDICALISMO RURAL (UM ESTUDO
DAS TRANSFORMAÇÕES EM SAPÉ - 1950 - 1980).

IVONE VITAL TORRES BARBOSA

DISSERTAÇÃO APROVADA EM ___ / ___ / ___

CHARLES MICHEL BEYLIER
Orientador

REGINA CÉLIA REYES NOVAES
Co-Orientadora

PAOLA CAPPELINNI GIULIANI
Componente da Banca

GISÉLIA BRANCO POTENGY
Componente da Banca

CAMPINA GRANDE - JANEIRO - 1985

À Fernando, Felipe, Cecília
e Rafael, dedico este tra-
balho, pelos momentos em
que não pude dar o carinho
e a atenção que mereciam.

AGRADECIMENTOS

O longo caminho que se percorre para chegar à conclusão da dissertação, aliado às regras e exigências do trabalho acadêmico, seriam infrutíferos se não resultasse em um produto final que nos pu^sse novas indagações, enfim novas questões.

Não sendo apenas caminhos de ida e volta entre a teoria e a realidade, a conclusão de um trabalho produz mudanças na postura de quem investiga. Primeiro porque o que se apreende na teoria, revela-se novo no real, porque constantemente transformado. Ao concluir este trabalho, dei-me conta de que as idéias aqui expostas já começavam a envelhecer, porque o real é bem mais dinâmico do que o processo de tentar desvendá-lo.

Esta apreensão devo às contínuas reflexões com os professores, e colegas de curso. E apesar do real ser sempre novo fica aquilo que se costuma denominar tendências. Com elas e através delas é possível vislumbrar a direção da história. A riqueza desse caminho descobri com as frutíferas discussões com o Professor Charles Michel M. J. Beylier, orientador da dissertação. A necessidade de precisar metodologicamente o objeto da pesquisa e a coerência interna do trabalho, devo às contínuas discussões que mantivemos. As limitações na consecução dos objetivos a que me propus, debi-o sob minha responsabilidade.

A Regina Célia Novaes co-orientadora no final da dissertação, devo muito das mediações entre o real objetivo e as condições subjetivas concretas que na pesquisa de campo foi detectada. Regina ajudou-me a valorizar os dados de campo, não

fossem minhas limitações em trabalhá-las suficientemente.

Agradeço a Cristina Marin pelas sugestivas contri
buições ao roteiro de entrevistas, quando retornei ao campo. Paola Capellini Giuliani e Giselia Franco Potengy enriqueceram o trabalho quando das discussões prévias - a pré-banca - sobre o material disponível.

A todos os colegas do mestrado agradeço as discus
sões que me ajudaram a compreender a dimensão da totalidade. Particularmente a Angela Metri Tejo, que participou comigo, do tra
balho de Assessoria Sindical em Sapé durante 2 anos e Maria Lúcia Gonçalves de Carvalho com quem retornei a área para a pesquisa de campo. Com Dalcy da Silva Cruz, Clemilda Maria de Oliveira Sousa, Bernadete W. Aued e Severino José de Lima, mantive discus
sões sugestivas.

Finalmente agradeço aos trabalhadores rurais, e lideranças Sindicais da Região de Sapé, principais atores desta empresa cujas lutas passadas e presentes são um testemunho vivo de seu papel e de sua condição, como produto e agente da socieda
de. Com eles apreendi as relações recíprocas entre o real obje
tivo e a ação do homem enquanto agente transformador da Socieda
de. Apreendi também a superar a postura de quem apenas investi
ga, para mergulhar no cotidiano dos conflitos e contradições so
ciais.

A reprodução deste trabalho contou com o apoio fi
nanceiro da Fundação de Apoio à Pesquisa - FUNAPE e da Pró-Reito
ria de Pós-Graduação, da UFPb.

SUMÁRIO

	pags.
INTRODUÇÃO	
I. <u>CAPÍTULO</u>	
A Produção Canavieira: Desenvolvimento e Crises	9
1. Mudanças Recentes na Agro Indústria Canavieira	15
2. A Região em Estudo: Caracterização da Área	26
2.1 - Transformações na Estrutura Fundiária e na Estrutura Produtiva	30
2.2 - A Modernização da Cultura do Abacaxi	41
2.3 - Impacto do PROALCOOL na Região de Sapé	48
II. <u>CAPÍTULO</u>	
O processo de Proletarização dos Trabalhadores Rurais	58
1. Mudanças na Organização do Trabalho	66
2. Constituição do Mercado de Trabalho	78
* III. <u>CAPÍTULO</u>	
Mudanças Sociais no Campo e Formas de Organiza ção dos Trabalhadores Rurais	89
1. Processo de Organização dos Trabalhadores Ru rais	90
1.1 - Antecedentes Históricos	90
1.2 - O Chamado Movimento Camponês	93
1.3 - A Passagem de Ligas Camponesas a Sindi catos Rurais	98

	pag.
2. Paraíba: Experiências de Organização dos Trabalhadores Rurais	102
3. Os Serviços Sociais: Uma Estratégias do Estado	113
IV. <u>CAPÍTULO</u>	
A Retomada das Lutas Sindicais	123
1. Trabalhadores Assalariados: Primeiras Ex- periências de Organização	130
2. Mobilização e Organização dos Trabalho- res Canavieiros da Paraíba	140
3. O Dissidio Coletivo: Primeira Greve dos Ca- navieiros da Paraíba	149
<u>CONCLUSÃO</u>	153
<u>BIBLIOGRAFIA E FONTES CONSULTADAS</u>	
a) Livros e Artigos	159
b) Relatórios	166
c) Entrevistas	
d) Arquivos	
Anexos	167

SEÇÃO DE REFERÊNCIA

ÍNDICE DE TABELAS

		pgs.
TABELA I	- Projetos de Destilarias Aprovados pelo PROÁLCOOL Paraíba	23
TABELA II	- Evolução da Área Colhida de Cana de Açúcar por Estados: 1974/1980 (1.000ha)	24
TABELA III	- Área, Densidade Demografica e População no Município de Sapé - Pb.	26
TABELA IV	- Distribuição da População Urbana e Rural - 1950/1980 - Município de Sapé -Pb.	28
TABELA V	- Distribuição dos Estabelecimentos por grupos de Área - 1950/1980 - Município de Sapé - Pb.	31
TABELA VI	- Evolução das Áreas de Lavouras - 1950/1980 Município de Sapé - Pb.	33
TABELA VII	- Evolução das Principais Culturas entre 1950/1980 Município de Sapé - Pb.	34
TABELA VIII	- Crescimento das Áreas de Pastagens 1950/1980 - Município de Sapé - Pb.	35
TABELA IX	- Condição do Produtor por Estabelecimento e Área 1970 - 1975 - 1980 - Município de Sa <p>pé Pb (nº absolutos)</p>	39
TABELA X	- Distribuição Percentual segundo a Condição do Produtor por Estabelecimento e Área 1970 - 1975. Município de Sapé - Pb.	39
TABELA XI	- Quantidades Exportadas de Abacaxi. Paraíba Brasil 1975 - 1979 - Toneladas	43

TABELA XII	- Quantidade produzida e valor da Produção de Abacaxi nos Principais Municípios da Paraíba, 1980.	44
TABELA XIII	- Produção de Abacaxi 1973/1980, Município de Sapé - Pb.	45
TABELA XIV	- Produção de Cana de Açúcar no Período 1973/1980 Município de Sapé - Pb.	49
TABELA XV	- Evolução da Produção do Açúcar e do Alcool na Paraíba, Usinas e Destilarias, 1974/75 - 1982/83.	50
TABELA XVI	- Número de Máquinas e Instrumentos Agrícolas no Município de Sapé. Pb. 1950/1980.	52
TABELA XVII	- Quantidade produzida e valor da produção de Cana de Açúcar nos Principais Municípios da Paraíba, 1980.	53
TABELA XVIII	- Composição da mão-de-obra Ocupada. 1950/1980 - Município de Sapé. Pb.	81
TABELA XIX	- População em Idade Economicamente Ativa e Pessoal Ocupado nos Estabelecimentos Agropecuários 1950/1980 - Município de Sapé - Pb.	82

INTRODUÇÃO

Este trabalho é uma tentativa de análise sobre as mudanças sociais ocorridas na agricultura, tomando por base as alterações na estrutura produtiva e nas relações de produção que resultaram no processo de proletarização da mão-de-obra agrícola, para entender seus reflexos sobre a organização dos trabalhadores em Sindicatos.

O objetivo específico do estudo é a análise do processo de mudanças do Município de Sapé, localizado na região do Agro Pastoril do Baixo Paraíba, onde as transformações na agricultura produziram alterações qualitativas na composição da mão-de-obra, com repercussões sobre o conteúdo das reivindicações dos trabalhadores rurais.

Partindo das alterações ocorridas na produção canavieira e das sucessivas crises que o setor enfrentou, procuramos enfatizar como a grande produção canavieira foi determinante na região, no processo de especialização da grande produção e na transformação das relações de trabalho vigentes, para compreender as determinações dos conflitos sociais ocorridos.

A preocupação em entender a direção das mudanças introduzidas com a expansão da produção capitalista, é ao nosso modo de ver, fundamental, para estabelecer relações com as formas de organização dos trabalhadores e as reivindicações predominantes em cada período considerado.

Sapé foi centro de importantes lutas ocorridas na Paraíba, nos anos 60, evidenciando as contradições do desenvolvi

mento da produção capitalista e a intensificação de um processo que veio a se clarificar nos anos 70, com a retomada do crescimento da produção canavieira, expresso num processo acentuado de proletarização dos trabalhadores, que haviam lutado de modo tão acirrado contra a sua transformação em assalariado das pontas de rua da região.

Revelou-se também nos anos, 80, com a retomada das lutas sindicais, importante polo de mobilização e luta contra as formas de exploração do trabalho assalariado, na luta pela regulamentação do trabalho.

A relevância das mudanças na região e a capacidade de aglutinar um contingente de trabalhadores transformados em assalariados, colocou para este trabalho a necessidade de detectar os mecanismos que permeiam tais mudanças assim como as respostas do movimento sindical em conjunturas específicas.

Tomando como referência o quadro das transformações produzidas pela expansão da produção capitalista na região, procuramos relacionar os diferentes momentos em que os trabalhadores através de suas expressões organizacionais-Ligas Camponesas e Sindicatos Rurais - assumiram as lutas pela sua autonomia enquanto classe e enfrentaram os proprietários da região. Assumindo perspectivas diferenciadas, segundo a conjuntura e as forças sociais envolvidas sob a forma de partidos políticos ou instituições comprometidas com sua luta, a organização dos trabalhadores expressou em cada contexto histórico específico o núcleo das contradições concretas.

O eixo da análise, foi relacionar as demandas de

cada período com o estágio de desenvolvimento da agricultura e com a expressão organizacional correspondente. Com isso buscamos afirmar que em cada conjuntura, onde se expressam as condições concretas da base material, a classe trabalhadora no campo lançou mão das formas possíveis de luta. E, embora houvesse limites à sua organização, assumiu a radicalidade que o momento político exigia.

A possibilidade de mobilização em torno da regulamentação do trabalho, através de uma greve em todo o Estado, em 1984, veio expressar uma nova conjuntura, social e política, quando a constituição da mão de obra assalariada exigia uma proposta de lutas coletivas.

O trabalho foi estruturado partindo da caracterização do setor açucareiro onde, no 1º capítulo, enfatizamos as mudanças ocorridas e as subseqüentes crises que o setor enfrentou, solucionadas com a contínua intervenção do Estado, para garantir sua sustentação. Dando ênfase à região de Sapé, identificamos o processo de especialização da região e os elementos determinantes das mudanças nas relações de trabalho e no processo de substituição da pequena pela grande produção.

No 2º capítulo, procuramos analisar o processo de proletarianização dos trabalhadores. As mudanças na organização do trabalho constituem o cerne da questão, a partir da qual foi possível a constituição de um contingente de assalariados rurais, que se incorporam ao mercado de trabalho sob diferentes condições. A constituição do exército de reserva se expressa através dos diferentes mecanismos de absorção da mão-de-obra, acionados pela acentuação da sazonalidade do trabalho.

A disponibilidade da mão-de-obra, produzida pela permanente temporariedade do trabalho, conduz a ritmos distintos do seu emprego e à formação do contingente de trabalhadores que frequentemente se lança no mercado à procura de trabalho.

Para apreender como os trabalhadores rurais assumiram a defesa de seus interesses e lutaram contra as diferentes formas de exploração, tratamos no 3º capítulo de recuperar historicamente as manifestações de organização dos trabalhadores e o conteúdo das reivindicações em conjunturas históricas distintas.

No 4º capítulo, enfatizamos a retomada das lutas no campo, nos anos 80, a mobilização dos trabalhadores canavieiros e a importância da primeira experiência de greve na região.

Concluimos destacando que a questão sindical tem uma estreita relação com o grau e a forma de desenvolvimento da produção capitalista na agricultura, refletindo as condições concretas da produção e a natureza das contradições correspondentes a seu desenvolvimento. Como não se trata de uma questão apenas de caráter objetivo, o avanço das lutas sindicais depende, por outro lado, das condições de mobilização e da direção política que assume o movimento.

COMO SE ORIGINOU E SE DESENVOLVEU O OBJETO DA PESQUISA

A partir de 1981, a participação no Grupo de Pesquisa e Assessoria Sindical da UFPB, abriu perspectivas mais amplas para uma reflexão que vinha se esboçando sobre as mudanças recentes na agricultura. Às indagações que levantávamos a respeito de como se dava o processo na Paraíba, somavam-se os deba

tes internos sobre a participação dos trabalhadores em sindicato e o comportamento do movimento sindical em relação às bases.

A experiência desenvolvida pelo Grupo de Assessoria Sindical em 4 sindicatos rurais da zona do Brejo Paraibano, com a participação de bolsistas, filhos de agricultores, resultou em um levantamento sobre a composição dos associados nos respectivos sindicatos, e sobre as condições de vida e de trabalho dos trabalhadores da região.

Posteriormente, o trabalho ampliou-se para outros sindicatos rurais, a partir de um convênio entre o Grupo de Asssessoria da UFPB e a FETAG-PB, objetivando o estudo sobre a realidade de cada sindicato.

A participação no levantamento sobre as bases do sindicato de Sapê, permitiu-nos uma reflexão coletiva sobre as mudanças na região, a composição da mão-de-obra agrícola e a relação sindicatos/bases.

No decorrer da pesquisa, a direção do Sindicato de Sapê propôs à equipe responsável, aliar ao levantamento das condições de vida e de trabalho dos trabalhadores da região, a realização de uma assessoria ao trabalho sindical com as bases.

A importância da combinação pesquisa/assessoria, residiu no fato de que a nossa presença na área eliminou a postura de investigadores que apenas coletam dados. Os debates com os trabalhadores e com a direção do Sindicato, passaram a constituir ocasião de questionamentos sobre as demandas e as formas de mobilização, identificando-se os limites à ação sindical. Esperavamos com isso, encontrar indicações sobre os caminhos que o mo

vimento sindical busca utilizar para se colocar como agente no processo de mudanças da linha de atuação sindical.

Contudo, a experiência desenvolvida, não eliminava a possibilidade dos trabalhadores nos identificar com a diretoria do Sindicato, por estarmos desenvolvendo um trabalho solicitado por ela o que resultaria em atitudes de reserva, até quando nos limitamos a discutir com os trabalhadores na Sede do Sindicato. A saída para os locais de trabalho, arruados e povoados do município de Sapê, favoreceu a apreensão da dinâmica do processo de mudanças na região, e as expectativas e opiniões dos trabalhadores em relação ao Sindicato. O questionamento sobre as formas de resolução dos conflitos, o encaminhamento dado pelo Sindicato, as questões ligadas à competição entre trabalhadores fichados e clandestinos bem como a opinião dos assalariados sobre o órgão de classe, permitiu, em parte, que a identificação nossa com o Sindicato fosse neutralizada, revelando-se uma posição crítica em relação à política Sindical.

A permanência na área, durante dois anos, participando das discussões sobre as reivindicações dos trabalhadores e sobre a legislação para o trabalho assalariado, além dos encontros nas delegacias sindicais, semanas sindicais etc., resultou em uma apreensão dos limites e das perspectivas de mobilização dos trabalhadores rurais da região.

O envolvimento dos trabalhadores no próprio levantamento proposto pelo sindicato, acabou por transformá-lo num produto coletivo, identificando-se formas de organização e de conquistas dos direitos dos trabalhadores.

Inicialmente, foi utilizado um questionário para identificação das condições de vida e de trabalho na produção canavieira e do abacaxi. O questionário serviu apenas como roteiro, vindo a ser incorporado pelos trabalhadores que passaram a discutir as mesmas questões nas delegacias sindicais.

O retorno à área após um ano do trabalho desenvolvido, teve o objetivo de verificar a apreensão dos trabalhadores sobre as mudanças em curso e avaliar a relação sindicato bases, segundo a percepção dos trabalhadores e dos dirigentes sindicais. Utilizamos entrevistas abertas com a participação de grupos de trabalhadores.

Desse modo, nasceu a possibilidade de sistematizar as reflexões desenvolvidas junto com o grupo de Assessoria Sindical, com o Sindicato e com os próprios trabalhadores.

Cabe ressaltar, também, a contribuição das reflexões desenvolvidas com a equipe de pesquisa do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Política Científica e Tecnológica (NESPPQ). A participação na pesquisa sobre Frentes Modernizantes na Agricultura Paraibana, financiada pelo CNPq permitiu ampliar as discussões sobre os limites às mudanças na agricultura e a dinâmica do processo de proletarianização em diferentes regiões do Estado.

A constatação de um processo de proletarianização diferenciado, entre zonas úmidas e secas, evidenciou um comportamento desigual em relação ao desenvolvimento e expansão da produção capitalista no campo, que resulta em demandas diferenciadas do ponto de vista das reivindicações dos trabalhadores rurais. Ou seja, a forma de organização do trabalho na zona canaa

vieira e do abacaxi, revela-se relativamente mais homogênea que nas zonas secas, abrindo espaço a uma política Sindical que busque dar conta do conjunto das lutas salariais das regiões mais desenvolvidas, no sentido da unificação das lutas.

CAPÍTULO I

A PRODUÇÃO CANAVIEIRA: DESENVOLVIMENTO E CRISES

A vulnerabilidade da produção açucareira nordestina que se acentua em períodos de crise no mercado internacional, atravessa séculos, experimentando condições históricas distintas, sendo marcada por períodos críticos e subseqüentes rearranjados e adequações a novas exigências impostas ao processo produtivo, em cujas bases a intervenção do Estado para que o setor se sustente é fundamental.

Fundada em um padrão de crescimento puramente extensivo (dada a disponibilidade de terras para seu cultivo e a disponibilidade de mão-de-obra escrava) os primeiros acontecimentos importantes que vieram determinar transformações nas bases da produção canavieira, foram a transformação dos engenhos bangüês em engenhos centrais e a abolição do trabalho escravo.

Segundo Wanderley (1978 - 30-35) na primeira metade do século passado, a economia açucareira desenvolveu um esforço de "modernização" do processo produtivo, embora limitado a uma minoria de senhores de engenho. Estas inovações visavam solucionar a perda de sacarose da cana de açúcar e a percentagem elevada de açúcar de má qualidade. Contudo, tais melhoramentos no processo de fabricação do açúcar não colocavam em questão o

caráter extensivo da produção nem as relações de produção existentes. Estes fatores constituíam de certa maneira, os limites às transformações tecnológicas na produção açucareira.

Na produção da agroindústria açucareira, o progresso técnico penetrou na fabricação do açúcar, ou seja, na parte industrial, enquanto a parte agrícola permaneceu sem alterações significativas no processo de trabalho.

Os engenhos centrais, como primeira tentativa de substituir os processos primitivos de fabricação do açúcar, tornaram-se o imperativo da necessidade de industrialização, vindo a introduzir a divisão do trabalho na agroindústria do açúcar. As garantias concedidas, através da política estatal protecionista, eram no sentido de incentivar a aplicação de capital na produção açucareira. Duas exigências eram feitas pelo Estado: "a) as companhias concessionárias eram obrigadas a reservar 10% do capital garantido, em um fundo especial destinado a empréstimo aos plantadores e fornecedores de cana para auxílio dos gastos de produção; b) não poderia haver trabalho escravo" (Guimarães: 1978 - 63).

A passagem dos engenhos bangüês, à construção dos engenhos centrais foi dada através de medidas, no sentido de estimular a adoção de processos mais modernos de fabricação, lançando mão de uma série de incentivos aos investidores na produção açucareira desde a facilidade na aquisição de equipamentos, à construção de rodovias férreas. Se, por um lado, o Estado procurava proteger os produtores de cana através de medidas específicas, criava para os senhores de engenho que também eram plan

tadores de cana, separação entre a atividade agrícola e a industrial,

..."o que, em última instância, significaria a perda do monopólio do conjunto da atividade produtiva, fundamento histórico de sua dominação" (Wanderley: 1978 - 42).

Os engenhos centrais, como solução parcial, não resolviam a questão da industrialização da produção.^{1/}

O fracasso dos engenhos centrais não impediu, contudo, que a parte fabril incorporasse modificações ao processo produtivo. Novos maquinismos, tais como: caldeiras, evaporadoras e turbinas - introduzidas a partir de 1870 e as concessões facultadas pela lei dos engenhos centrais - permitiram transformações a um ritmo mais acelerado.

A experiência de separar a parte agrícola da parte industrial, foi solucionada com a implantação da usina que passou a direcionar o processo de concentração e centralização da atividade produtiva em sua totalidade, sob a forma de complexo agroindustrial.

Os proprietários de usinas lançaram mão de todos os recursos possíveis para pressionar a aquisição das propriedades dos senhores de engenho, destruindo as antigas fábricas e,

^{1/} Wanderley analisa as implicações da passagem dos banguês às usinas, ao nível das relações entre plantadores de cana e senhores de engenho que viriam a manter o controle sobre a industrialização da produção açucareira no Nordeste. op. cit. pág. 41 a 45.

incorporando suas terras às próprias plantações da usina.

A transição dos engenhos centrais para as usinas, constituiu importante fase de concentração da produção agrícola em grandes unidades produtivas, no sentido de incorporar a grande lavoura canavieira, sob a forma de complexo agroindustrial integrado. No entanto, permaneceu um crescimento extensivo, tendo em vista o fato de que as inovações tecnológicas que a usina incorporou já haverem sido dadas pelo bangüê, e, muito embora tivesse ocorrido a passagem do trabalho escravo para o "trabalho livre", a baixa composição orgânica de capital constituía sério obstáculo à acumulação do capital.

Junto à usina, produziu-se a categoria de fornecedor de cana. Estes mantinham a propriedade da terra, permanecendo vinculados à produção agrícola, mas, em virtude da incapacidade de acompanhar as exigências que se impunham ao processo de fabricação do açúcar, perderam seu controle que ficou sob o comando da usina. Até 1930, os fornecedores não tinham garantias de que a cana produzida seria fornecida para a moagem nas usinas. Em conseqüência dos atritos gerados em torno das quotas de cana, da fiscalização da pesagem do produto e do financiamento das safras, os fornecedores sobreviveram e, constituem ainda hoje, grande percentagem dos produtores que fornecem cana às usinas no Nordeste. (Andrade, 1982).

Além dos fornecedores que utilizam terras próprias, produziu-se a categoria de lavradores ou fornecedores rendeiros (como denomina Andrade) que são vinculados às usinas, proprietárias das terras que lavram, fornecendo a cana que cultivam e,

pagando uma renda anual de 10 a 15%, além de assumirem os riscos da produção de cana de açúcar.

A incorporação paulatina da força de trabalho dos moradores e a utilização de contratos de arrendamento a agricultores não proprietários, foi a saída dos proprietários, para a crise da mão-de-obra enfrentada com a eliminação do trabalho escravo. Os proprietários passaram a conceder terra aos moradores em troca de dias de trabalho gratuito na cultura canavieira. Desse modo, a concessão de terra aos moradores constituiu o mecanismo utilizado para fixar a mão-de-obra necessária aos senhores de engenhos, na produção canavieira.

Segundo Wanderley (1978 - 55) a partir da década de 20 a produção nacional das usinas não cessou de aumentar, e, esta expansão generalizada, realizou-se num momento de retração das exportações nacionais, provocando acirrada concorrência entre os Estados produtores, pela participação no mercado interno. Com a queda dos preços e a superprodução mundial de açúcar, a intervenção estatal tornou-se necessária. Esta intervenção se corporificou na criação do Instituto do Açúcar e do Alcool (IAA) com o objetivo de garantir a divisão do mercado nacional do açúcar entre os diversos Estados produtores. A política do IAA teve, então, a dupla função de: "por um lado assegurar a sobrevivência da produção regional (no caso do Nordeste) através de medidas de caráter protecionista. Mas, por outro lado, reduzindo-a a uma posição secundária no conjunto da economia açucareira nacional, porquanto não impediu - mas reforçou - o controle progressivo pelos Estados sulistas - particularmente São Paulo - do mercado interno". (Wanderley: 1978 - 58).

A intervenção que a princípio se limitaria à esfera da comercialização, atingiu a atividade produtiva. Embora os industriais reagissem à intervenção na esfera produtiva, o IAA conseguiu impor o princípio da limitação e estabeleceu critérios de fixação de quotas de produção. A parte agrícola permaneceu expandindo-se, principalmente, através da incorporação de novas áreas à cultura canavieira no Nordeste, enquanto o Centro-Sul, desenvolveu um processo de modernização de seu parque industrial.

No período entre 1939/1945, a produção canavieira ampliou-se no Nordeste. O uso do caminhão e o melhoramento de rodovias, permitiu que a ampliação de áreas cultivadas se estendesse a regiões mais distantes. (Andrade: 1980 - 98). Nos períodos favoráveis à produção canavieira, o IAA que já exercia controle efetivo sobre a comercialização e a produção, permitia a fundação de novas usinas, mesmo em locais topograficamente pouco favoráveis.

A política de proteção do IAA à produção açucareira nordestina, manteve-se, através da manutenção de quotas de produção, que chegou a incluir até uma parcela do mercado do Centro-Sul. (Como enfatiza Sales - 1982: 21).

"Tal política protecionista conseguia sua base de sustentação pelo controle que a burguesia açucareira do Nordeste manteve sobre o Instituto, desde sua fundação".

A passagem de uma economia agrário-exportadora para o predomínio do setor urbano-industrial, sobretudo em São Pau

lo, fez com que este Estado passasse a deter, paulatinamente, a hegemonia do processo, com a concentração industrial ocorrida ali. Paralelamente, neste Estado, com a substituição da cultura do café por outros produtos, a cana de açúcar passou a crescer a ritmo acelerado, acima, inclusive, das quotas estabelecidas para a região, num momento em que as relações de produção no campo já sofrera modificações significativas na região Sul, no período cafeeiro.

A produtividade do setor açucareiro, sobretudo na parte agrícola da produção paulista, já era superior à produção nordestina, acentuando as diferenças regionais, em vista dos fatores acima mencionados. A manutenção das relações de produção no Nordeste foi fator relevante na diferenciação entre as duas regiões produtoras de açúcar, associada às medidas estatais protecionistas que só viriam a reforçar os mecanismos de atraso da produção nordestina. Sales (1982 - 23) sintetiza seu significado, quando afirma que:

"os mecanismos de cativo da força de trabalho, sucessivamente reiterados na agricultura canavieira do Nordeste, após a abolição da escravatura, como foi o caso da relação de trabalho do morador de condição, foram sem dúvida importantes para explicar esse diferencial de produtividade entre as duas regiões".

1.1 - MUDANÇAS RECENTES NA AGROINDÚSTRIA CANAVIEIRA

O padrão de desenvolvimento agrícola, da produção canavieira, persistiu até os anos 60, em termos de crescimento

extensivo, sem alterar a estrutura produtiva, embora ensaiando mudanças nas relações de produção. A manutenção de formas tradicionais de relações de trabalho aliada à disponibilidade de terras, permitiu que durante muito tempo não ocorressem alterações significativas nos níveis de produtividade. Somente a partir do momento em que mudou a política econômica para o setor açucareiro, corporificada em medidas efetivas de racionalização do setor, é que se alteraram as regras do jogo. Enquanto o Estatuto da Lavoura Canavieira (Dec. Lei 3855/1941) vinculava o preço da cana ao preço do álcool e do açúcar e, ao rendimento industrial das usinas, a Lei 4870/1965, determinou que se levasse em conta os custos de produção, bem como a pureza da cana e o teor de sacarose. "Esse dispositivo legal resultaria na prática num fator de estímulo à melhoria da qualidade da cana, contribuindo para aumentar a produtividade agrícola que sempre fora um dos pontos críticos da produção açucareira do País e especialmente no Nordeste". (Sales 1982 - 26). O Estado de Alagoas foi escolhido para a nova forma de calcular o valor da tonelada de cana, com base no teor de sacarose e pureza, por ser nesse Estado onde se concentraram os estímulos da nova fase de racionalização da produção açucareira. O Programa de Racionalização da Agroindústria Açucareira, objetivou atingir uma modernização tecnológica da agroindústria da cana e incentivar a capitalização da agricultura.

O que interessa reter é que a constituição do complexo agroindustrial integrado, com a implantação das usinas, se fez com a intervenção direta do Estado, através de subsídios à industrialização, num esforço de desenvolvimento da estrutura pro

dutiva e das relações de produção na atividade canavieira. Mais que isso, a intervenção do Estado no setor açucareiro, que se expressa, inicialmente, através do Instituto do Açúcar e do Alcool) assumiu, posteriormente, nova dimensão, através de medidas voltadas para a tecnificação e modernização da produção canavieira, quanto aos elementos significativos para o processo de capitalização da agricultura do Nordeste.

Sales (1982: 20) estabelece uma divisão em dois períodos sobre a intervenção do Estado no Setor açucareiro. Um período que vai da criação do Instituto do Açúcar e do Alcool (IAA) até inícios dos anos 70 e, o segundo que vai da promulgação do Decreto Lei nº 1.186 de 27.08.71, aos dias atuais,

"... quando se estabelece a paridade de preços do açúcar para as duas regiões açucareiras - Norte-Nordeste e Centro-Sul, marcando, assim, o final da política (até então administrada pelo IAA) de protecionismo à agroindústria açucareira nordestina".

A principal expressão da política econômica nos anos 70, para o setor açucareiro, veio a ser a racionalização e centralização da produção da cana de açúcar, viabilizada através de vários decretos que implementavam medidas voltadas para o estímulo à melhoria da qualidade da cana. O Programa de Racionalização da Agroindústria Canavieira, objetivou alcançar modernização tecnológica da cana de açúcar, que se tornou viável através dos recursos provenientes do Fundo Especial de Exportação.^{1/}

^{1/} Trata-se de recursos provenientes dos saldos de exportação, postos à disposição pelo IAA que, através do Decreto 1168/71, tornou possível conceder estímulos à modernização do setor açucareiro. A esse respeito, consulte-se Tereza Sales (1982) que analisa os destinos e a aplicação FEE, nos diversos setores da economia, particularmente no Nordeste e Centro-Sul.

As sucessivas medidas adotadas pelo Estado que vão desde os Decretos e Leis, regulamentando, as quotas de produção, às medidas de racionalização do setor açucareiro, através de vários Programas^{2/}, expressam a nova política econômica para o setor, cujo objetivo veio a ser, posteriormente, o estabelecimento de um plano de modernização tecnológica da agroindústria canavieira. Tais medidas refletem preocupação com a modernização da agricultura, através de medidas de inovações tecnológicas, e de incentivo à capitalização da agricultura. Os programas de crédito rural para a aquisição de insumos e maquinaria moderna, assim como a fusão, incorporação de usinas ou, ainda, a ampliação do parque fabril no Nordeste, refletem a tendência à concentração da produção açucareira e a direção das mudanças.

Para o Nordeste, a unificação das medidas estatais sobre o setor açucareiro, conduziu a mudanças no caráter da produção canavieira, na medida em que ocorreram fusões e concentração de usinas, alterando a composição orgânica do capital, e alterando a produtividade do trabalho. Esse processo, ainda que não seja homogêneo, começou a se refletir entre os produtores do Nordeste.

No bojo de tais mudanças, intensificou-se um pro

^{2/} Antes da implantação do "Programa de Racionalização da Agroindústria Canavieira", diversas medidas foram tomadas, através de legislação do IAA, com o objetivo de superar os entraves em relação à produtividade agrícola e diversificar a produção agrícola em áreas ociosas dos latifúndios canavieiros, destinando-se tais medidas a médios produtores rurais. Entre outras, destaca-se a Lei 4870/1965, que estabelecia uma sistemática nova de preços para a cana de açúcar (via custos de produção, pureza e teor de sacarose) e o Decreto 59.033 - A - /1966 que criou o Grupo Especial para a Racionalização da Agroindústria Canavieira do Nordeste (GERAN) que se extingue após 5 anos de criação com poucos e isolados resultados. Veja-se Sales, T. op. cit. pág. 27.

cesso que vinha ocorrendo — embora mais lentamente — em décadas anteriores. Trata-se do processo de expulsão dos trabalhadores, o qual se acelerou nos anos 70, como resultado das mudanças que vinham se introduzindo na agroindústria canavieira. Esse processo de expulsão assume, portanto, novo caráter, à medida em que passa a ser absorvida pela produção canavieira sob novas relações de trabalho, incorporando-se ao processo não mais como moradores de condição ou como alugado, mas como trabalhadores clandestinos cuja relação se funda na temporariedade do trabalho ou seja, na intermitência do emprego da mão-de-obra agrícola.

É importante salientar que nessa fase amplia-se a cultura da cana para as áreas de tabuleiros, tanto na Paraíba como em Alagoas. Os tabuleiros sempre foram considerados imprestáveis para a agropecuária. Mas com a intensa utilização de insumos modernos (adubos, corretivos, defensivos, herbicidas, etc.) que viabilizam aumento de produtividade, transformaram-se os tabuleiros em áreas cultiváveis e produtivas.

A tratorização foi incorporada ao processo produtivo, através de financiamentos diretos dos bancos oficiais e particulares ou, oriundos do Fundo Especial de Exportação.

A política econômica que se estabeleceu nos anos 70, teve como elemento novo o Programa Nacional do Alcool. Surgindo numa conjuntura de crise das exportações do açúcar, que se sucedeu aos primeiros anos da década de 1970, um novo fator, alheio ao setor açucareiro se somou ao incentivo da produção alcooleira, qual seja a crise de energia, oriunda da alta progressiva dos preços do petróleo. A utilização do álcool etílico, enquanto fonte de energia alternativa passou a ser um dos fatores

centrais da política governamental. O PROALCOOL, teve como objetivo, através de incentivos fiscais, promover maior produção e utilização do álcool, a partir da cana de açúcar, como alternativa energética aos combustíveis líquidos derivados do petróleo, assim como abrir novas perspectivas para a agroindústria canavieira, face à queda do preço do açúcar no mercado internacional, a partir de 1974.

Os incentivos fiscais propiciados pelo Estado, através do Programa Nacional do Álcool, vieram desempenhar o papel de mediadores, garantindo o fornecimento de matérias-primas para a agroindústria canavieira, atendendo, assim, a interesses imediatos não só dos produtores de açúcar e usineiros, como também dos fabricantes de equipamentos para destilarias, produtores de insumos e máquinas para o setor agrícola. Segundo Sales (1982 -40) o incentivo à produção alcooleira sempre esteve presente na legislação açucareira, embora de forma subordinada à produção do açúcar, enquanto servia de sustentação ao setor nos momentos de crise.

No quadro atual da agroindústria canavieira, o incentivo à produção do álcool, através do PNA, evidencia que o PROALCOOL já se constitui num elemento de reforço às mudanças introduzidas na estrutura produtiva, no sentido de modernização da agroindústria canavieira e de reforço à estrutura da propriedade altamente concentrada. No Nordeste, os projetos se concentram em áreas monocultoras e associados, via de regra, aos proprietários de usinas. As destilarias autônomas, por exemplo, funcionam independentes das usinas, mas surgem no interior destas propriedades e, às vezes, se confundem com a parte fabril. Além disso,

surgem, praticamente, do mesmo grupo usineiro, acentuando a concentração e centralização do capital usineiro.

A conclusão que nos parece ser observada, sobre a agroindústria canavieira é que, malgrado sua vulnerabilidade e a periodicidade das crises que suporta, o Estado assumiu o papel de propulsor de mudanças e de garantidor de sua sustentação. Nada mais é que a representação da classe dominante, confundindo-se às vezes, com ela, ou, dependendo da conjuntura e da correlação de forças expressas através de seus organismos, vendo-se forçado a deslocar o eixo das decisões econômicas e políticas. Assim é que visualizamos a agroindústria canavieira do Nordeste, através de seus organismos com plenos poderes sobre a instância governamental, através das instituições criadas para sua sustentação. As intervenções do IAA, inicialmente na comercialização e, posteriormente no âmbito da produção açucareira, não é mais do que expressão do papel exercido pelo capital nas decisões de âmbito governamental, através da representação, sob o predomínio dos usineiros do Nordeste, reproduzindo a natureza de classe e a hegemonia de um grupo sobre outro. O atraso político e econômico que se reproduziu por longo período na agroindústria canavieira nordestina, levaria a que produtores da região Sul (sobretudo São Paulo) rompessem com a política protecionista que sustentou as relações de produção no Nordeste. Em que pese as tentativas de se implantar a modernização na produção canavieira, o centro da questão continuou sendo a manutenção de um padrão de crescimento extensivo, associado à manutenção das relações de produção tradicionais.

Somente quando a produção nordestina perdeu terre

no para São Paulo, tanto em relação à produtividade do trabalho como ao crescimento da produção acima das quotas estabelecidas pelo IAA, é que as possibilidades de inovações tecnológicas, via incorporação de insumos, equipamentos e máquinas agrícolas, conduziram a alterações qualitativas nas relações de produção. Tais mudanças antecederam a política econômica que determinou a nova fase de racionalização da agroindústria canavieira, mas sofreu seu maior impacto, quando de sua efetivação, através do PROÁLCOOL.

Na Paraíba o Programa Nacional do Alcool permitiu aumento da produção canavieira e da capacidade industrial de transformação em álcool, através de crédito subsidiado concedido aos projetos aprovados para implantação de destilarias autônomas. A Tabela I evidencia a ampliação do parque fabril nesse Estado para produção de álcool com a ampliação de destilarias autônomas. O crescimento da produção de cana de açúcar, permitiu que sua participação ficasse em torno de 6,6% da produção nacional.

Embora pouco represente, se comparado à produção de outros Estados (Tabela II) para a Paraíba significou um crescimento da área colhida da ordem de 100% no período considerado.

O Programa Nacional do Alcool até 1983 aprovou cerca de 13 projetos no Estado da Paraíba, ampliando a capacidade de moagem para produção de açúcar e álcool em várias unidades fabris.

TABELA I

Estado da Paraíba

Projetos de Destilarias Aprovados pelo PROALCOOL

INTERESSADO	LOCALIZAÇÃO	TIPO DE DESTILARIA	CAPACIDADE DE PRODUÇÃO				SAFRA DA PRODUÇÃO	
			DIÁRIA	10L/24h	TOTAL 10 ⁶ L/SAFRA			
			ATUAL	APROVADA	ATUAL	APROVADA		
Cia. Agro industrial Santa Helena	Sapé	Anexa	-	60,0	-	9,0	77/78	78/79
Usina Santa Maria	Areia	Anexa	-	40,0	-	6,0	78/79	82/83
Destilaria Miriri	Sapé	Autônoma	-	120,0	-	20,1	78/79	79/80
(AGICAM Agro Industrial Camaratuba Ltda. (Destilaria Santo Antonio)	Rio Tinto	Autônoma	-	120,0	-	27,8	81/82	81/82
Agro Industrial Tabu	Coaporã	Autônoma	-	120,0	-	21,6	79/80	82/83
Usina Sant'Ana S.A.	Santa Rita	anexa	-	60,0	-	8,7	81/82	82/83
AGICAM Agro Industrial Camaratuba Ltda.	Rio Tinto	Autônoma	120,0	290,0	27,8	52,2	82/83	82/83
Destilaria Jacuípe S.A.	Lucena	Autônoma	-	90,0	-	15,7	82/83	84/85
Waldir dos Santos Lima e outros(agro ind. Pilões)	Serraria	Autônoma	-	120,0	-	21,6	82/83	83/84
Una Agro Industrial S.A.	Sapé	Autônoma	-	120,0	-	21,6	82/83	83/84
Flaviano R. Coutinho Ltda.	Lucena	Autônoma	-	90,0	-	15,9	83/84	84/85
Japungu Agro Industrial S.A.	Santa Rita	Autônoma	-	120,0	-	18,9	82/83	84/85
Pirpirituba Agro Industrial Ltda	Belém	Autônoma	-	60,0	-	13,0	82/83	84/85
Paraíba	-	-	120,0	1.410,0	27,8	252,1	-	-

FONTE: I.A.A. - 1982 - Citado por Potengy, G.F. Les Plans de Modernization de la Production de la Canne a Sucre et leurs Repercussions Sociales et Politiques dans le Nordeste du Bresil: Le Cas du Brejo Paraibano. These de Doctorat de 3^{eme} cycle en Sociologie Rurale. Université de Paris - X - Nanterre Mars 1984. pag. 132.

Tabela II

Evolução da Área Colhida de Cana-de-Açúcar por Estados. 1974/80. (1.000 ha).

Estados	1974	1975	1976	1977	1978	1979	1980	Origem Crescimento 1980/76 (%)
São Paulo	720	621	723	791	871	945	1.060	+ 55,5
Pernambuco	303	267	329	350	353	366	365	+ 5,9
Alagoas	195	228	230	290	309	330	357	+ 20,9
Rio de Janeiro	163	162	162	192	180	194	198	+ 5,9
Minas Gerais	240	255	190	183	180	181	186	- 0,7
Paraíba	52	60	70	80	92	101	110	+ 6,6
Bahia	78	77	69	78	83	75	73	+ 0,7
Paraná	40	46	52	43	47	60	65	+ 2,1
Outros	266	253	268	263	273	289	287	+ 3,1
T o t a l	2.057	1.969	2.093	2.270	2.388	2.541	2.701	100,0

Fonte: FIBGE - Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, citado por Fernando Homem de Melo e Eduardo G. Fonseca. PROÁLCOOL, Energia e Transportes. Estudos Econômicos. TIPE/Pioneira, 1981. São Paulo. pág. 9.

A contrapartida do aumento da produção canavieira tem seus reflexos diretos sobre as culturas alimentares, à medida em que eliminou das grandes propriedades, os pequenos produtores de subsistência e reduziu as áreas com outras culturas em função das necessidades de cana de açúcar para as usinas e destilarias.

Além do processo de eliminação da pequena produção, o crescimento da produção canavieira, ao incorporar, paulatinamente, elementos inovadores ao processo produtivo (mecanização - tratorização, insumos modernos, mudanças na forma de organização do trabalho por produção: a tarefa) trouxe consigo a intensificação do processo de proletarianização da mão-de-obra agrícola, configurando o mercado de trabalho, constituído, fundamentalmente, por trabalhadores que se empregam temporariamente nas empresas e propriedades agrícolas, mas que se tornam permanentemente assalariados na agricultura, ainda que seu emprego seja de caráter intermitente.

É o que tentaremos caracterizar a seguir, quando tomamos como área específica - o Município de Sapé, na Região do Agro Pastoril do Baixo Paraíba, para detectar o processo de transformação na agricultura da região predominantemente produtora de cana de açúcar, que, em seu processo, responde às questões acima referidas, qual seja a eliminação progressiva das pequenas áreas em função da produção canavieira e o intenso processo de proletarianização dos trabalhadores rurais.

2. A REGIÃO EM ESTUDO: CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA

O Município de Sapé localiza-se na Microrregião do Agro Pastoril do Baixo Paraíba, região considerada de transição entre o Agreste e a Mata.^{1/} Sua área total era de 747 km², mas em virtude do desmembramento do Distrito de Mari, elevado a Município entre 1960 e 1970, foi reduzida para 441 km².

Com uma população de 58.898 habitantes e densidade demográfica de 115,54 hab./km², o Município de Sapé é um dos mais povoados do Estado (6º lugar em população) totalizando 23.339 habitantes em 1980.

Tabela III

Paraíba

Município de Sapé

Área, Densidade Demográfica e População no Município de Sapé.

Município	Área km ²	Densidade Demográfica	População		
			Total	População Urbana	População Rural
Sapé	441	115,54	58.898	23.339	27.559
Paraíba	56.372	49,18	2.770.176	1.449.004	1.321.172

Fonte: FIBGE, Censo Demográfico, 1980.

^{1/} Grabois, J. e Aguiar, M.J.N. - A Organização do Espaço Agrário nos Municípios de Sapé - UFPb. Campina Grande. pág. 2. mimeo. Os autores citados consideram que o caráter de transição está ligado às mudanças econômico-sociais decorrentes do processo de modernização da agricultura a partir dos anos 60, além dos aspectos físicos, típicos da região, que conformam um espaço de transição. (Pág. 2 e 6).

Observando a população do Município no período entre 1950 e 1980, constatou-se que ocorreu diminuição em termos absolutos e relativos no que se refere à população rural, tendência que foi acompanhada nos decênios subseqüentes. Enquanto em 1950 76,9% da população residia no campo, em 1980 caiu para 54,2%. (Tabela IV).

O clima de Sapé é quente e úmido (25.º C) e a precipitação pluviométrica assemelha-se à Zona da Mata (990 mm.) sendo que a época de chuvas mais intensas é no período outono/inverno (março/abril) e a duração da estação seca é maior (outubro/janeiro). Tais condições climáticas favoreceram a atividade Agro-Pastoril e a expansão da cana de açúcar e do abacaxi, principais lavouras comerciais da área.

O relevo, considerado de fraca altitude é constituído de colinas de pequena amplitude, topo arredondado, tabuleiros de topos planos e vertentes de pequenas inclinações. (Graubois: 1972 - 7). As colinas e tabuleiros, solos predominantes da região, determinaram sua antiga utilização. Nos tabuleiros, solos ácidos e de baixa fertilidade natural, desenvolveu-se a pecuária de pastagens pobres, pequenas roças de mandioca e, posteriormente, o agave. As áreas colinosas, suscetíveis à erosão, foram ocupadas com a pecuária e a cana de açúcar.

O avanço da pecuária e a expansão da lavoura canavieira nos grandes estabelecimentos são acompanhadas de outras atividades como a do inhame e da mandioca, além da policultura alimentar nas pequenas áreas, especificando o caráter de transição da região estudada.

Tabela IV

Paraíba
Município de Sapé

Distribuição da População Urbana e Rural - 1950/1980.

Decênios	População Total	População Urbana	% da População Urbana	População Rural	% da População Rural
1950	47.259	10.911	23,1	36.348	76,9
1960	48.596	10.602	21,8	37.994	78,2
1970	45.378	15.819	34,7	29.559	65,3
1980	50.938	23.339	45,8	27.599	54,2

Fonte: FIBGE: Censos Demográficos - 1950, 1960, 1970 e 1980.

Até o início da década de 1960, as áreas de tabuleiros eram consideradas inadequadas para a agricultura de caráter comercial, dada a pobreza do tipo do solo. Nos anos 70, a cultura canavieira expandiu-se não só nas várzeas, como em toda a região de tabuleiros, evidenciando claramente mudanças da agricultura em Sapé. As áreas planas dos tabuleiros foram ocupadas com a cana de açúcar, substituindo gradualmente o abacaxi em terras arrendadas nas áreas denominadas de "chãs", propiciando, inclusive, o avanço da pecuária.

Mário Carneiro^{2/} caracterizou a grosso modo, a faixa leste do Município como a de predomínio do abacaxí e da cana, enquanto a faixa oeste em direção ao Agreste, era ocupada com a cultura do algodão, a pecuária e a policultura alimentar. Evidentemente, as culturas de subsistência vieram a se desenvolver não só nas pequenas unidades de produção, mas também nos interstícios das grandes propriedades. Contudo, a predominância da produção canavieira, determinou, ao longo do tempo, os movimentos cíclicos de retração/expansão de outras culturas em espaços não ocupados ainda por ela. Daí, que a pecuária e o abacaxí, avançam e recuam em períodos distintos, enquanto a cultura do algodão e as culturas alimentares sofreriam redução sensível.

Estes movimentos cíclicos das culturas e sua diversificação em diferentes décadas, respondem não só pelo aspecto de transição da região, mas também pelo processo de transformações na estrutura fundiária e na estrutura produtiva da região de Sapé.

^{2/} Carneiro, M. - Relatório sobre a Área de Sapé. Centro Latino Americano de Pesquisas em Ciências Sociais. 1963. mimeo.

2.1 - Transformações na Estrutura Fundiária e na Estrutura Produtiva

A ocupação das terras na região, sofreu modificações entre 1950 e 1980. A área total dos estabelecimentos rurais, atingia 36.674 ha em 1950 e 49.970 ha em 1970, de acordo com os dados Censitários do IBGE. Nesse período o desmembramento do Distrito de Mari reduziu a área dos estabelecimentos para 35.776 ha.

O número total dos estabelecimentos em 1950 era de 463. Entre 1960 e 1970, o número quintuplicou, totalizando 2.549 estabelecimentos. Em 1980, reduziu-se para 1692 estabelecimentos.

Observam-se alterações significativas nos estabelecimentos de estratos menores no sentido de aumento de seu número e relativa redução da área. No grupo de 20 a 50 ha, aumentou o número de estabelecimentos e, a área, nas décadas analisadas. Nos estratos superiores (500 ha acima) verificou-se uma alteração na área, com tendência à concentração, sobretudo nos estratos acima de 1.000 ha. Deduz-se do comportamento observado na Tabela V, que ocorreu tendência à concentração das terras nos estratos médios e superiores e, redução do número de estabelecimentos.

Assim como ocorreram alterações no número de estabelecimentos e, na área, também verificou-se modificações na área total explorada. Em 1950 era de 28.157 ha, passando para 19.336 ha em 1970.

Distribuição dos Estabelecimentos por Grupos de Área - 1950, 1960, 1970, 1980.

Grupos de Área	Estabelecimentos								Área (ha)							
	1950	%	1960	%	1970	%	1980	%	1950	%	1960	%	1970	%	1980	%
0 - 5	155	33,0	1731	79,0	1906	79,8	1241	73,3	404	1,1	4236	10,6	2914	6,0	1854	5,5
5 - 10	100	22,0	229	10,3	286	11,0	195	11,5	636	1,7	1543	3,9	1819	3,6	1241	3,4
10 - 20	84	18,0	133	6,0	175	7,0	100	5,9	1050	3,0	1795	4,5	2199	4,4	1282	3,5
20 - 50	52	11,0	55	2,4	98	4,0	78	4,6	1395	4,0	1535	3,9	2809	5,6	2339	6,5
50 - 100	19	4,0	10	0,5	29	1,0	24	1,4	1115	3,0	670	1,7	1811	3,6	1568	4,4
100 - 500	36	8,0	25	1,1	36	1,5	33	2,0	9378	25,5	6437	16,0	8322	16,6	7068	19,7
500 - 2000	14	3,0	18	0,8	14	0,5	20	1,2	14738	40,0	17082	42,8	12383	24,8	18376	51,3
mais 2000	03	1,0	02	0,1	05	0,2	01	0,1	7958	21,7	6655	16,6	17714	35,4	2048	5,7
T o t a l	463	100	2203	100	2549	100	1692	100	36674	100	39953	100	49970	100	35776	100

Fonte: IBGE - Censos Agropecuários: 1950 - 1960 - 1970 - 1980.

No período aqui considerado, cresceu a área com la
vouras permanentes, porém foi a área de lavouras temporárias que
aumentou consideravelmente.^{1/} A superfície ocupada com lavouras
temporárias de 7.972 ha em 1950, passou para 15.607 ha em 1980,
o que representa crescimento de cerca de 100%. (Tabela VI)

Nesse crescimento das culturas temporárias, a modi
ficação que se evidenciou foi a da progressiva substituição da
cultura do algodão e ampliação da área com as culturas da cana
de açúcar e do abacaxí, enquanto as culturas alimentares oscilaram para
mais ou para menos no período de 1950 a 1980. (Tabela VII)

Com relação à área dedicada às pastagens, ocorreu
redução das pastagens naturais e ligeira elevação das pastagens
plantadas. Em 1950 a área de pastagens naturais era de 13.626 ha,
reduzindo-se para 7.489 em 1980, indicando forte declínio, en
quanto a área de pastagens plantadas cresceu de 1.335 ha para
3.746 ha. (Tabela VIII)

Antes que a cultura da cana de açúcar assumisse a
posição de principal cultura no Município de Sapé, a produção
agrícola era mais diversificada, sendo maior a proporção de
áreas dedicadas a culturas alimentares. Até o final do Século
passado^{2/} a produção de mandioca, milho e feijão era destinada
ao consumo da mão-de-obra local. Associado às culturas alimenta

^{1/} As lavouras temporárias sofreram redução de área entre 1970 e
1980, de 1486 ha, enquanto ocorreu relativo crescimento da
área com lavouras permanentes. Observa-se que nesse período
foi reservada uma área de 2.601 ha para descanso, o que não
se verificou em períodos anteriores. Presume-se que a redução
da área de lavouras temporárias se deva a este fato associado
à diminuição da área total do Município.

^{2/} Carneiro. op. cit. pág. 17.

Tabela VI

Paraíba
Município de Sapé

Evolução das Áreas de Lavouras - 1950/1980.

Período	Nº de Estabelecimentos	Área Total	Áreas de Lavouras						Área Explorada	
			Permanentes (ha)	%	Temporários (ha)	%	Em Descanso	%	Total	%
1950	463	36.674	185	2,3	7.972	97,7	-	-	8.157	100,0
1960	2.203	39.466	698	4,6	14.534	95,4	-	-	15.232	100,0
1970	2.549	49.970	607	3,4	17.103	96,6	-	-	17.710	100,0
1980	1.692	35.776	1.118	5,8	15.607	80,7	2.601	13,5	19.336	100,0

Fonte: FIBGE, Censos Agropecuários - 1950, 1960, 1970, 1980.

Tabela VII

Paraíba
Município de Sapé

Evolução das Principais Culturas entre 1950/1980.

Produtores	Produção das Principais Culturas				Área Colhida (ha) 1980	Valor das Colheitas (Cr\$ 1.000,00) 1980
	1950	1960	1970	1980		
Cana de Açúcar	50.158	182.750	159.066	423.639	9.754	499.743
Abacaxi *	12.180	17.880	18.425	18.316	1.388	92.501
Inhame	-	-	3.442	4.008	626	57.904
Mandioca	11.395	13.613	12.734	9.860	1.010	39.600
Feijão	421	44	216	212	880	12.646
Algodão (Carôço)	998	736	352	249	451	10.986
Milho	494	50	193	136	386	1.956

* Refere-se a frutos; enquanto os demais foi calculado em toneladas.

Fonte: FIBGE, Censos Agropecuários, 1950, 1960, 1970 e 1980.

Tabela VIII

Paraíba
Município de Sapé

Crescimento das Áreas de Pastagens - 1950/1980

Período	Número de Estabelecimentos	Área Total (ha)	Pastagens				% da Área Explorada com Pastagens em Relação à Área Total	
			Naturais	%	Plantadas	%		
1950	463	36.674	13.626	91,1	1.335	8,9	14.961	40,8
1960	2.203	39.466	14.152	98,2	250	1,8	14.402	35,6
1970	2.549	49.970	12.816	86,3	2.041	13,7	14.857	29,7
1980	1.692	35.776	7.489	66,7	3.746	33,3	11.235	31,4

Fonte: IBGE, Censos Agropecuários: 1950, 1960, 1970 e 1980.

res, o algodão veio a ocupar posição importante, sobretudo com a abolição do trabalho escravo. Nas áreas agrestinas, ocorreu o fracionamento de antigos engenhos, face à crise de mão-de-obra, vindo a se dividir propriedades que foram vendidas a pequenos e médios produtores da região. Nesse período, a cultura do algodão assumiu posição de produto exportável, e as culturas alimentares desenvolveram-se, ou em consórcio, ou em "mangas" de roça dos grandes estabelecimentos, pelos não proprietários.^{3/}

Segundo Carneiro (1963 - 16/7) o algodão e os gêneros alimentícios desempenharam importante papel na sustentação de pequenos e médios proprietários do município de Sapé.

A produção de cana de açúcar e a pecuária tomaram impulso no final do século passado, embora com comportamentos distintos. O processo de concentração fundiária se inicia com a pecuária e se acentua com a cana de açúcar. Com a pecuária, ampliou-se o tamanho das propriedades, quer pela compra de novas parcelas de terra, quer pelo recurso à invasão das pequenas unidades, pelo gado do proprietário, destruindo cercas e lavouras de subsistência, o que forçava os pequenos produtores a se desfazerem das suas unidades de produção.

Combinando-se à pecuária, o algodão teve seu florescimento na região, à semelhança de sua produção no Sertão, ou seja, era desenvolvido em consórcio com as culturas alimentares em regime de parceria, além do aproveitamento dos restolhos das

^{3/} As "mangas" de roça, é uma expressão local para denominar as exíguas áreas destinadas às culturas alimentares, geralmente no interior das grandes e médias propriedades, e, exploradas por moradores e foreiros.

lavouros como alimentação para o gado. Desse modo, o binômio algodão/pecuária ocorria, sobretudo, nas grandes e médias propriedades. Em Sapé foi implantada uma usina de beneficiamento do algodão - no princípio do Século - de propriedade do grupo Ribeiro Coutinho, vindo a fechar em 1950,^{4/} com a decadência do algodão na região, ocorrendo novo ciclo de substituição de culturas com a expansão da cultura do abacaxí.

O processo de concentração fundiária se intensificou com a produção da cana de açúcar. Aqui, diferentemente de Pernambuco, não ocorreu a passagem dos engenhos banguês aos engenhos centrais. Por volta de 1920, ocorreu a absorção de vários engenhos em função da Usina Santa Helena em implantação. Localizada entre Sapé e Cruz do Espírito Santo, a usina foi efetivamente implantada em 1925 e até 1930, o grupo proprietário concentrou várias propriedades em função da necessidade de ampliação das áreas de cultivo da cana de açúcar. Esse processo, contudo, foi contínuo, intensificando-se também nos anos 50 e 70.

O processo utilizado para ampliar o número de propriedades em função da cana, era resultante da facilidade de financiamento aos fornecedores de cana da usina, muitos dos quais eram senhores de engenhos decadentes. Face ao endividamento dos proprietários, a usina propunha acordos e adquiria a propriedade de como pagamento da dívida.^{5/}

A tendência à concentração fundiária na região de

^{4/} Carneiro, op. cit. pág. 18.

^{5/} Carneiro, op. cit. pág. 19.

Sapé, determinou um processo diferenciado na ocupação do solo em relação às culturas desenvolvidas. À medida em que as áreas de cultivo alimentares acompanharam a expansão do algodão, tornou-se possível ter assegurada sua continuidade em pequenas unidades, nos interstícios dos estabelecimentos maiores. Com a expansão canavieira e a pecuária de pastos plantados, esse processo possível até os anos 1950 e 1960, foi paulatinamente eliminando a pequena produção de alimentos, alterando, inclusive, as relações de trabalho e a forma de organização da produção.^{6/} Como tendência, as pequenas unidades de produção, viriam a ser absorvidas pela grande produção da região estudada.

Observando a distribuição dos estabelecimentos e da área em relação à condição do produtor (Tabela IX e X) ocorreu entre 1970 e 1980 uma concentração dos estabelecimentos na categoria de proprietários, ou seja sua participação era de 39,7% em 1970 e de 67,5% em 1980. A categoria dos arrendatários atingia 50,8% dos estabelecimentos em 1970, caindo para 20,8% em 1980. A categoria de ocupante sofreu oscilações pequenas no período.

Quanto à área, os percentuais chegam a 94,4% na categoria de Proprietários, enquanto a dos Arrendatários caem de 9,8% em 1970 para 3,9% em 1980. A razão para esse comportamento, encontra-se, possivelmente, na redução da produção de abacaxi, predominantemente cultivado em áreas arrendadas e na redução

^{6/} A tendência à diminuição da pequena produção de subsistência nas grandes propriedades, não impediu sua reprodução nas áreas próximas ao Agreste, onde predomina a produção de mandioca, feijão e, mais recentemente, do inhame.

Tabela IX

Paraíba

Município de Sapé

Condição do Produtor por Estabelecimento e Área: 1970, 1975, 1980

Sapé-PB	Estabelecimento			Área		
	1970	1975	1980	1970	1975	1980
Proprietário	1.013	1.328	1.143	44.664	29.725	33.688
Arrendatário	1.296	738	353	4.434	1.907	1.391
Parceiro	10	01	01	63	04	05
Ocupante	230	1.056	195	810	3.820	593
T o t a l	2.549	3.123	1.692	49.971	35.456	35.677

Fonte: FIBGE - Censos Agropecuários, 1970, 1975, 1980.

Tabela X

Paraíba

Município de Sapé

Distribuição Percentual segundo a Condição do Produtor por Esta-
belecimento e Área, 1970, 1975, 1980.

Sapé-PB	Estabelecimento			Área		
	1970	1975	1980	1970	1975	1980
Proprietário	39,74	42,52	67,55	89,38	83,84	94,42
Arrendatário	50,84	23,63	20,86	9,87	5,38	3,90
Parceiro	0,39	0,03	0,06	0,13	0,01	0,01
Ocupante	9,02	33,81	11,52	1,62	10,77	1,66
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: FIGBE: Censos Agropecuários, 1970, 1975, 1980.

dos pequenos arrendamentos nos grandes estabelecimentos rurais. De resto, a categoria de proprietários exprime tendência à concentração nos estratos médios e superiores onde se localizam os produtores de cana de açúcar e de pecuária.

O processo de concentração fundiária ocorrido na região, além dos fatores acima aludidos, foram influenciados pela possibilidade de compra de propriedades, através do crédito subsidiado, em decorrência da política de incentivo à modernização tecnológica.

A valorização das terras, nos últimos dez anos, com o incremento da produção canavieira na região e os altos preços do arrendamento para a cultura do abacaxí, agiram no sentido de aumentar o nível de concentração fundiária, fortalecendo a média e a grande propriedade. Em contraposição, tornou-se inviável o crescimento dos pequenos proprietários, que, via de regra, tendem a vender suas terras e migrarem para a cidade. Esse processo é mais comum entre os produtores de alimentos. A exceção ocorre entre os pequenos produtores de abacaxí que conseguem subsistir, ampliando as áreas de plantio, através do arrendamento.

Em Sapé, identifica-se tendência à ampliação do número de empresas agrícolas, seja na produção de cana ou do abacaxí, respondendo, assim, a novo padrão de desenvolvimento agrícola, em cuja estrutura produtiva são incorporados elementos inovadores ao processo produtivo. Trata-se das culturas que adotam insumos modernos (adubos, inseticidas, herbicidas, fungicidas) implementos e máquinas agrícolas.

Do ponto de vista da população rural, a concentra

ção fundiária resulta em que os estabelecimentos rurais menores, passam a absorver contingente maior de trabalhadores sem que se amplie sua área.

Tendo em vista a importância da produção canavieira e do abacaxí na região de Sapé, tentaremos particularizar as mudanças na base técnica da produção que exprimem o caráter altamente capitalista das duas culturas comerciais, assim como os limites que se impõem a sua generalização ao processo produtivo.

2.2 - A Modernização da Cultura do Abacaxí

A partir da década de 1950, a área cultivada com o abacaxí cresceu consideravelmente, aumentando a quantidade produzida e, permitindo que o produto fosse exportado para o mercado interno e externo, cujo auge veio a ocorrer nos anos 70. Essa fase de expansão do produto foi acompanhada da incorporação de grandes e médios produtores na produção do cultivar e da predominância de grandes arrendamentos de natureza capitalista. Além disso, as agroindústrias do setor adquiriram terras na região de Sapé, passando a produzir o abacaxí para abastecer o setor industrial em outros Estados vizinhos.

A produção do abacaxí em terras próprias ou arrendadas, foi incorporada ao circuito industrial, abastecendo não só os centros consumidores, como as indústrias de transformação em doces e compotas.

Nos anos setenta, o crescimento extensivo da cultura se fez acompanhado de inovações tecnológicas, introduzindo no processo produtivo, novas bases técnicas de produção. Se bem que

a mecanização só tenha ocorrido nas primeiras etapas do processo, tais como o preparo do solo, aração, gradagem e sulcagem, com a tratorização, outras inovações foram introduzidas, como: a introdução da variedade Smooth Cayenne, que, embora menos resistente a pragas e doenças que a variedade Jupi-Pérola, obtém fruto maior e teor de acidez adequado ao consumidor europeu.

A adoção de insumos modernos (fertilizantes, defensivos, herbicidas, fungicidas, carbureto para amadurecimento precoce) assumiu proporções tais que constitui a cultura que mais se modernizou na Paraíba, aumentando os níveis de produtividade e de rentabilidade.

Muito embora uma parcela da produção de abacaxi se destine a indústrias de Estados vizinhos como: Pernambuco e Ceará, para processamento e transformação, essa relação não é direta para o conjunto da produção da região, exceção feita à Maguary Agrícola Ltda., que produz seus próprios campos de produção de abacaxi para abastecer a unidade fabril do mesmo grupo em Pernambuco, além de outras empresas agrícolas do Município que mantêm contratos de fornecimentos com o setor industrial.

Até 1977, o abacaxi constituía o segundo mais importante produto exportável do Estado, caindo o volume de exportação a partir de 1978, conforme se verifica na Tabela XI.

Apesar da queda no volume de exportações do abacaxi na Paraíba, o Município de Sapé manteve o ritmo de crescimento no período de 1973 a 1980; em 1980 este município ocupou o primeiro lugar na produção de abacaxi, participando com 29,7% da produção estadual (conforme Tabelas XII e XIID).

Tabela XI

Paraíba
Município de Sapé
Quantidades Exportadas de Abacaxi
Paraíba - Brasil - 1975/1979. Toneladas

Anos	Brasil	Paraíba	Participação (%)
1975	7.336	4.270	58,2
1976	5.717	5.327	93,2
1977	9.703	4.277	44,1
1978	12.023	3.861	32,1
1979	19.009	2.262	11,9

Fonte: Banco do Brasil CACEX - in Perfil da Comercialização do Abacaxi

Secretaria de Indústria e Comércio
João Pessoa - 1981 - Paraíba.

Tabela XII

Quantidade Produzida e Valor da Produção de Abacaxi nos Principais Municípios da Paraíba.
1980

Municípios	Área Colhida		Quantidade Produzida 1.000 - Frutos	Valor da Produção (1.000,00)
	(ha)	% Sobre Total		
Sapé	1.600	29,7	18.316	92.501
Mari	1.116	20,7	19.399	75.089
Mamanguape	1.060	19,6	19.144	66.189
Pedra de Fogo	330	6,1	4.847	16.647
Itapororoca	305	5,6	4.955	14.598
Araçagi	240	4,4	3.340	10.257
Santa Rita	168	3,1	2.667	8.945
Mulungu	226	4,2	2.609	7.522
Jacaraú	160	3,0	1.699	6.262
Demais Municípios	191	3,5	5.346	49.270
Total	5.396	100,0	82.322	347.280

Fonte: IBGE: Censo Agropecuário, 1980.

Tabela XIII

Paraíba
Município de Sapé
Produção do Abacaxi - 1973/1980.

Ano	Área Colhida (ha)	Quantidade Produzida 1.000 frutos	Rendimentos Frutos Médio (ha)	Valor (1.000,00)
1973	1.490	26.730	17.940	10.692
1974	500	9.500	19.000	5.225
1975	939	16.259	17.315	11.706
1976	1.398	25.710	20.536	48.691
1977	1.566	30.888	19.800	55.598
1978	1.545	27.575	17.847	55.150
1979	1.700	30.600	18.000	45.900
1980	1.600	28.800	18.000	129.600

Fonte: Estatísticas Cadastrais: 1973/1980 - FIPLAN - João Pessoa - Paraíba.

Na cultura do abacaxí o consumo de fungicidas, herbicidas e inseticidas é superior ao volume utilizado na cana de açúcar, em virtude de ser uma cultura muito vulnerável a pragas, doenças e fungos.^{7/}

Em média, quatro a cinco adubações são feitas em cada colheita. Segundo Técnicos da EMEPA em Sapé, o alto consumo de insumos modernos na cultura do abacaxí é compensado pelo alto valor da produção. Em média um hectare de abacaxí produz três vezes o valor de um hectare de cana. Contudo os problemas de mercado, as oscilações de preço e os limites em relação à área disponível, vêm estacionando, senão reduzindo, a área cultivada.

As inovações na base técnica da produção do abacaxí, permitiram aumento nos rendimentos por hectare de área explorada, associados a fatores climáticos e de fertilidade natural. Embora haja experimentado significativa expansão da produção com reais alterações na base técnica da produção, a cultura do abacaxí tem sofrido retração, sobretudo em áreas arrendadas. Tal movimento ocorreu na década de 1940, quando do novo surto canavieiro e, vem ocorrendo ultimamente em decorrência da nova fase de expansão da cana com o PROÁLC00L. Praticamente em todos os principais Municípios para onde o abacaxí se estendeu, são áreas produtoras de cana de açúcar.

Um dos fatores que influencia o processo de expansão/retração, é o fato de constituir atividade que exige grande quantidade de mão-de-obra em praticamente todas as etapas do pro

^{7/} Para maiores detalhes sobre o processo de produção do abacaxí, veja-se o trabalho de M. Lúcia Gonçalves "A Agroindústria Maguary e sua Influência Sócio-Econômica na Produção de Abacaxi em Sapé". Dissertação de Mestrado de Economia Rural. Fev. 84. UFPb. Campina Grande - Pb.

cesso produtivo. Com exceção do preparo do solo, totalmente mecanizado, o abacaxí é empresa exigente em tratamentos culturais e, embora sejam adotados herbicidas que diminuem o volume de mão-de-obra, seu emprego é, ainda, relevante. Grandes produtores de cana e abacaxí vêm optando pela expansão da cana de açúcar em detrimento do abacaxí.

A produção do abacaxi desempenhou importante papel no âmbito das relações de trabalho. Desenvolvida a princípio em pequenas propriedades, a unidade familiar era responsável pelo processo produtivo, enquanto nas áreas arrendadas, tudo leva a crer que o trabalho assalariado se impôs já na década de 1950. Mário Carneiro (1963 - 54) caracterizou muito precisamente as relações sociais vigentes na década de 1960:

"O rendeiro do abacaxi em Sapé, não reside na propriedade, arrendando-a por três anos, preferencialmente, em terrenos novos, cujos trabalhadores não costumam ser moradores e, sim, proletários livres, recebendo a diária mais alta da região".

Na década de 1960/70, tanto na pequena como na grande produção foi generalizado o trabalho assalariado. O que desejamos ressaltar é que, na produção do abacaxí, a introdução de elementos inovadores ao processo produtivo alterou a base técnica, tanto encurtando o ciclo produtivo com o amadurecimento precoce, como através do preparo do solo tratorizado, demandando quantidades diferentes de força de trabalho nas diferentes etapas, intensificando o regime de trabalho assalariado.

É possível que, a despeito das significativas inovações, o recurso a alterações na organização do trabalho seja em diária ou por tarefa, que implicam em extensão da jornada de trabalho, favoreceu o aumento de lucros extras, em detrimento do crescimento da produtividade do trabalho. Contudo, as mudanças na base técnica, acentuaram o processo de proletarização da mão-de-obra em curso. E, ao se combinar a expansão da produção canavieira com o PROÁLCOOL, generalizou-se o trabalho assalariado na região.

2.3 - Impacto do PROÁLCOOL na Região de Sapé

Como vimos anteriormente, as mudanças recentes na agroindústria canavieira, decorrem do Programa Nacional do Alcool levado a efeito em 1974, quando o setor encontrava-se em crise. Entre 1973 e 1974, verificou-se redução da área cultivada em Sapé, mas havendo recuperação no ano seguinte. A Tabela XIV demonstra a evolução da área cultivada, assim como as oscilações nos rendimentos médios da cana de açúcar. Em 1980, Sapé foi o segundo produtor de cana de açúcar, participando com 11,5% da produção do Estado.

O crescimento da área cultivada, veio atender à capacidade de moagem da Usina Santa Helena, que se ampliou no período. Até a safra 82/83, esta usina manteve a liderança sobre as demais, com o maior volume de produção de açúcar e álcool. (Tabela XV).

Duas destilarias autônomas - A Una Agroindustrial Ltda., e a Destilaria Miriri, foram enquadradas no Programa Na

Tabela XIV

Paraíba

Município de Sapê - PB.

Produção de Cana de Açúcar no Período 1973/1980.

Ano	Área Colhida (ha)	Quantidade Produzida (t)	Rendimento Médio (kg/ha)	Valor (1.000,00)
1973	6.600	331.100	50.167	15.231
1974	5.298	300.000	56.525	14.100
1975	7.000	272.000	38.857	24.480
1976	7.000	315.000	45.000	33.705
1977	6.836	392.500	57.416	72.023
1978	8.347	351.582	42.120	81.567
1979	9.200	541.820	58.893	263.324
1980	9.500	475.000	50.000	476.425

Fonte: Estatísticas Cadastrais: 1973 - 1980 - FIPLAN - João Pessoa, Paraíba.

TABELA - XV

Evolução da Produção do Açúcar e do Alcool na Paraíba- Usinas e Destilarias - 74/75 - 82/83

US	1974/75		1975/76		1976/77		1977/78		1978/79		1979/80		1980/81		1981/82		1982/83	
	AÇÚCAR	ALCOOL	AÇÚCAR	ALCOOL	AÇÚCAR	ALCOOL	AÇÚCAR	ALCOOL	AÇÚCAR	ALCOOL	AÇÚCAR	ALCOOL	AÇÚCAR	ALCOOL	AÇÚCAR	ALCOOL	AÇÚCAR	ALCOOL
Pre	188.230		130.682		173.490		181.750		215.415		249.035		280.910		236.768		355.100	
	121.070		148.682		263.398		250.214		327.006		386.703	27.750	353.305	190.820	361.956	2.255.912	414.898	5.48-
ra	507.898	922.000	382.095	512.500	622.388		537.945	2.117.492	491.971	6.291.117	452.732	7.163.655	500.296	0.771.200	500.112	5.140.000	700.120	8.943
ia	232.530		184.870		281.250		430.830		438.000	1.744.700	447.840	6.328.250	538.280	2.693.279	548.930	1.100.300	601.423	5.207
a	155.309	69.000	119.145	21.000	111.400	57.400	104.510		161.003		193.150		200.702		115.700		191.110	
	417.800	400.800	428.300		482.444		473.210	1.851.000	460.090	2.240.000	508.080	3.154.365	511.388		411.515	2.311.900	214.280	3.008
	223.776		176.466		261.613		303.155		293.234		276.075		270.493		241.366		304.736	
US																		
res				272.344				13.199.369		17.073.954		16.000.855		10.568.422		17.344.388		24.678
							944.000		11.850.000		16.110.000		17.820.000		16.066.000		20.240	
onio									2.317.270		10.982.911		21.345.000		19.007.851		36.010	
											6.242.000		9.271.418		12.100.000		19.891	
																	13.043	
																	13.212	
	1.846.523	1.391.800	1.570.240	805.844	2.195.983	57.000	2.281.614	18.111.861	2.406.719	41.456.941	2.503.615	67.009.786	2.632.384	74.337.139	2.418.347	75.338.451	2.807.725	149.272

C/IAA/SR. Pe. Escritório Regional de Representação em João Pessoa Pb.
 tado por Potery. G. F. op. cit. pag. 70.

cional do Alcool, além da Usina Santa Helena com uma destilaria anexa. A Destilaria Miriri (já em funcionamento) também posicionou-se com a maior quantidade de álcool produzido, de 78/79 a 82/83 na Paraíba.

Ainda que a agroindústria canavieira na Paraíba mantenha padrões de produção inferiores a outros Estados do Nordeste e com baixos índices de produtividade, é possível detectar modificações introduzidas no processo produtivo. Sabe-se que as mudanças na base técnica foram desiguais. Basicamente a tratorização foi o fator de mudanças mais importante, sendo utilizado no preparo do solo (desmatamento, destocamento, aração, gradagem e sulcagem) e em algumas empresas agrícolas é utilizado também no plantio da cana. O trator substitui a mão-de-obra, numa proporção de dez para um trabalhador, em um hectare de terra cultivada.

O número de tratores cresceu consideravelmente entre 1950 e 1980, sendo que o maior impulso veio a se dar, a partir dos anos setenta. Em termos absolutos, duplicou o número de tratores no Município de Sapé. Verificou-se que, 51,4% dos tratores adquiridos são de potência média (50 a 100 C.V.) conforme os dados da Tabela XVI.

A adubação na cana de açúcar permitiu aumentar os rendimentos por hectare, assim como, incorporou as áreas de tabuleiros de solos de qualidade inferior. A proporção na região tem sido de 500 kg de adubo químico por hectare ao ano.

O uso de herbicidas e do cultivador acoplado ao trator também foi incorporado ao processo produtivo, dispensando

Tabela XVI

Números de Máquinas e Instrumentos Agrícolas no Município de Sapé - PB. 1950/1980.

Ano	Tratores por Potência					Arados		Máquinas Agrícolas	
	Total	Menos de 20 CV	20 a 50 CV	De 50 a 100 CV	100 CV a mais	Tração Animal	Tração Mecânica	Plantio	Colhetadeira
1950	06	06	-	-	-	09	25	04	-
1960	27	19	07	01	-	-	38	02	-
1970	68	07	26	34	01	40	55	-	02
1980	140	20	39	72	09	51	65	17	10

Fonte: FIBGE, Censos Agropecuários, 1950, 1960, 1970, 1980.

Tabela XVII

Quantidade Produzida e Valor da Produção de Cana de Açúcar nos Principais Municípios da Paraíba. 1980.

Municípios	Área Colhida		Quantidade Produzida Ton.	Valor da Produção (Cr\$ 1.000,00)
	(ha)	%		
Santa Rita	12.823	15,0	518.250	525.921
Sapé	9.500	11,1	423.639	499.743
Mamanguape	8.288	9,7	350.310	374.793
Cruz do Espírito Santo	6.983	8,2	267.897	288.856
Caaporã	3.732	4,4	164.593	163.954
Areia	6.584	7,7	181.846	158.631
Alagoa Grande	4.013	4,7	115.866	127.805
Pilões	4.364	5,1	107.371	110.485
Demais Municípios	29.168	34,1	927.340	977.812
Total PB.	85.455	100,0	3.057.112	3.228.000

Fonte: FIBGE - Censo Agropecuário, 1980.

as limpas manuais feitas com a enxada. Contudo é menor o uso do herbicida do que do cultivador. Seu uso não foi generalizado na região de Sapé.

Na colheita, foi introduzida a apanhadeira, basicamente nas propriedades da Usina. A apanhadeira produziu modificações no processo de colheita, na medida em que a cana cortada manualmente é empilhada no campo, dispensando o carregador de caminhão. A cana cortada solta, aumenta a produtividade e reduz a quantidade de mão de obra empregada. Um trabalhador consegue cortar até três toneladas de cana solta por dia.

Devido ao alto preço de uma apanhadeira somente as Usinas e grandes fornecedores tem condições de adquiri-la. Segundo Cabral (1982-132), o transporte da cana com a apanhadeira só passa a ser viável economicamente para fornecedores de 15.000 toneladas de cana por safra.

A modernização na produção canavieira tem sido muito diferenciada, localizando-se sobretudo nas grandes áreas de lavouras. Conseqüentemente, também é diferenciada as necessidades de mão-de-obra, cuja demanda passa a ser essencialmente sazonal, ou seja menor demanda no preparo do solo e tratos culturais e maior demanda na colheita.

As mudanças ocorridas na agricultura decorrentes da incorporação da mecanização, ainda que parcial e da adoção de insumos modernos, só podem ser entendidos no bojo do movimento de expansão do capital, cujas consequência é tendência à generalização das relações capitalistas de produção. Shigeo Shiki (1984-6) distingue dois momentos que "sintetizam o exposto neste trabalho .

"Este movimento traduz-se num primeiro momento numa concentração de capital e num aumento da produtividade do trabalho.

Um segundo momento, produzido pela expansão do capital/máquina é a concentração fundiária. Ela ocorre em razão da disparidade entre o volume de capital concentrado num tração ou numa colhedeira e a quantidade de terra disponível numa determinada exploração..!"

À medida em que o espaço agrícola é insuficiente para a realização do capital investido em máquina e implementos agrícolas, ocorre a necessidade de expansão da área cultivada. A concentração fundiária passa a ser exigência da agricultura capitalista. Daí resulta a necessidade de recuperar as terras cedidas aos não proprietários assim como de agrupar novas propriedades às existentes. Junto com a concentração fundiária, as inovações tecnológicas, demandam modificações no processo produtivo e, conseqüentemente, nas relações de trabalho. Esse mesmo processo que expande o capital na agricultura e possibilita a mecanização, desenvolve os mecanismos de destruição das pequenas explorações, gerando excedente de mão-de-obra, não necessária à agricultura. A proletarianização dos moradores, posseiros, pequenos arrendatários e pequenos proprietários e sua conseqüente expulsão com a intensificação da produção agrícola, apresenta-se como processos associados. Um pressuposto do outro.

No entanto, se a passagem ao trabalho assalariado não é exclusivamente motivada pela introdução de novas técnicas produtivas (uma vez que antecede ao novo modelo de desenvolvimento agrícola) sua generalização, contudo, vem ocorrendo no bojo

de tais transformações.

O processo de proletarização, na região assume as características comuns as outras áreas, fundado em transformações sucessivas, nas relações tradicionais de trabalho, até que mudanças no caráter da estrutura produtiva no campo, estabeleçam condições específicas de absorção da mão-de-obra e de constituição do mercado de trabalho.

Como marca característica do desenvolvimento recente do capitalismo no campo, o processo de proletarização, implica na separação dos produtores dos meios de produção, assim como em crescente instabilidade do emprego. O fenômeno passa a se revestir de características muito específicas, na forma do emprego da mão-de-obra, vindo a constituir a população excedente. Para Brant (1977 - 40):

"O novo exército de reserva resulta da transformações nas empresas agropecuárias capitalistas que se desembaraçam de sua mão-de-obra residente sem que haja possibilidades de outras formas de emprego rural permanente para a maior parte dos trabalhadores".

Esse processo que resultou na constituição do mercado de trabalho e no surgimento do exercício de reserva, será compreendido, a partir da análise das transformações nas relações de produção na agricultura com a incorporação do morador e sua gradual transformação, resultando, daí, novos mecanismos de subordinação do trabalho ao capital.

É possível que, a despeito das significativas inovações, o recurso a alterações na organização do trabalho seja em diária ou por tarefa, que implicam em extensão da jornada de trabalho, favoreça o aumento de lucros extras, em detrimento do crescimento da produtividade do trabalho. Contudo, as mudanças na base técnica, acentuaram o processo de proletarização da mão-de-obra em curso. E, ao se combinar a expansão da produção canavieira com o PROALCOOL, generalizou-se o trabalho assalariado na região.

CAPÍTULO II

O PROCESSO DE PROLETARIZAÇÃO DOS TRABALHADORES RURAIS

É sabido que o desenvolvimento da agroindústria canavieira desenvolveu diferentes formas de extração do trabalho excedente, porém nem sempre de forma que explicitasse o caráter da relação social de produção que lhes imprimia, embora, em todas, contivesse a subordinação do trabalho ao capital.

Os diferentes mecanismos utilizados para substituir a mão-de-obra escrava, que começou pela fixação do morador às fazendas, ou pela relação de "foreiro", em áreas mais distantes da cultura canavieira, porém, também utilizada nos momentos de maior exigência de mão-de-obra, ou, ainda, a contratação de trabalhadores "livres", para o corte da cana além dos trabalhadores temporários, todas estas formas viriam a configurar diferenciada gama de relações, que persistiria sem grandes mudanças até os anos 50. Aos moradores e foreiros, juntavam-se os trabalhadores de fora, os cassacos, corumbas, catingueiros que desciam da zona agrestina para trabalhar no corte da cana, retornando no final da safra para suas áreas de origem.

A maioria dos autores destaca o papel da categoria de morador na produção canavieira^{1/} por definir mais explicita

^{1/} Em Andrade (1982) iremos encontrar a caracterização das diferentes relações de trabalho, retomada por Wanderley (1978) Sigaud (1979) Sales (1982) sob diferentes enfoques.

mente o caráter das relações predominantes até os anos 50. Como bem salienta Sales: (1982 - 71):

"... a necessidade de fixar a mão-de-obra, resultou em nova forma de relação de produção em que o trabalhador assalariado que sucedeu ao escravo, supria parte de sua subsistência com recursos não monetários. Essa era uma forma de reduzir a expressão monetária do custo de reprodução da força de trabalho, ao mesmo tempo em que, possibilitando aos trabalhadores disporem de um sítio ou roçado no interior da propriedade canavieira, onde cultivavam lavouras de subsistência e pequena criação, retinha essa população trabalhadora, no caso constituída em grande parte pelos moradores de condição".

Associado aos diferentes mecanismos de subordinação da mão-de-obra à produção canavieira, a estrutura patriarcal e autoritária, herdada do período em que predominava o trabalho escravo, havia o recurso a outras formas extra-econômicas como o "cambão", a "condição" a "sujeição" e, às vezes, a compra de trabalhadores que se endividavam com o proprietário.^{2/}

^{2/} O cambão era a prestação de dias de trabalho gratuito ao proprietário, podendo ser um dia por semana ou por mês. A condição constitui a exigência do proprietário ao morador de ter acesso aos roçados, desde que trabalhe na produção canavieira certos dias da semana, seja em diária ou produção. A sujeição, ocorria, sobretudo, no algodão, quando o proprietário proibia a venda do produto fora da propriedade. Era o proprietário quem comprava, pelo peso, preço e classificação que lhe convinham, justamente na safra, quando o preço estava baixo. (Carneiro: op. cit. pág. 32).

A "compra de trabalhadores" ocorria até os anos 40. Para deter os moradores os senhores de engenho emprestavam-lhes pequenas quantias, só permitindo que os devedores deixassem a propriedade quando o débito fosse saldado. (Correia de Andrade, op. cit. pág. 109).

O período de maior requerimento de mão-de-obra foi quando se deu a implantação das usinas, em substituição aos engenhos banguês, ampliando sua capacidade industrial e, absorvendo a produção agrícola de muitas propriedades para atender ao volume necessário de matéria-prima. Contudo, sempre que ocorria refluxo das atividades produtivas na lavoura canavieira em decorrência dos processos cíclicos da demanda externa do açúcar, a mão-de-obra empregada voltava às atividades de subsistência no interior das propriedades canavieiras. O papel do Estado, nesses momentos, era decisivo na sustentação do setor, conforme salientamos no primeiro capítulo.

O crescimento dessa população à disposição da produção canavieira, sofria revezes, quando a atividade canavieira voltava a se intensificar nos momentos favoráveis de demanda externa do açúcar, exigindo maior dedicação dos moradores, resultando num fator de mudanças em sua condição de moradores, momento em que muitos engenhos de "fogo morto", voltavam às atividades de plantação de cana. (Sales: 1982 - 73).

Associado à expansão da cana de açúcar, introduzia-se alteração na organização do trabalho, substituindo o pagamento por diária pelo pagamento por tarefas realizadas. Sales (1982 - 73) considera que na mudança da organização do trabalho, a tarefa foi substituída pela conta na remuneração do trabalho por produção.

Importa salientar que estavam criadas condições propícias para as transformações nas relações de produção na agroindústria canavieira. E este é um marco importante no processo de proletarização da mão-de-obra agrícola, redefinindo o con

teúdo das relações de trabalho, até então, mantidas.

O papel exercido pela usina no processo de mudanças nas relações de produção tem sua relevância, conforme salienta Cabral (1952):

"Sua influência sobre as relações de morada, representou elemento de negação dos mesmos e de incentivo à expansão do capitalismo no campo, através do trabalho assalariado... Estas unidades (as usinas) por terem composição superior a dos engenhos, terão muito mais facilidade de dispender volumes maiores de capital variável, pois, face ao volume total de capital por elas comandado, o capital variável para as mesmas terá peso relativo bem menor que para os engenhos. O processo de proletarização dos trabalhadores da cana estava em curso, a partir do momento em que a usina supera o engenho e passa a dominar a produção canavieira e açucareira".

Estes argumentos, a nosso ver, são de fundamental importância para entender os mecanismos que intensificaram o processo de proletarização, uma vez que é comum atribuí-lo à redução dos sítios, como exigência da expansão da área da cana cultivada.

O roçado, ao mesmo tempo que representava complemento do salário monetário, significava ter a mão-de-obra, dividindo seu tempo de trabalho entre a lavoura de subsistência e a lavoura canavieira. A expansão da área cultivada que a usina exigia para atender sua capacidade de moagem, colocou a necessidade não mais de fixar a mão-de-obra, como ocorreu no início do

processo usineiro, mas a exigência de maior subordinação do trabalhador à produção canavieira, intensificando o trabalho, pelo aumento dos dias dedicados ao trabalho na cana de açúcar e pela redução do tempo dedicado aos roçados.

Esse processo nada mais é que um dos mecanismos que visa, em última análise, extrair mais sobretrabalho dos mesmos homens, cuja continuidade dependeria do processo de mudanças sucessivas na lavoura canavieira.

Até agora vimos analisando como o processo de proletarização encontra-se relacionado às mudanças de caráter econômico no interior da estrutura produtiva da agroindústria canavieira. No bojo destas mudanças que resultou em processo de expulsão dos moradores e foreiros das propriedades, ocorreu o enfrentamento entre patrões e trabalhadores no final da década de 40 e, sobretudo, nos anos 50^{3/}, quando os assalariados e camponeses reagiram de forma organizada ao processo de expulsão e contra as formas de exploração do trabalho vigentes até então.

As lutas desenvolvidas contra o "cambão", a condição e a sujeição e pela regulamentação do trabalho, através de Ligas Camponesas e Sindicatos Rurais, foi o início de um processo de desmistificação das relações de dominação assentadas no autoritarismo dos proprietários e na política de clientela dominante, permitindo no processo de lutas, manifestar os antagonismos subjacentes a essas relações.

3/ No período 1945/47, organizaram-se as primeiras Ligas Camponesas, logo desbaratadas, para retomarem o processo nos anos 50, juntamente com o movimento de sindicalização rural.

Há, contudo, um fator de ordem política que não pode ser despresado sob pena de se perder de vista a compreensão da conjuntura em que se deram as lutas. Trata-se do papel desempenhado pelas lutas trabalhistas em Pernambuco, a partir da promulgação do Estatuto do Trabalhador Rural.

Para Pernambuco, onde se concentrou o movimento de sindicalização dos Trabalhadores Rurais, o processo político emergente havia criado condições específicas que resultaram em melhorias salariais para os trabalhadores. (Sales 1982 - 79).

A promulgação do Estatuto do Trabalhador Rural em 1963, veio garantir aos assalariados o direito à percepção do salário mínimo, repouso semanal remunerado, férias e o décimo terceiro salário. Regulamentando as relações de trabalho, o Estatuto constituiu uma das vitórias do movimento de sindicalização rural. Estas melhorias salariais fazem parte do contexto de lutas em que a sindicalização rural se constitui num dos marcos do momento político em que o governo de Miguel Arraes passaria à história como o governo da concessão dos direitos.

No mesmo ano da promulgação do Estatuto, os trabalhadores canavieiros conseguiram regulamentar a quantidade de trabalho correspondente a uma tarefa, através do "Acordo de Campo". A Tabela de Campo discriminava o número de contas ou de braças equivalentes a uma tarefa ou dia de trabalho. Segundo Wanderley (1980 - 96) o Contrato Coletivo de Trabalho na zona canavieira foi por duas vezes reformulado. Em 1965, a Convenção Coletiva assinada, reduzia o tempo necessário para a execução da tarefa de oito para seis horas, sem reduzir o tamanho da tarefa. A compensação pelas duas horas perdidas no salário seria a concessão

de uma parcela de terra para culturas alimentares reconhecida como de direito no Decreto nº 57020/1965. A "Lei dos dois hectares", tornou-se letra morta, após o golpe militar de 1964 e, só mais tarde, na greve dos canavieiros de Pernambuco em 1979, é que a Tabela foi retomada como obrigatória.

Os autores são unânimes em admitir que as lutas trabalhistas acentuaram o processo de proletarização, pois à medida em que os proprietários se desvencilhavam da mão-de-obra dos moradores, desvencilhavam-se, também, dos encargos trabalhistas.

Em Sapé, ou melhor, na Paraíba, em seu conjunto, o processo de proletarização não sofreu os mesmos resultados ocorridos em Pernambuco. A promulgação do Estatuto do Trabalhador Rural foi utilizada como bandeira de luta, mas suas repercussões estiveram limitadas, por uma série de fatores que merecem ser destacados. Primeiro, a constituição da força de trabalho assalariada foi mais lenta, ou seja, eram mais fortes os mecanismos de dominação sobre a mão-de-obra. Em contrapartida foram mais radicais as lutas empreendidas contra o "cambão" e a condição, resultando em assassinatos, prisões, repressões, etc. O Movimento Camponês revestiu-se de extrema radicalidade ao mesmo tempo em que apresentava grande capacidade de organização.

Não querendo negar a existência da mão-de-obra as salariada na região de Sapé, nem minimizando as bases sobre as quais fundava-se a organização do trabalho na agricultura, é inegável (no período 1955/64) a predominância de trabalhadores cujas relações mantinham os mecanismos utilizados para rebaixar os custos de reprodução da mão-de-obra, como o sítio, o roçado, o

"cambão"; foi sob essa base material que se manifestaram os conflitos e conseqüentemente as reivindicações do movimento camponês, além das indenizações por benfeitorias na propriedade, de 20, 30 anos de serviço. Essa ambigüidade contida no acesso a sítios e roçados, ainda que combinada ao salário por diária ou por tarefa, escondia relações sociais em transformação que a organização do trabalho por produção havia introduzido.

Em Sapé na década de 1960, 70% da mão-de-obra agrícola era constituída de moradores; alguns se assalariavam, outros não. Os foreiros e rendeiros atingiam 15% do total, enquanto os trabalhadores urbanos assalariados puros somavam 10%, dos quais 5% possuíam roçado arrendado nas imediações da sua residência e, 5% não tinham roçado. Os 5% restantes eram incluídos em "Outros" (Carneiro: 1963 - 66).

Em segundo lugar, a expressão organizacional que assumiu preponderância na região foi a da Liga Campinesa, vindo, posteriormente, a ocorrer a passagem para Sindicatos Rurais. Conseqüentemente, foram reforçadas as bandeiras defendidas pelo movimento camponês. Não queremos adiantar tais questões a serem tratadas no terceiro capítulo. Contudo, queremos enfatizar que o peso dos conflitos em torno das questões fundiárias na região, definia o conteúdo das lutas desencadeadas, em razão da predominância de uma categoria em transição para o assalariamento. As lutas contra o "cambão", a condição, a sujeição, que explicitavam e desmistificavam as relações entre os proprietários e a mão-de-obra residente nas fazendas, foram determinantes no processo de expulsão e de mudanças na organização do trabalho.

O conjunto da mão-de-obra da região de Sapé sofreu expropriação radical no final dos anos 60 e, sobretudo, nos anos 70, quando os trabalhadores encontravam-se totalmente desmobilizados e, ainda, atemorizados com a repressão que se abateu sobre as lideranças e associados das Ligas Camponesas. Nesse período, os moradores ou foram expulsos ou foram modificadas as relações com o proprietário, incorporando-se os trabalhadores ao assalariamento no regime de trabalho por produção, nas mesmas condições dos trabalhadores expulsos.

1. MUDANÇAS NA ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO

A rigor, tem-se considerado dois períodos no desenvolvimento da produção canavieira que se distinguem pela natureza dos processos de liberação da mão-de-obra. O primeiro que se inicia na década de 1940 e se intensifica nos anos 50, quando os mecanismos de fixação da mão-de-obra - para atender à expansão da produção canavieira - começam a perder sentido para os proprietários.

A disponibilidade da mão-de-obra para a exploração comercial da cana de açúcar, impunha como exigência, a subordinação do morador, reduzindo o trabalho nas lavouras de subsistência e impondo maior dedicação à lavoura canavieira.

É desse período as mudanças na organização do trabalho na produção canavieira com repercussões no âmbito das relações de produção. Sales (1982 - 75) chama a atenção para a compreensão de tais mudanças, a partir da organização do trabalho,

ao invés da correlação entre o desenvolvimento das forças produtivas e tais mudanças, pelo fato de os responsáveis pelo crescimento da lavoura canavieira haverem apelado para vários mecanismos de superexploração da força de trabalho, associada ao crescimento horizontal da cana de açúcar, antes de buscar soluções que implicassem em mudanças tecnológicas no cultivo da cana.

A eliminação dos sítios e roçados para os moradores, funcionou como mecanismo que permitia aos proprietários obterem crescente quantidade de força de trabalho dos moradores. Para isso a mudança na forma de pagamento que deixou de ser por tempo de trabalho e passou a ser por produção, exigiu mudanças na organização do trabalho (Cabral - 1979).

Seguindo o mesmo raciocínio, Carneiro (1982 - 127) ressalta que o interesse em fixar a mão-de-obra passou a plano secundário, em função de novo mecanismo de subordinação da força de trabalho, cuja implicação foi a de pôr em xeque sua divisão entre a atividade de subsistência e a lavoura canavieira. Em última análise:

"Tratava-se antes de mais nada de eliminar qualquer possibilidade de o trabalhador obter seu sustento que não fosse através da venda de sua força de trabalho transformando-se, assim, em assalariado puro".

Segundo Correia de Andrade o regime de trabalho sofreu importantes mudanças nos últimos 30 anos: (1980 - 112).

"Até a década de 30 (o trabalho) era sempre em diária, iniciando-se a faina agrícola com o nascer do sol. Os trabalhadores eram reunidos em turmas que trabalhavam juntos, enfileirados, sob a vigilância do feitor. Era o eito. (grifo nosso)

A mudança na modalidade de pagamento, deixando de ser por tempo de trabalho (a diária) passou a ser por produção, medido pela tarefa ou conta. Segundo Sigaud (1979 - 136) em Pernambuco, a tarefa precedeu à conta, sendo a primeira em área de 625 braças, onde se deveria executar determinados serviços durante um período de tempo não previamente fixado. A conta substituiu a tarefa em final da década de 40 e início da década de 1950, constituindo-se em área de dez braças quadradas. Correspondia a uma jornada de trabalho, remunerada por dia, não na base da diária mas, por produção. A tarefa ou a conta funcionaram como medidas para o plantio e as limpas, enquanto que, para o corte, a medida foi na base de feixes de cana (no tempo da tarefa) passando a ser por tonelada, com a conta.

Com as mudanças na forma de organização do trabalho e a tendência a deixar de existir a alternativa do sítio ou roçado, estavam dadas as condições para a plena exploração dos moradores, desvendando o caráter de mercadoria da força de trabalho subordinada ao capital. O recurso à intensificação do trabalho que a nova modalidade de trabalho introduziu, não alterou o caráter da produção. Pelo contrário, tornou-se mais explícita com a intensificação do processo de expropriação dos moradores.

Como bem salienta Marx (Livro 1, cap. XIX pág.

637 - 639):

"É claro que a diversidade na forma de pagamento do salário em nada altera absolutamensua natureza, embora uma forma possa ser mais favorável que a outra".

"No salário por tempo, o trabalho se mede diretamente pela sua duração. No salário por peça, pela quantidade de produtos em que o trabalho se materializa num dado espaço de tempo. O preço do tempo de trabalho continua determinado pela equação: valor da jornada de trabalho = valor diário da força de trabalho. O salário por peça é portanto, apenas uma forma modificada do salário por tempo".

A organização do trabalho por produção constitui forma de permitir descontos salariais e trapagens no preço pago pela quantidade de trabalho. Permite ao proprietário a medida precisa da intensidade do trabalho, corporificado numa quantidade de mercadorias previamente determinadas e fixadas pela experiência, a partir das sucessivas mudanças do eito, da tarefa, da conta.

O trabalho por produção, por outro lado, dispensa a fiscalização que existia no eito e incorpora, agora, nova figura: o empreiteiro. Seus ganhos decorrem da diferença entre o preço do trabalho pago pelo proprietário ao empreiteiro e o salário que eles realmente entregam ao trabalhador. Trata-se de uma forma de abuso em que "a exploração dos trabalhadores pelo capital, se realiza através da exploração do trabalhador pelo trabalhador". (Marx: Livro 1, Cap. XIX pág. 640).

No regime de trabalho por produção, passa a ser interesse do trabalhador, empregar sua força de trabalho o mais intensamente possível, o que coincide com os interesses do proprietário em elevar o grau de intensidade do trabalho. De igual modo passa a ser do interesse do trabalhador, prolongar a jornada de trabalho, a fim de aumentar o salário semanal.

Na Paraíba e, particularmente em Sapé, a introdução do trabalho por produção, veio a se dar, sobretudo, nos anos 50/60, institucionalizando a remuneração por produção, que corresponde à área de 12 x 13 braças quadradas, ou seja 156 cubos para o preparo do solo, plantio, limpas, enquanto no corte, ou seja, a colheita é medida por toneladas de canas cortadas. Varia, contudo, o preço pago pela conta, conforme a maior ou menor dificuldade do serviço. Por exemplo, trabalhos com mato mais pesado, paga-se mais: áreas de mato mais leve, o preço é mais baixo. A limpa, corresponde um preço diferente do preço do plantio, embora a área, isto é, o tamanho da tarefa seja o mesmo. A conta ou tarefa na Paraíba é maior do que em Pernambuco. Neste Estado corresponde a 10 x 10 braças de 2,20 m.

Tais mecanismos que se introduzem quando uma parte da mão-de-obra residente foi inteiramente expropriada, constitui o segundo momento do processo de proletarização dos trabalhadores rurais. Esse período subsequente, reforça e sedimenta o que já havia iniciado nos anos 50/60, intensificando-se nos anos 70. O processo é mais intenso nas regiões de grande propriedade na produção de cana de açúcar e do abacaxí.

Na região de Sapé, a mão-de-obra predominante passou a ser os assalariados, na condição de moradores - clandesti

nos ou fichados.^{4/} A agricultura da região continuou combinando trabalhadores assalariados totalmente expropriados, e moradores assalariados com acesso à terra para culturas de subsistência. Além desses trabalhadores, a produção da cana e do abacaxi absorve na safra os pequenos produtores da região ou de regiões vizinhas.

A empreitada passou a ser uma das principais formas de contratação da mão-de-obra expulsa que é arregimentada na cidade. Trata-se de sistema mais racional para o proprietário que, de um lado, se desobriga dos encargos sociais, estabelecendo o empreiteiro como contratante da força de trabalho; e, de outro lado criando condições favoráveis para aumentar o trabalho excedente, através da intensificação do trabalho por produção. Através da empreitada, o "gato" ou empreiteiro consegue se apropriar de uma parte do sobretrabalho, quando da medição da tarefa e no preço do trabalho. Normalmente o empreiteiro ajusta um preço com o proprietário e outro com o trabalhador.

Entre as diferentes categorias de trabalhadores que se assalariam, há elementos de diferenciação entre si no processo produtivo e de unificação do conjunto da mão-de-obra.

Entre fichados e clandestinos, o elemento diferenciador é o número de contas estabelecidas para cada um realizar. Ao trabalhador fichado é destinada uma tarefa que implica em maior volume de tempo, seja porque lhes são reservadas as piores

^{4/} É semelhante a outros estados, como Pernambuco, a utilização das categorias mencionadas sobre os clandestinos. Ver Lígia Sigaud, que desenvolve um estudo sobre a categoria.

áreas, seja porque o trabalho pode ser mais pesado, além de só ser possível realizar uma conta por dia. Como a remuneração é baseada no número de contas feitas durante a semana, o fichado obtém uma remuneração inferior e do trabalhador clandestino.

Esse impedimento do trabalhador fichado realizar mais de uma tarefa por dia, quando é possível, é justificado pelo proprietário pelo fato de aumentar os encargos sociais, encarecendo, portanto, os custos com a mão-de-obra permanente, devidamente regularizada.

O trabalhador clandestino não escolhe áreas para trabalhar. Mas o proprietário se encarrega de entregar aos empreiteiros as áreas de trabalho que não dificultem a disponibilidade da força de trabalho.

O que caracteriza os clandestinos é a disposição para trabalhar, sendo facultado o número de contas que suporta realizar. Esse cálculo é feito segundo a possibilidade que o trabalhador disponha de mobilizar a força de trabalho familiar para ajudar em maior número de contas. Desse modo, ao clandestino é facultado definir sua "disposição". Como a força de trabalho é remunerada por produção e não pela jornada diária de trabalho, a liberdade de realizar mais de uma conta permite que o clandestino eleve o salário, em contraposição aos trabalhadores fichados, cuja remuneração é fixada pelo limite de contas, sendo, portanto, impedido de aumentar a remuneração semanal.

Essa diferenciação feita no processo produtivo entre fichados e clandestinos, com base no volume de contas realizadas, reflete-se em diferenciais de remuneração e, constitui

uma das causas que tem levado os trabalhadores fichados a darem baixa na carteira de trabalho, transformando-se em trabalhador clandestino (Região de Sapé) ou avulso.

A concorrência que se produz entre os trabalhadores é, desse modo, acionada no interior do processo produtivo e, permite que aumente a intensidade do trabalho através do prolongamento da jornada de trabalho por produção, contribuindo desse modo para uma divisão entre os assalariados.

Os mecanismos de diferenciação entre fichados e clandestinos, contribui, ainda, para maior instabilidade do emprego, reforçando a temporariedade do trabalho. Contraditoriamente, o que se consumou como trabalho temporário do ponto de vista do proprietário, tornou-se permanente para o trabalhador avulso, ou seja, o trabalho assalariado é temporário para as fazendas, ainda que se intensifique nos períodos de colheita. E, é permanente para o próprio, trabalhador clandestino, porque dispõe unicamente de sua capacidade de trabalho para vender ao proprietário e, assegurar sua reprodução durante todo o ano agrícola. Isto, sem contar com os períodos de entressafra, quando diminui a oferta de emprego, sendo os trabalhadores obrigados a viver de biscaites, serviços eventuais ou mesmo passarem parte do período desocupados. Quando ocorre haver serviços nas propriedades, submetem-se a diárias inferiores ao preço normal.

O proprietário ao impor condições de trabalho diferentes para fichados e clandestinos, através do limite de tarefas que estes últimos podem realizar, reduz o salário semanal e impulsiona os trabalhadores fichados a se transformarem em clandestinos, pressionando indiretamente a força de trabalho com es

tabilidade de emprego a se incorporar à massa de trabalhadores flutuante no mercado de trabalho.

Integrando-se ao sistema de empreitada e, portanto incorporando-se ao contingente de força de trabalho assalariada, os safristas periodicamente se deslocam de outras regiões do Estado no período de corte da cana e da colheita do abacaxí, que coincide com a entressafra na produção de alimentos dos pequenos produtores. Para estes, o assalariamento na região do Agro Pastoral de Sapé, constitui atividade complementar à produção de subsistência em suas áreas de origem. Associam-se aos que vêm de longe, os pequenos proprietários, arrendatários, posseiros de regiões vizinhas e do próprio município no trabalho temporário, até findar o corte da cana, quando, então, regressam à produção para o autoconsumo.

Os trabalhadores temporários de outras regiões, desempenham a função de suprir as necessidades de mão-de-obra no período de maior demanda de força de trabalho na produção canavieira e do abacaxí. Estes trabalhadores temporários que, em período menor do ano se incorporam ao trabalho assalariado, mantêm relação com a terra, seja na condição de posseiros, arrendatários, ou pequenos proprietários.

Hoje, no município de Sapé, os safristas estabelecem contratos verbais de trabalho com o proprietário e, ao término do contrato, as indenizações devidas são encaminhadas ao Sindicato para homologação do Acordo entre o patrão e os trabalhadores. Até bem pouco tempo os contratos de safra eram efetuados individualmente.

Os contratos de safra têm caráter de "serviços prestados", sem assinatura da carteira ou documentos de comprovação. Contudo, as propriedades rurais que estão assumindo o caráter de empresa agrícola, recorrem a este tipo de contrato como uma das formas de não terem questões trabalhistas a serem posteriormente reclamadas. Consta dos Acordos, o pagamento das indenizações por tempo de serviço, 13º salário, férias, etc. É recorrente constar nos termos dos acordos homologados no Sindicato, que "o trabalhador se compromete a não mais reclamar o respectivo direito".

Os contratos de safra estão sendo feitos também com os pequenos produtores do Município, quando não é o caso de empreitada. Esta tem sido uma das campanhas desenvolvidas pelo Sindicato, com resultados parciais razoáveis, ampliando o leque de possibilidades de reivindicações sucessivas para a força de trabalho assalariada da Região.

A mão-de-obra que permaneceu residente nas propriedades perdeu as vantagens advindas da condição de morador. Primeiro, o acesso à terra foi paulatinamente eliminado. Os filhos de moradores já não têm o mesmo direito à exploração de uma parcela de terra para sítio ou roçado. E, como consequência da perda, a remuneração do trabalhador passou a ser efetivamente em salário, pago em diárias ou por produção, dependendo do período do ano agrícola.

Era costume os moradores se assalariarem temporariamente na produção canavieira. Hoje identificam-se diversas formas de utilização da força de trabalho que permaneceu com a morada. Registra-se margem razoável de moradores que se

encontram à disposição dos proprietários, de tal maneira que são obrigados a trabalhar nas condições impostas pela fazenda. Trata-se, ainda, do trabalho de condição de três a cinco dias. Nessas condições ainda há o direito à moradia e o de plantar roçado. Essa forma residual, não predomina no município, mas é um dos recursos utilizados para a mão-de-obra permanente.

Nas propriedades onde ainda existe o trabalho de condição sob a forma de trabalho assalariado por produção, a limpeza deve ser feita pelos moradores e o corte pelos trabalhadores de fora da fazenda. Nestes casos é freqüente o recurso a deslocar moradores para áreas menos férteis ou sem exploração, para ocupar a área com cana ou gado. O regime de morador de condição, limita-se, hoje, aos mais antigos nas propriedades, sendo proibido, em alguns casos, trabalhar fora da propriedade. Noutros casos só têm direito à moradia sem o sítio ou roçado.

Em áreas incultas os proprietários cedem lotes a novos moradores para destocamento e preparo do solo por um a dois anos, quando, então, findo o prazo, as terras são destinadas à cana ou ao gado.

Estes diferentes mecanismos eram utilizados com todos os moradores da região. Constitue retrato dos diferentes processos, pelos quais a mão-de-obra passou, até ser transformada em assalariada residente nas propriedades. E, se ainda resistem, é porque o processo de assalariamento não é linear nem unívoco, coexistindo com diferentes formas de utilização da força de trabalho. Contudo, um elemento unifica o conjunto da força de trabalho: trata-se da organização do trabalho por produção, principal

modificação dos últimos 30 anos.

O morador assalariado, como é conhecido na região, é reduzido nas propriedades, mas presente em quase todas as fazendas, sendo o sistema de trabalho por produção generalizado. Como em todo processo de mudanças, vem carregado dos velhos elementos que lhes deram origem e, simultaneamente incorporando novas características. O que nem sempre confere uma feição clara para os trabalhadores, dada a ambigüidade de formas com as quais ainda se reveste a relação. A tendência evidencia a eliminação das formas antigas de trabalho, e as possibilidades de acesso à terra, reforçando o processo de assalariamento. E, se para uma parcela de trabalhadores estas vantagens ainda existem, é porque para os proprietários o acesso aos roçados funciona também como forma de manter a parcela mínima necessária de mão-de-obra residente.

Se a diferenciação interna entre moradores, fichados, clandestinos, safristas é produzida pelas condições estabelecidas na organização do trabalho, o regime de trabalho por produção como forma mais adequada de exploração da força de trabalho para os proprietários, estabelece a unificação e, elimina as ambigüidades, que a aparência nos leva a perceber. A diferenciação entre os trabalhadores, funciona, também, como fator que aumenta a concorrência e, portanto, como reabaixador do preço da força de trabalho. A organização do trabalho, além de ser processo de trabalho e de produção, é o elemento norteador dos diferentes mecanismos que possibilitam aumentar a intensidade do trabalho, acelerando a liberação da força de trabalho, imprimindo-lhe nova marca. A temporariedade do trabalho generaliza os meca

nismos de emprego da mão-de-obra, e de organização do mercado de trabalho.

Desse modo, se a diferenciação concorreu para divi
dí-los através da concorrência acentuada, o conjunto da força de
trabalho se unifica no mercado, na clandestinidade do conjunto
dos trabalhadores que podem legalmente reivindicar direitos e
vantagens, apesar da condição de clandestinos.

A possibilidade de unificação dos trabalhadores as
salarizados acontece num primeiro momento objetivo, no mercado
com a constituição do exército de reserva. E num segundo, atra
vés das lutas concretas pelos direitos trabalhistas.

2. CONSTITUIÇÃO DO MERCADO DE TRABALHO

Vimos, anteriormente a relação entre as
mudanças na organização do trabalho na agricultura e a diferen
ciação entre os trabalhadores como parte do processo de proleta
rização que culmina com a prevalência da temporariedade do traba
lho como marca constitutiva do processo, a partir da gradual in
tensificação da produção canavieira.

A predominância do assalariamento na região de Sa
pê, com tendência à redução dos moradores, constitui processo que
acompanha a especialização da região nas culturas da cana de açú
car e do abacaxí, associado à concentração de terra e do capital
na agricultura.

Resulta, daí, um movimento de liberação da mão-de-
-obra originalmente residente nas fazendas, seja da mão-de-obra

familiar, que passa a estabelecer relações de emprego formal, seja da separação dos moradores dos roçados de subsistência dos grandes estabelecimentos, eliminando, em parte, a pequena produção de alimentos e, alocando parte dos pequenos produtores nas áreas de predomínio da pequena produção ou nas pontas de rua da cidade de Sapé.

O que se observa é o processo de expulsão dos trabalhadores residentes sem que possa ser aumentado na mesma proporção a área da pequena produção de alimentos, nem o ritmo de emprego da mão-de-obra.

Nestas condições criaram-se os pressupostos da constituição do mercado de trabalho, formado pelo excedente de mão-de-obra na condição de clandestinos, configurando o exército de reserva. Estes elementos dão-se de forma articulada e, seu entendimento passa pela necessidade de verificar o comportamento de outras variáveis, tais como: o comportamento da população nos períodos aqui analisados, assim como em que medida, mudanças na base técnica permitiram reduzir o emprego da mão-de-obra, de modo a contribuir para aumentar o excedente de mão-de-obra agrícola.

Os dados sobre o crescimento da população rural e urbana nos vários períodos intercensitários na região de Sapé, indicam que houve diminuição da população rural e aumento da população urbana. Em 1950, a população rural atingiu 76,9% da população total, enquanto em 1980, foi de 54,2%. A população urbana que era de 23,1% em 1950 passou para 45,8% em 1980. Observa-se que houve, decréscimo da população total entre 1960 e 1970, assim como da população rural em termos absolutos e relativos. In

dicam, indiretamente, que nesse período, ocorreu o processo de expulsão, fato aliás comprovado pela pesquisa de campo que realizamos. Além disso a variação ocorrida no contingente de trabalhadores temporários e permanentes também evidencia mudanças na composição da mão-de-obra.

Se observarmos o conjunto das categorias de trabalhadores rurais de Sapé no período analisado, assiste-se a um crescimento da Mão-de-Obra Familiar entre 1950 e 1960 muito significativo, bem como dos Empregados Permanentes. (Tabela XVIII)

Coincide, como vimos antes, com o período de crescimento no número de estabelecimentos pequenos e de sua área total, ocasião em que a produção de mandioca e do abacaxi em pequenas unidades teve crescimento considerável.

A Mão-de-Obra Familiar cresceu, também, na década de 1970, sofrendo, porém, redução nos anos 80, correspondente a 57,6% do total do Pessoal Ocupado.

É possível, também, que o incremento da Mão-de-Obra Familiar e da pequena produção tenha resultado de um processo de parcelamento de algumas propriedades na década de 1950, aumentando o número de estabelecimentos numa proporção maior do que o crescimento da área. Esses elementos têm a ver com o pro

Tabela XVIII

Paraíba

Município de Sapé

Composição da Mão de Obra Ocupada - 1950/1980.

Anos	Mão de Obra Familiar		Empregados Permanentes Parceiros e Outra Condição		Empregados Temporários		Total de Pessoal Ocupado	
	Contingente	%	Contingente	%	Contingente	%	Contingente	%
1950	1.365	37,0	542	14,0	1.786	49,0	3.693	100,0
1960	5.066	53,1	3.273	34,2	1.209	12,7	9.548	100,0
1970	7.920	64,4	1.847	15,0	2.529	20,6	12.296	100,0
1980	6.023	57,6	1.855	18,0	2.583	24,4	10.461	100,0

Fonte: FIBGE - Censos Agropecuários, 1950, 1960, 1970, 1980.

Tabela XIX

Paraíba

Município de Sapé

População em Idade Economicamente Ativa e Pessoal Ocupado nos
Estabelecimentos Agropecuários 1950/1980.

Anos	População de 10 anos e mais	% da População Total	Total do Pessoal Ocupado	% da População Total
1950	3.175	8,73	3.693	10,16
1960	8.091	23,42	9.548	25,13
1970	10.382	35,12	12.296	41,59
1980	8.109	29,12	10.461	37,90

Fonte: FIBGE: Censos Agropecuários, 1950, 1960, 1970, 1980.

cesso de expulsão dos moradores e com a relativa expansão da pe
cuária na região. Por outro lado, admitimos que uma parcela de
pequenos produtores tenha passado por um processo de "diferencia
ção", proletarizando-se uma camada que não consegue ultrapas
sar o nível da subsistência, e outra que conseguiu se reprodu
zir, possivelmente na produção do abacaxi e do inhame na qualida
de de produtores que visam essencialmente o mercado. X

Poderia parecer um contracenso afirmar que ocorreu
um processo de diminuição da mão-de-obra nas propriedades, a par
tir de sua expulsão, quando se verifica na Tabela XVIII, o cresci
mento da Mão-de-Obra Familiar. Acontece que os dados dos Censos
Agropecuários não conseguem evidenciar que uma parte significati
va da Mão-de-Obra Familiar é absorvida no trabalho da cana e do
abacaxí, auxiliando os chefes de família no cumprimento da tare
fa, ou ainda na produção de mandioca e do inhame, remunerados
por diária.

Por outro lado, as áreas de pequena produção do
Município, assumiram o encargo de absorver, enquanto foi possí
vel, a população sobranete das grandes propriedades, ainda que
contraditoriamente a produção de alimentos básicos, tivesse sua
área reduzida entre 1950 e 1980. Somente uma nova cultura ali
mentar vem ganhando impulso como produto comercial, além da man
dioca: é a produção de inhame em Sapé, destinada, em sua maior
parte, para a Inglaterra e para o mercado de alimentos da região
(Campina Grande, Sapé e Guarabira),^{5/} sendo produzida na zona

^{5/} Dados coligidos em entrevistas feitas a pequenos produtores
da região de Sapé.

agrestina por pequenos produtores.

A categoria dos Empregados Permanentes (a qual agregamos os parceiros e outra condição, inexpressivos, numericamente) teve crescimento entre 1950 e 1960, caindo a participação daí por diante, ou seja, de 34,2% em 1960, para 18,0% em 1980. Presume-se que os Empregados Permanentes eram moradores que residiam nas propriedades com direito a sítio ou roçado.

Os Trabalhadores Temporários cresceram em número à proporção que diminuíam os Trabalhadores Permanentes. Com base nos dados dos Censos, entre 1960 e 1980 seu crescimento foi de 12,7% para 24,6% respectivamente, ou seja um incremento da ordem de 117,5% nestes decênios. É possível que os dados do IBGE estejam subestimados, sobretudo quando comparamos o total do Pessoal Ocupado registrado em 1980 nos Censos Agropecuários, com as estimativas feitas pelo Sindicato Rural de Sapé, a partir da pesquisa realizada em todas as propriedades, pontas de rua da sede, povoados e zonas de pequena produção, totalizando 10.000 trabalhadores assalariados aproximadamente, sejam permanentes, temporários, moradores, etc.

Além disso, é preciso atentar para o fato de que as categorias utilizadas pelo IBGE - Empregados Permanentes e Empregados em Trabalho Temporário - não correspondem ao que se supõe sobre elas como bem salienta Sales (1982 - 99) ou seja, de que a primeira corresponde aos Trabalhadores residentes nos estabelecimentos e, a segunda, aos trabalhadores clandestinos residentes fora dos estabelecimentos.

Restaria verificar em que medida as mudanças na ba

se técnica podem ter afetado o volume de trabalhadores absorvidos na produção capitalista da região. É óbvio que alterações no emprego da mão-de-obra no sentido de sua redução, irão depender das dimensões das empresas agrícolas instaladas, associado a mudanças nas relações de produção.

Na produção canavieira e do abacaxi dos grandes e médios estabelecimentos, ocorreu expansão da área cultivada, crescendo no mesmo ritmo, a absorção da mão-de-obra temporária. Como não dispomos dos dados do INCRA/78 para o Município de Sapé, é difícil avaliar a distribuição da mão-de-obra ocupada nos diferentes estratos de área e onde mais se concentram os assalariados, ou seja, em que faixa de imóveis é maior a absorção de mão-de-obra que se assalaria no campo, relativamente.

Apesar das limitações dos dados secundários, a pesquisa de campo através de entrevista a proprietários da região, evidenciou a tendência à diminuição da mão-de-obra permanente e, aumento do emprego da mão-de-obra temporária.

Com a introdução de máquinas e implementos agrícolas nos anos 70, o número de trabalhadores permanentes reduziu, crescendo o número de trabalhadores clandestinos, que passou a ser absorvido intermitentemente, segundo as exigências do ciclo produtivo.

É com a emergência do trabalhador clandestino e algumas alterações no processo produtivo que a questão da sazonalidade do trabalho veio se configurar mais nitidamente, uma vez que esta categoria se encontra totalmente separada dos meios de produção de subsistência.

Como vimos antes, a região de Sapé passou, a partir dos anos 70, a incorporar elementos inovadores ao processo produtivo. O crescimento no volume de tratores demandou em diminuição no tempo de trabalho dedicado ao preparo do solo, assim como na quantidade de trabalhadores absorvida. Em um hectare de terra cultivada, o trator substitui em média dez a doze trabalhadores. Se considerarmos a área total cultivada com a cana de açúcar e o abacaxi e, se levarmos em conta que sua utilização foi disseminada na área, é razoável admitir que a tratorização contribuiu para reduzir o volume de trabalhadores e aumentar a produtividade do trabalho nas primeiras etapas do ciclo produtivo.

As limpas com a aplicação de herbicidas e com o cultivador de trator, também concorrem para diminuir o emprego da mão-de-obra agrícola.

Por último, a colheita foi introduzida a apanhadeira que, como vimos, alterou o sistema de colheita e reduziu as turmas de trabalhadores. Seu alto preço limitou sua adoção aos grandes fornecedores e usineiros. As demais etapas do ciclo produtivo permaneceram manuais.

Não queremos aqui afirmar que as mudanças introduzidas tenham diminuído substancialmente a mão-de-obra empregada. Sabe-se que tais mudanças foram diferenciadas e, ocorrem, sobretudo, nas grandes empresas agroindustriais, como usinas, destilarias, e grandes fornecedores. E, como são as grandes unidades responsáveis pela maior parte da produção, por áreas significativas de cana cultivada, advém, daí, conseqüências sobre a utili

zação e o emprego da mão-de-obra. E, mais ainda, ao diminuir o tempo gasto nas primeiras etapas do ciclo produtivo, e, ampliando a área cultivada, resultou na demanda da mão-de-obra de forma desigual, acentuando a sazonalidade do trabalho agrícola. Por outro lado, o uso de adubos químicos, amadurecedores etc., veio aumentar a necessidade de mão-de-obra.

A estas variações sazonais, a categoria de trabalhadores clandestinos permitiu contornar as exigências da mão-de-obra, para as empresas agrícolas, abrindo caminho para o emprego intermitente.

A introdução de máquinas e insumos modernos contribuiu para aumentar a produtividade do trabalho e o uso mais racional da mão-de-obra. Estas mudanças que expressam no período mais recente, a partir do Programa Nacional do Alcool, nos anos 70, ainda têm repercussão limitada. É possível, como admite Sales (1982 - 122/123) que outros fatores tenham repercutido mais intensamente, pois,

"na intensificação do trabalho reside a especificidade do processo de acumulação capitalista da região canavieira... e é esta, a nosso ver, a principal forma de extração de mais valia do trabalhador. É de se supor que as mudanças técnicas acrescente ao processo de acumulação, maior produtividade do trabalho, porém, igualmente, reforçam sua intensidade, como vimos em relação à introdução da apanhadeira na fase de transporte da cana".

Ao procurarmos identificar os pressupostos do pro

cesso de proletarização, e a magnitude que contêm as mudanças nas relações de produção com a nova organização do trabalho, buscamos compreender como tais mudanças repercutiram sobre a formação do mercado de trabalho e, em consequência, sobre a constituição do exército de reserva. Com isso, chegamos à questão essencial, que diz respeito ao conteúdo das reivindicações dos trabalhadores rurais em decorrência dos fatores já mencionados.

Antes, de caracterizarmos as reivindicações dos trabalhadores e a forma como o processo vem ocorrendo na região de Sapé, trataremos de recuperar o processo de reação e organização dos trabalhadores às formas de exploração utilizadas pelos proprietários.

As lutas empreendidas pelos trabalhadores, como primeira expressão de sua autonomia e de rompimento com os mecanismos de submissão da mão-de-obra, é do que trataremos no próximo capítulo.

CAPITULO III

MUDANÇAS SOCIAIS NO CAMPO E FORMAS DE ORGANIZAÇÃO DOS TRABALHADORES RURAIS

O processo de mudanças sociais e econômicas ocorrido na agricultura, que resultou na proletarização dos trabalhadores e na constituição do mercado de trabalho, tem sua expressão maior no contingente de trabalhadores clandestinos que passou a predominar na zona canavieira da Paraíba. Esse processo combina-se à absorção dos moradores, foreiros, pequenos arrendatários residentes nas grandes propriedades, que se incorporam ao assalariamento, mantendo vínculos com os meios de produção.

Não sendo um processo linear, as diferentes relações de trabalho assumem, em seu conjunto, expressão de mão-de-obra subordinada ao capital, cuja tendência tem sido a expropriação dos trabalhadores.

O início das mudanças nas relações entre os proprietários e trabalhadores ocorreu nos anos 50, intensificando-se nos anos 70, provocando reação dos trabalhadores de forma organizada. As lutas travadas refletiram a ruptura com os mecanismos de dominação, desmistificando as relações personalizadas entre a classe proprietária e os trabalhadores, vindo a constituir o conteúdo das reivindicações as lutas contra o "cambão", a condição

dição e a sujeição, bem como a luta pela permanência na terra.

À compreensão do significado das mudanças ocorridas que resultaram em mobilização pela regulamentação do trabalho na zona canavieira nos anos 80, faz-se necessário recuperar o passado de lutas na região, isto é: o momento em que "as massas rurais" assumiram sua representação, sob a forma de Ligas Camponesas e, posteriormente, em Sindicatos Rurais. Sua importância reside na possibilidade de manifestação autônoma dos trabalhadores e na expressão dos seus direitos como cidadãos e como classe.

1. PROCESSO DE ORGANIZAÇÃO DOS TRABALHADORES RURAIS

1.1 - Antecedentes Históricos

Tentativas de organização dos trabalhadores rurais são registradas desde os anos 30^{1/} seja através de Sindicatos de Ofícios Vários, seja sob a forma de núcleos e associações de resistência. O que se verifica em contrapartida é forte reação dos proprietários rurais a qualquer tentativa de organização dos trabalhadores, assim como às medidas que visassem a regulamentação do trabalho no campo.

A dominação exercida pelas oligarquias rurais, baseava-se numa estrutura de produção em que a organização do trabalho se fundava na manutenção de diferentes relações de trabalho. O sistema de morador, o arrendamento, ou aforamento, parce

^{1/} KOURY, M. G. P. Breve História do Movimento Camponês no Nordeste. In Raízes - Revista de Ciências Sociais e Econômicas Jan./Dez. 1983. UFPb. Campina Grande. p. 167.

ria, combinava-se à formas de sujeição como o cambão, a condição, e o barracão. Mantendo a mão-de-obra vinculada à grande propriedade, as relações assumiam o caráter de "força de trabalho represada" (a expressão é de Fernando Azevedo) que a utilizava de acordo com as necessidades de mão-de-obra para a cultura comercial.

Como as relações de trabalho não eram regulamentadas pelo Estado, via legislação social, o campesinato e os trabalhadores rurais, ficavam à margem dos direitos sindicais ou de associações. A dominação das oligarquias rurais no Nordeste, excluía os trabalhadores de qualquer participação política, como condição e resultado dos privilégios da classe dominante, através da reprodução dos esquemas de clientelismo político.^{2/}

Verifica-se que, se por um lado havia intransigente reação dos proprietários rurais à explicitação das relações de dominação mantidas, o Estado desde os anos 30, tentava desenvolver a política de extensão da legislação social para o campo, com o objetivo de assegurar influência política sobre as "massas rurais", à semelhança do processo de integração do proletariado urbano no sistema político, via legislação social de caráter corporativista e em partidos políticos de tipo populista, definindo as condições de reprodução da força de trabalho e as formas de organização e reivindicações econômicas.^{3/}

As primeiras experiências de organização dos trabalhadores rurais ocorreram entre 1945/47, no período de redemocr

2/ Ver sobre a questão, Fernando Azevedo (1982) Leila Stein (1983).

3/ Vários decretos foram elaborados, visando regulamentar o trabalho no campo e a organização sindical, destacando-se os Decretos 979/1903, Dec. 19770/1931, Dec. 7038/1944, permanecendo todos sem efeito. Ver Hans Fückter (1980 pág. 115 e 157).

tização do País, quando foram ameaçados de expulsão pelos proprietários. As (primeiras) associações denominadas de Ligas Camponesas,^{4/} eram organizadas pelo Partido Comunista Brasileiro (PCB) e reivindicavam direitos sociais iguais para os trabalhadores urbanos e rurais; direito a implantar as leis trabalhistas e o Sindicato no campo, concebidos como direitos sociais à cidadania (Stein: 1983 - 1).

A luta pelo direito à representação autônoma dos trabalhadores rurais, ampliou o raio de ação do PCB, arregimentando base eleitoral que pudesse neutralizar o poder dos currais eleitorais sob controle das oligarquias coronelistas. (Azevedo: 1982 - 56). Tais objetivos eram mediados pela mobilização e organização dos camponeses e trabalhadores rurais.^{5/}

As Ligas Camponesas mobilizaram assalariados agrícolas, camponeses, pequenos proprietários e posseiros. A maioria delas tentou se transformar em Sindicatos, esbarrando na resistência dos proprietários rurais e do Ministério do Trabalho. Desarticuladas em 1947, no Governo Dutra, o movimento da organização dos trabalhadores rurais, sofreu refluxo no mesmo período em que o PCB teve seu registro cassado.

Apesar da desarticulação sofrida, registrou-se nos primeiros anos da década de 1950, movimentos organizados que tiveram sucesso: A Guerrilha de Porecatu, na divisa São Paulo - Pa

^{4/} Três questões básicas definiam o programa das ligas: a necessidade de uma reforma agrária, o direito dos trabalhadores à cidadania e filiação ao sindicato. Após atingir certa representatividade, as Ligas eram registradas em cartório público como entidade civil. Em seguida reivindicavam seu reconhecimento junto aos Departamentos Estaduais do Trabalho.

^{5/} Segundo Clodomir Moraes (1976) vários representantes comunistas nas assembleias estaduais foram eleitos com a votação de camponeses naquele período.

ranã em 1950; a Revolta de Dona Noca no Maranhão, em 1951, e a implantação do Território Livre de Tromba - Formoso em 1953.^{6/}

1.2 - O Chamado Movimento Camponês*

Os anos 1950/64, marcaram a retomada do processo de organização dos trabalhadores rurais, rearticulando-se em torno de entidades remanescentes do período 45/47 e, reassumindo a estrutura formal de Ligas Camponesas, o recurso ao Código Civil sem assumir caráter de entidade de classe e, aglutinando vasta camada de trabalhadores rurais (arrendatários, foreiros, moradores de latifúndio ou dependente dele).^{7/}

Esse período foi marcado por nova conjuntura política, abrindo-se espaço à efetiva organização dos trabalhadores, seja em Ligas ou Sindicatos, sob novas bases. Tratava-se do momento em que a articulação de diferentes forças sociais, conjuga

* Estamos utilizando a expressão "chamada movimento camponês" porque foi assim que ficou conhecido e reconhecido socialmente o movimento que nesta ocasião reunia moradores, foreiros, pequenos proprietários, rendeiros ou pequenos arrendatários em ligas e/ou sindicatos. Não se trata aqui de suscitar a polêmica acerca das questões teóricas que permeiam o debate sobre a questão agrária no Brasil nem da categoria camponês. Trata-se de chamar a atenção para o fato de que em determinadas conjunturas de lutas políticas as diferenças entre as diversas categorias de trabalhadores rurais, deixam de ser consideradas para se fazer frente aos mesmos opositores: os grandes proprietários de terra. Sobre o assunto ler Hobsbawn, Cuadernos Anagrama. Série Sociologia y Antropologia. Dir. José R. Llohera Barcelona. 1976 - p. 5 a 42.

^{6/} Estes Movimentos foram analisados por Clodomir Moraes (1976) salientando a participação do PCB e o desfecho dos movimentos (pág. 91 a 93).

^{7/} Sobre as Ligas Camponesas desse período, vários trabalhos foram desenvolvidos, destacando-se: Camargo (1978), Clodomir Moraes (1976), Bernadete Aued (1982), Fernando Azevedo (1982), além de outros autores que fazem referência ao movimento camponês: Wanderley, Soares, Fukctner, Koury entre outros.

das ou em oposição, possibilitaram no embate e nas lutas internas, efetiva representação autônoma dos trabalhadores rurais.

Constitui, também, o período em que importantes transformações econômicas e sociais ocorreram na agroindústria canavieira do Nordeste, impondo mudanças no âmbito das relações de trabalho que resultou no processo de proletarização dos trabalhadores. É no bojo de tais mudanças onde renasceram as Ligas Camponesas e, abriu-se espaço para o surgimento e organização dos sindicatos rurais.

Importantes acontecimentos marcaram este período de 1955/64, refletindo as expressões organizacionais articuladas às lutas dos trabalhadores.

Os Congressos Nacionais e Estaduais^{8/} desse período foram enfáticos no tocante à questão sindical e no reforço às consignas de Reforma Agrária, reivindicações específicas por categorias de trabalhadores (parceiros, posseiros, arrendatários, assalariados) bem como a ampliação da legislação social para o campo.

8/ Vários eventos marcaram as articulações desse período; destacando-se aqui: 1ª Conferência Nacional dos Trabalhadores Agrícolas - 1953 - São Paulo, Paraíba e Ceará: criação de organizações sindicais e fundação de uma entidade nacional de trabalhadores. 1º Congresso Nordestino de Trabalhadores Rurais - Limoeiro - Pe. 1953 - Preparatória Regional à 2ª Conferência Nacional de Trabalhadores Agrícolas. 2ª Conferência Nacional de Trab. Agrícolas - São Paulo 1954 - 308 participantes de 16 Estados. Criação da União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil (ULTAB); organização de novas associações e sindicatos; aprovação de Carta de Direitos e Reivindicações dos Trabalhadores Rurais.

Congresso de Salvação do Nordeste - Recife 1955 - (segundo-se ao 1º Congresso de Camponeses de Pernambuco com 3.000 delegados das associações camponesas).

1º Congresso de Trabalhadores da Paraíba - trabalhadores do setor urbano e rural; ampliação da legislação para o campo e política sindical. (Ver Aued e Soares). op. cit.

O conteúdo das reivindicações do movimento campo nês, reproduzia o processo de crise que se estabelecia entre os proprietários e os trabalhadores do campo. Tornaram-se explícitas as contradições sociais e econômicas subjacentes às relações de trabalho. Os enfrentamentos ocorridos, definiam as bandeiras de lutas e o patamar de reivindicações do movimento.^{9/}

Há que ressaltar o fato de que a conjugação de forças sociais e políticas, faria surgir divergências e divisões na direção do movimento. Ou seja: camponeses de um lado (arrendatários, foreiros, posseiros, moradores), e, de outro os assalariados rurais, baseados nos limites de que as Ligas, enquanto associação, respaldando-se no Código Civil, não poderiam atingir os assalariados rurais.

Os assalariados rurais não dispoⁿdo de legislação específica, mesmo amparados pela CLT que, na prática, não se aplicava ao campo, ficariam à margem do processo no início do movimento. Azevedo (1982 - 83), chama à atenção para as dificuldades em torno das demandas dos assalariados:

"dessa forma, os assalariados nem contavam com o sindicato rural, nem possuíam uma legislação específica que lhes desse cobertura em seus enfrentamentos com os proprietários. Tais limitações de ordem trabalhista, sindical e política do assalariado rural, levaram as Ligas a subestimar o papel desse importan

^{9/} Basicamente as lutas no período 1955/64, concentraram-se nas seguintes demandas: luta contra determinadas formas de exploração ("cambão", condição, sujeição, barracão) com base na aplicação do Código Civil. Luta pelo direito à indenização de benfeitorias, extensão da legislação trabalhista ao campo, aposentadoria e assistência previdenciária. Luta pelo direito ao roçado e assistência técnica à agricultura. Luta pelo direito à sindicalização rural. (Ver Aued. B. 1982: pág. 77 a 81).

te contingente no movimento social agrário e a dar prioridade absoluta na organização do campesinato".

Contudo, não era só uma questão de ordem jurídica que fazia a divisão do movimento. Fundava-se na direção política que assumia a condução do processo de lutas. Segundo Azevedo (1982 - 85) as Ligas Camponesas elegeram a zona do Agreste como área prioritária, onde predominava a pequena propriedade. No entanto, as Ligas mais fortes foram as da zona canavieira do Nordeste, onde o campesinato ocupava posição secundária. Segundo o autor citado a inversão está ligada ao fato de que na zona da Mata, o capital, ao desarticular as relações de trabalho vigentes (morador, foreiro, arrendatário), provocou separação dos produtores dos meios de produção, processo esse que não ocorrera ainda no Agreste.

Duas forças políticas importantes desse período, dividiram-se tanto no plano organizacional como no caráter das lutas, ou seja na concepção do processo de mudanças da sociedade: PCB e Julianistas.

Para o PCB, a questão residia em criar elementos necessários à formação da aliança operário-camponesa, em função da concepção de revolução democrático-burguesa (anti-feudal e anti-imperialista). A tática constituía na acumulação de forças, através do apoio a reivindicações econômicas imediatas de assalariados e camponeses (Moraes 1976 - 135) não interessando a radicalização do processo para ser coerente com suas teses programáticas.

A União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil (ULTAB)^{10/} criada na 2.^a Conferência Nacional de Trabalhadores em 1954 e, sob a orientação do PCB, surgiu como organização de cima para baixo e tinha a perspectiva de coordenar, nacionalmente, as organizações camponesas do País. Embora o PCB tenha concentrado seus esforços na proposta de sindicalização rural, sobretudo na zona canavieira, também participou da organização de Ligas Camponesas em vários Estados.

A consigna da Reforma Agrária Radical - "na lei ou na marra" - tornou-se o princípio estratégico das Ligas Camponesas sob a influência dos julianistas, e, expressava em seu conteúdo, a concepção de revolução brasileira. Tratava-se de explicitar o caráter da revolução brasileira e o papel do campesinato no processo. Se para o PCB a luta pela reforma agrária estava atrelada à principalidade da luta que assumia caráter "nacional-democrático", para os julianistas o campesinato era a principal força revolucionária do movimento social no campo, não aceitando a hierarquização tática das lutas. ^{11/}

A ruptura entre julianistas e o PCB, ocorrida no Congresso de Belo Horizonte em 1961, significou a queda da unidade do movimento, com orientações divergentes no interior das esferas, passando, a partir de então, à disputa do controle político dos sindicatos, juntamente com a Igreja, o que não impedia que certas alianças fossem estabelecidas em campanhas salariais

^{10/} A ULTAB organizou centenas de Uniões de Trabalhadores Agrícolas de caráter municipal que se agrupavam em Federações nos Estados. As Ligas não se filiaram à ULTAB, embora mantivessem entre si, estreitas relações. Segundo Moraes, o número de associações era dez vezes superior ao das Ligas, conquanto estas agrupassem maior número de sócios.

^{11/} Azevedo, op. cit. pág. 87 a 89.

ou movimentos grevistas, como os de Pernambuco (conforme salienta Azevedo: 1982 - 90).

1.3 - A Passagem de Ligas Camponesas a Sindicatos Rurais

A cisão do movimento social no campo, expressa na rutura entre o PCB e Julianistas, resultaria numa intensificação das propostas de sindicalização rural, envolvendo as Ligas, o PCB e nova força social: a Igreja.

As experiências de organização desenvolvidas pela ULTAB e, seu raio de influência em vários Estados, permitiu que centenas de associações e comissões viessem a ser transformadas em sindicatos rurais.^{12/} Admite-se que as Ligas sob a influência e direção do PCB, a medida em que se aprofundavam as crises internas ao movimento, vieram a se transformar em sindicatos.^{13/}

A Igreja entra em cena, envolvendo-se com as "questões sociais" com propósitos de engajamento nas "reformas de base", através do Movimento de Educação de Base - MEB - e na organização de sindicatos.^{14/} Como força social de grande penetração no meio rural, a Igreja mobilizou-se no sentido de disputar a sindicalização rural em oposição à organização dos trabalhadores em Ligas Camponesas.

^{12/} Segundo Soares (1982:88) já em 1957 o PCB havia fundado 58 sindicatos rurais dos quais três eram reconhecidos. Aproximadamente 200 comissões e 400 associações organizadas pelo PCB, através da ULTAB foram reconhecidas no governo Goulart. (De acordo com dados fornecidos por Gregório Bezerra ao autor.)

^{13/} Ver Bernadete Aued sobre as Ligas em Sapê. op. cit. 63 a 65.

^{14/} Ver Dalcy da Silva Cruz (1982): "A Redenção Necessária" - onde analisa o papel da Igreja na campanha de sindicalização rural.

Foram criadas equipes de sindicalização rural em vários Estados, destacando-se Pernambuco e Rio Grande do Norte com instituições para esse fim.^{15/} As equipes de sindicalização do Nordeste eram coordenadas pela Central de Coordenação que, segundo Cruz (1982 - 44) eram officiosamente ligadas ao Ministério do Trabalho e oficialmente ligadas à grupos católicos.

A Igreja também não se manteve homogênea no processo de engajamento às lutas sociais. Internamente, a divisão entre católicos mais radicais, originados da mudança na linha de atuação da Ação Católica e, a Hierarquia da Igreja dividiu sua ação. Desse rompimento resultou a aliança dos cristãos de esquerda - sobretudo a Ação Popular - com o PCB.

É necessário não esquecer que, com o processo de mobilização e organização dos trabalhadores rurais em Ligas e em Sindicatos, o Estado, que na década de 1940, restringia-se a ampliar - sem sucesso - a legislação trabalhista e sindical para o campo, passou a desenvolver estratégia de sindicalização rural, orientada pelos esquemas partidários do período.

Na conjuntura de 1953, no Governo de Vargas e no período 61/64 no Governo Goulart. Verifica-se que, conforme salienta Stein (1983 - 4):

"a questão sindical transbordou os limites das promessas demagógicas e caracterizou-se no efetivo engajamento das estruturas responsáveis pela execução da política sindical".

^{15/} Em Pernambuco criou-se o Serviço de Orientação Rural - SORPE, e em Natal - RN, o Serviço de Assistência Rural - SAR. Na Paraíba havia uma equipe de sindicalização rural apoiada pelos Círculos Operários (vinculados à Igreja).

A sindicalização rural e a regulamentação do trabalho no campo, foi objeto do projeto de lei apresentado pelo Poder Executivo em 1954, sofrendo emendas e pareceres, face à reação do Senado e do Congresso à proposta. Somente em março de 1963, foi aprovado o Estatuto do Trabalhador Rural, no bojo das lutas que se travavam no campo.

As repercussões do Estatuto no Trabalhador Rural, enquanto código de trabalho para o campo, foram diferenciadas no Nordeste. Em Pernambuco, com maior experiência de sindicalização (aglutinando os assalariados rurais da zona canavieira) sua aplicação contou com o respaldo do governo de propostas reformistas: o Governador Arraes, que procurou atenuar os conflitos sociais e as greves no campo, através de sua mediação e, forçando o cumprimento do Estatuto.^{16/} O novo código de trabalho transformou-se em importante instrumento de luta para os trabalhadores e a rapidez com que foi posto em prática, guarda relação com as mobilizações dos trabalhadores e com a posição assumida pelo governo Arraes na resolução dos conflitos.

Importante medida que veio formalizar e "modernizar" (segundo expressão de Arlindo Soares) as relações de trabalho, foi a da celebração do Acordo de Campo (a Tabela de Campo) proposto pelo governo estadual e entidades dos trabalhadores rurais, às entidades patronais. O Acordo de Campo procurou garantir a regulamentação do trabalho rural, tornar real o pagamento do salário mínimo, estipular as tarefas de trabalho, assim como o direito do sindicato fiscalizar seu cumprimento, legalizando o delegado sindical por engenho. (Soares: 1982 - 79).

^{16/} Ver Soares, op. cit. pág. 79.

A repercussão do Estatuto, incidiu sobre a mão-de-obra residente nas propriedades, acentuando a tendência anterior ao código de trabalho, que foi a dispensa dos trabalhadores rurais, desobrigando-se os proprietários dos encargos sociais.

Anterior à promulgação do Estatuto, várias medidas foram tomadas no governo Goulart. A criação da Comissão de Enquadramento Sindical (CES) e da Superintendência da Reforma Agrária (SUPRA) em 1962 permitiu ao governo dispor de instrumentos que intervieram sobre os movimentos sociais no campo, passando, inclusive, a financiar a criação de Sindicatos e Federações.^{17/} Nesse mesmo ano dois despachos instituíram o reconhecimento dos Sindicatos Rurais: as Portarias 209 - A/25 e 355/A, quando são reconhecidos 100 sindicatos de trabalhadores rurais.

X No processo de organização, as forças sociais envolvidas assumiram a disputa pela hegemonia do movimento. A Igreja, temendo perder o controle do movimento sindical para a ULTAB, estruturada nacionalmente, convocou, em Natal, em 1963 uma reunião. A I Convenção de Sindicatos Rurais, teve o objetivo de articular a criação da Confederação dos Trabalhadores Rurais - a CONTAG prevista no Estatuto do Trabalhador Rural.

17) Segundo Guedes Pinto (1978: 23 a 57) em outubro de 1963 foi eleita a diretoria da CONTAG, com apenas 5 federações, não reconhecida pela CONSIR. Face à reação da Comissão, as diversas tendências iniciaram corrida pela criação de Federações para a fundação da CONTAG. Da Disputa resultou a composição de tendências na diretoria da CONTAG, cabendo ao PCB o predomínio da direção, dividida com dois grupos ligados à Igreja: os vinculados à Ação Popular e os cristãos de posição conservadora.

2. PARAÍBA: EXPERIÊNCIAS DE ORGANIZAÇÃO DOS TRABALHADORES RURAIS

As primeiras experiências de organização dos trabalhadores na Paraíba, surgiram em Sapé, sob a forma de Liga Camponesa, organizada por João Pedro Teixeira em 1954. Inicialmente, articulava os camponeses na área rural, defendendo seu direito de permanecerem nas áreas ocupadas e, contra as formas de exploração utilizadas pelos proprietários ("Cambão", condição, sujeição, barracão) e o direito à exploração dos sítios e roçados.

Esta experiência não era ainda formalizada, constituindo Liga de "fundo de quintal". A Liga de Sapé foi fundada oficialmente em 1958, com sede no Município, reorientada no sentido de institucionalizar o movimento, no âmbito legal, denominando-se de Associação de Trabalhadores Rurais.

O papel de João Pedro Teixeira na condução dos conflitos que se manifestaram nesse período coincidiu, segundo Aued (1982-28) com o período em que o PCB iniciou a capacitação teórica de seus militantes, preparando quadros para a luta política, assim com a participação nos trabalhos de massa, fundamentalmente em Sindicatos.^{1/}

A contestação do líder João Pedro Teixeira em Sapé, pelos direitos adquiridos em mais de 10 anos, como morador, aliada à capacidade de mobilizar os trabalhadores em torno dos conflitos com os proprietários, despertou temores junto à classe dominante, resultando em seu assas

1/ Aued analisa o período, estabelecendo relação entre a nova perspectiva do P. C. B. e o crescimento do movimento camponês. (pág. 28 a 30).

sinato em 1962. Sua morte^{2/} produziu mobilizações e manifestações de protesto em vários setores da sociedade. Assim como o florescimento de novas Ligas em propriedades e Municípios do Estado.

Segundo Aued (1982 - 26) estima-se na época haver cerca de dois mil membros em cada Liga, com exceção de Sapé que, em 1963, possuía 12.000 membros, sendo considerada a maior Liga Camponesa do Brasil. (Moraes 19 - 128) A Liga de Mamanguape também cresceu muito, chegando a 10.000 membros e, em todo o Estado, estimou-se em cerca de 48.000 sócios do total de 15 Ligas Campone⁴ sas organizadas.

Como vimos anteriormente, os diversos Congressos e Conferências realizados no Nordeste nos anos 50, refletiam não só a conjuntura política que favorecia o crescimento das organizações dos trabalhadores, como também a explicitação das bandeiras de luta predominantes no período, em torno da reforma agrária e de reformas de base, associado à perspectiva de organização sindical no campo. A Paraíba não só participou dos Congressos no âmbito nacional, como também realizou Congressos Estaduais.^{3/}

Além da realização de Congressos, grandes concen⁵

^{2/} Com o assassinato de João Pedro Teixeira, sua mulher Elizabeth Teixeira, assumiu posição de liderança, como presidente da Liga de Sapé, ao lado de Assis Lemos que teria rompido com a orientação de Francisco Julião. Segundo Carneiro (1963 - 76/77) nas eleições de outubro de 1962, Assis Lemos, eleito Deputado Estadual, obteve em Sapé 1.001 votos, enquanto Elizabeth Teixeira teve apenas 75 votos. Os resultados eleitorais, já expressavam a divisão interna entre os grupos na direção da Liga. Apesar das divisões, Elizabeth revelou liderança expressiva na região, mobilizando os trabalhadores e, assumindo a continuidade das lutas.

^{3/} O 1º Congresso de Trabalhadores da Paraíba - 1958 - discutiram-se questões específicas dos trabalhadores; política sindical; solicitação da Carta Sindical para várias categorias de trabalhadores; necessidade de criar Juntas de Conciliação e Julgamento em várias cidades; lei orgânica da Previdência Social, direito de greve e ampliação da legislação trabalhista para o campo (Aued - 1982:31).

trações ocorreram em João Pessoa. O 1º de maio de 1961, reuniu trabalhadores da cidade e do campo, dele participando aproximadamente 5.000 camponeses. No mesmo ano em julho, quando da vinda do Presidente Goulart, estima-se que mais de 16.000 camponeses desfilaram pelas ruas da capital. De Sapé vieram 30 caminhões e um trem lotado de trabalhadores do campo, bem como de outras cidades.^{4/}

À medida em que cresciam as Ligas na Paraíba, as forças organizadas que gravitavam em torno do movimento social no campo (liberais, nacionalistas, comunistas, socialistas) lutavam pela prevalência de suas orientações políticas. O PCB, cuja estratégia de lutas propunha a organização sindical dos trabalhadores rurais, participou da criação de várias Ligas no Litoral, Agro-Pastoril e Brejo Paraibano, com a perspectiva de virem a ser transformados em Sindicatos. O PCB, mantendo-se coerente à sua estratégia, tinha o objetivo de, através do movimento de organização dos trabalhadores e com a criação de um órgão nacional - a ULTAB - viabilizar a proposta de revolução democrático-burguesa, a partir das reivindicações imediatas.

A condução das Ligas Camponesas na Paraíba, não foi exclusividade do PCB e, como em outros Estados, o Partido enfrentou posições e orientações políticas diversas a sua, seja no plano tático, seja no plano estratégico. Em Sapé sobretudo, os "julianistas" (expressão utilizada por Bernadete Aued) liderados por Francisco Julião e militantes dissidentes do Partido e, o PCB, constituíam as forças em luta pela direção do movimento cam

4/ Dados obtidos de Carneiro op. cit. pág. 70.

ponês. Como vimos no capítulo anterior, o encaminhamento da luta pela reforma agrária era o divisor de águas entre as duas fações, espelhando divergências na concepção de mudanças da sociedade dos anos 60.

Contudo, diferentemente de Pernambuco, onde era possível estabelecer distinções no encaminhamento das lutas entre "julianistas" e comunistas, na Paraíba, ambas as forças organizadas "empenharam-se numa convivência que não rompesse a unidade de das massas". (Aued: 1982-66) Em Sapê, conquanto mantivessem unidade aparente, Aued identifica que:

"A disputa entre "julianistas" e comunistas era tão forte que se chegou a estabelecer uma linha divisória. Da cadeia pública em direção a Café do Vento, mandava Elizabeth Teixeira (esposa de João Pedro Teixeira) e os seguidores de Julião, da "reforma Agrária na lei ou na marra". Da cadeia em diante, seguindo para Guarabira, mandava o pessoal do PCB".

A tendência à radicalização do movimento das Ligas, através dos "julianistas", com proposição de revolução socialista, fundamentando-se no princípio da luta armada, foi acompanhado de crises internas que conduziria a sua desmobilização.^{5/}

A criação da Federação das Ligas - Federação das

^{5/} Sobre as mudanças no plano tático e estratégico das Ligas, sob a direção dos "julianistas" e o movimento de organização política das Ligas foram analisados por Clodomir Moraes (19 - 76), Bernadete Aued (1982) e Fernando Azevedo (1982).

Associações dos Trabalhadores Rurais - em 1962, constituiu órgão de direção no Estado da Paraíba. Internamente coexistiram as duas correntes políticas numa luta acirrada pela hegemonia do movimento. Segundo Aued (1982 - 69) as primeiras diretorias foram de Assis Lemos (PSB) e Elizabeth Teixeira (julianista).

O PCB passou a concentrar esforços no movimento de sindicalização rural na Paraíba, sobretudo após o rompimento ocorrido no Congresso de Belo Horizonte em 1961. Nesse período a perspectiva do PCB em transformar as Ligas sob sua direção em Sindicatos Rurais, passou a ser a principal meta. Nesse período, além da Federação das Ligas, registrou-se a existência de outra Federação de Trabalhadores Autônomos, congregando as Uniãoes de Trabalhadores Agrícolas de caráter Municipal, com a perspectiva de vir a se transformar em Sindicato.

Coexistiam Ligas e Uniãoes de Trabalhadores Agrícolas, às vezes no mesmo Município. Em Sapé, por exemplo, União e Liga não se diferenciavam por congregar as mesmas categorias de trabalhadores e encamparem as mesmas reivindicações.^{6/}

As Ligas sob a direção do PCB, na Paraíba, foram orientadas para sua transformação em sindicatos, à medida em que o movimento das Ligas enfraquecia. Segundo Aued (1982-64) desde as Ligas mais fortes como a de Sapé, às menores como a de Pedra de Fogo, passaram pelo processo de transformação em sindicato, interrompido com o golpe de Estado de 1964.

A passagem de Ligas a Sindicatos na Paraíba representou a ampliação no plano das reivindicações no campo, incorpo

^{6/} Dados de entrevista com ex-associados da União de Trabalhadores de Sapé.

rando-se a luta pelos direitos trabalhistas. É importante salientar que, não obstante a articulação do PCB no movimento camponês e da perspectiva de passagem de uma forma a outra de organização, não se registrou na Paraíba mobilizações de trabalhadores, a partir da promulgação do Estatuto do Trabalhador Rural em 1963.

Inexistiam sindicatos rurais com a mesma capacidade de mobilização dos sindicatos existentes em Pernambuco, com experiências de movimentos grevistas na década de 1960. O cerne das lutas na Paraíba eram as questões ligadas às formas de exploração da mão-de-obra (o "cambão", a condição, a sujeição, aumento do foro, direito ao sítio e ao roçado).

A direção que tomaram as reivindicações do período, assumiram caráter de luta pela manutenção da posse e pelo direito à permanência nas propriedades e contra as relações tradicionais de exploração da mão-de-obra.

Carneiro (1963 - 81 a 82) chama a atenção para as questões identificadas em cartório público nos anos 60:

"Os tipos de ação mais freqüentes são: despejo, reintegração e manutenção de posse; interdito proibitório (movidos pelo proprietário) e, consignação, pagamento e indenização (movido pelos camponeses). Na primeira é requerido o despejo do camponês. Na segunda é semelhante. Na terceira o proprietário deseja uma ordem judicial que proíba o camponês de cultivar certas culturas ou certos trechos da propriedade. Na ação de consignação e pagamento, o camponês deseja

pagar o foro, em cartório, pois o proprietário não quer recebê-lo, pois quer expulsá-lo. Há dificuldade dos rendeiros em provar que pagam a renda anual, pois os proprietários tradicionalmente não admitem recibos. Finalmente na ação de indenização, o camponês deseja obter pagamento por suas lavouras e benfeitorias antes de abandonar a propriedade".

Além das questões em cartório, os dirigentes das Ligas orientavam aos camponeses na forma de se contraporem aos proprietários, conforme enfatiza Carneiro (1963 - 81 e 82):

"O camponês deve procurar manter-se na propriedade, pois se sair de lá, dificilmente será aceito por outro proprietário e, procurar pagar o foro anual. Na maioria dos casos os camponeses têm se agüentado. Os dias de trabalho obrigatório, pagos ou não, devem ser abolidos".

As questões encaminhadas à Justiça que o autor citado especifica, associadas as reações dos trabalhadores às formas de exploração da mão-de-obra, delimitavam o conteúdo das reivindicações. E, à medida em que o movimento se intensificou, foi ampliado o conjunto das exigências dos trabalhadores, incorporando as bandeiras ligadas à legislação trabalhista para o campo.

A divisão interna do movimento resultou, também, em limitações na ampliação das reivindicações, que não se davam

de forma homogênea, ocorrendo em alguns municípios e outros não.

Como proposta que foi encaminhada pelo PCB, a sin-
dicalização rural iniciou-se no momento de enfraquecimento das
Ligas, provocada não só pelas cisões internas, mas também pela
estratégia de perseguição estabelecida pelos proprietários.^{7/}

No entanto, a prevalência das questões ligadas à
terra (que pode ser avaliada através da capacidade de mobilização
que estas bandeiras alcançavam) fizeram com que as questões sala-
riais não tivessem no período a repercussão esperada.

O crescimento dos assalariados rurais com o pro-
cesso de expropriação, não se explicitava tão claramente, face à
ambigüidade com que se mantinha as relações de trabalho com mora-
dores, foreiro e pequenos arrendatários. Porém a mudança na or-
ganização do trabalho por tarefa ou conta já havia se dado, con-
tendo as reivindicações por melhores salários e pela regulamenta-
ção do trabalho.

Embora na Paraíba, o processo de proletarização dos
trabalhadores se originasse das mudanças na organização do traba-
lho anteriores e assumisse feição mais expressiva no período de
mobilização em Ligas, o núcleo das contradições inerentes às re-
lações mantidas e o grau de desenvolvimento das forças produ-
tivas determinaram o conteúdo histórico das reivindicações predomi-
nantes nos anos 60.

^{7/} Os proprietários lançaram mão de vários tipos de pressão, desde a intimi-
dação, espancamento e expulsão de moradores que se recusaram a dar o "cam-
bão", como a destruição dos roçados e cooptação de trabalhadores. Além
de prisões de lideranças, havia destacamentos de polícias particulares e
assassinato de lideranças. Ver Aued (1982 - 48).

O que enfatizamos com estas questões, é que mesmo considerando como procedente as análises sobre o significado do rogado de subsistência como complemento do salário e o significado da diminuição do número de horas que lhes eram destinadas em função da cultura comercial, que resultaria em purificar a forma de assalariamento, compreendemos que o conteúdo das relações que se transformavam, não era ainda questão explícita, ou seja, configuravam-se relações entre os proprietários e os trabalhadores, como relação de compra e venda da força de trabalho, obscurecida pelas formas de extração de trabalho gratuito. Porém na direção adotada pelas forças sociais em jogo, prevaleciam as manifestações imediatas dos conflitos.

A tendência à sindicalização rural, poderia vir a expressar a ampliação das demandas, através de encaminhamento das lutas salariais, que já se manifestavam nos congressos de trabalhadores.^{8/}

A organização dos sindicatos rurais com a eliminação dos obstáculos legais, passou a ser o objetivo principal do movimento. E, é possível que nesse período tenha havido mobilização no sentido de reivindicações trabalhistas com resultados concretos. Contudo não se registra na documentação pertinente, nem a pesquisa de campo em Sapé, identificou sua manifestação.

Nas áreas de predomínio das Ligas, foram fundados

8/ Em 1961, realizou-se uma assembléia em Santa Rita, para a escolha dos delegados da Associação dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas - Liga - e aprovação de pauta de reivindicações. Além das questões ligadas à posse e indenização de benfeitorias, incluiu-se como reivindicações o pagamento do salário mínimo da região aos assalariados agrícolas, cumprimento da jornada de trabalho de 8 horas, férias, repouso semanal remunerado e previdência social. Tem-se notícia (sem confirmação de data) de uma greve de 2.000 camponeses em Sapé e Mamanguape em 1964, não se identificando o conteúdo das reivindicações. Ver Aued. op. cit.

sindicatos rurais. Como atividade levada adiante pelo PCB, sua área de influência foi o Litoral Paraibano, o Agro Pastoril e alguns Municípios da zona agrestina.^{9/} O Brejo Paraibano foi área de influência e predomínio da Igreja na sindicalização rural, embora houvessem sido fundadas Ligas Camponesas na região.

Cerca de 24 sindicatos rurais foram fundados na Paraíba até 1964, sendo que somente 9 eram reconhecidos, portanto Carta Sindical.

A participação da Igreja nos anos 60, teve o objetivo de limitar a influência das Ligas em seu raio de ação. Nessa fase trabalhadores eram estimulados a ingressar nos sindicatos considerado pela Igreja como entidades legais, por oposição às Ligas consideradas como não reconhecidas pelo Governo.

A ala da Igreja envolvida com a sindicalização rural, promovia cursos e treinamentos de capacitação de lideranças para se organizarem em sindicatos. A ação dos setores da Igreja nos anos 60, na Paraíba, revestiu-se de postura amenizante em relação aos conflitos sociais ocorridos entre os camponeses e os proprietários, assumindo o trabalho, feição assistencialista.

Tentativas de penetração nos sindicatos do Brejo paraibano, foram feitas pelo PCB, sem muito sucesso. Sabe-se apenas, que o sindicato de Guarabira foi inicialmente organizado pelo Partido e, posteriormente incorporado à influência da Igreja.

^{9/} No Sertão, 4 sindicatos rurais foram fundados nos anos 60, em área de influência da esquerda.

À semelhança de outros Estados, na Paraíba foi criada uma Federação dos Trabalhadores Rurais em 1964, através da articulação dos sindicatos sob influência dos grupos católicos.^{10/}

Finalizando, podemos concluir que a organização dos trabalhadores rurais em Ligas e em Sindicatos, ao romper com os esquemas de clientelismo político e de controle dos proprietários sobre as "massas rurais", significou um marco histórico na desmistificação das relações de dominação e na explicitação das contradições entre as classes. Nesse sentido, pode-se dizer que nasceu das bases enquanto manifestação imediata das contradições sociais, ampliadas e encampadas pelas forças sociais em jogo que lutavam pela autonomia dos trabalhadores e pela direção hegemônica do processo.

A conquista dos trabalhadores na luta pela criação de entidades de classe, não eliminou a tutela do Estado que, como vimos, incorporou-se ao processo de sindicalização a nível nacional. E mais que isso, com a desmobilização, as obrigações legais que atrelavam o sindicato ao Estado, foram reforçadas e até utilizadas posteriormente como mecanismo de controle sobre os órgãos de classe. O período que se sucedeu favoreceu uma série de medidas no sentido de manter em refluxo as organizações sindicais. É disto que iremos tratar adiante.

^{10/} 5 sindicatos rurais sob a influência da Igreja Católica fundaram a Federação dos Trabalhadores da Paraíba: Solânea, Bananeiras, Mari, Alagoa Grande e Serraria. O primeiro presidente foi um sindicalista de Alagoa Grande.

3. OS SERVIÇOS SOCIAIS: UMA ESTRATÉGIA DO ESTADO

O descenso das lutas no campo, com a desarticulação das instâncias que conferiam ao trabalho representação autônoma, não podem ser entendidos apenas no contexto das cisões internas ocorridas entre as forças sociais em jogo. Há que atribuí-las à conjuntura de repressão às lideranças e aos movimentos no campo, antes mesmo que ocorresse o golpe militar de 1964. Em Sapé, as Ligas tiveram seu presidente assassinado, outros líderes presos e associados ameaçados de prisão, espancamento e expulsões.

Contudo, a organização dos sindicatos rurais, enquanto instituição que por força da legislação social foi atrelada ao Estado, através do Ministério do Trabalho, não sofreu o mesmo processo de destruição. É verdade que intervenções ocorreram em todos os níveis, refletindo a condição de órgão sob a tutela do Estado.

Porém, não se tratava de eliminar os sindicatos. Antes absorvê-los através de diversas medidas, de modo a mantê-los sob controle. Após o golpe de 1964, a própria CONTAG, teve sua diretoria afastada e seu espaço de ação limitado, através de intervenção do Ministério do Trabalho, assumindo a diretoria vinculada a certa ala conservadora da Igreja: os Círculos Católicos. (Guedes Pinto: 1978-58)

Vários sindicatos na Paraíba também sofreram intervenção. Em Sapé, todas as forças sociais estavam desarticuladas. Em 1965, proprietários de terra da região associados ao Ministério do Trabalho e ao pároco local, tomaram a iniciativa de

fundar o sindicato rural. Uma das condições estabelecidas na fundação, era a exclusão de trabalhadores ou lideranças que houvesse participado das Ligas, neutralizando as lideranças locais e, intervindo na possibilidade de recuperar a combatividade dos associados.

Uma das primeiras expressões da estratégia seletiva do Estado foi a concessão da Carta Sindical, sobretudo para os sindicatos que não representavam ameaça para a fase de controle que se estabelecia. Na Paraíba cerca de 105 sindicatos rurais foram fundados e reconhecidos, a partir de 1965 aos dias atuais, sendo a maioria criados até meados de 1975.

É possível que até 1968, o controle sobre os sindicatos tenha sido, mais intenso e menor a preocupação em intensificar o crescimento numérico. Presume-se que o cerne da questão era fazer valer a estrutura sindical vigente, para em seguida aos anos 70, favorecer a multiplicação dos órgãos sindicais.

O início dos anos 70, representa para o movimento sindical momento crucial, no sentido de influência e controle ideológico que o Estado exerceu com a implementação dos serviços sociais no campo. Bandeiras de luta do movimento camponês foram absorvidas pelo Estado, atendendo à reivindicações como: a assistência previdenciária, serviços de saúde e educação.

Ainda que tenha representado melhorias nas condições de vida no campo, a implementação de tais serviços constituiu-se em eficiente instrumento de controle sobre os trabalhadores e sobre o sindicato. Rompido os mecanismos tradicionais de dominação exercido pelos proprietários com o movimento camponês (a partir do descenso das lutas) colocou-se para a classe domi

nante e para o Estado a tarefa de renovar a estrutura de dominação. E os serviços sociais serviram perfeitamente a tais objetivos.

A nível nacional, a CONTAG, após a intervenção ocorrida, reassumiu a direção do movimento (a partir de 1968) retomando as bandeiras da reforma agrária e o fortalecimento da organização dos trabalhadores e a denúncia ao não cumprimento da legislação trabalhista e agrária. Tratando-se de período de refluxo do movimento sindical e de conjuntura política de reforço à repressão, quando do Governo Médici, as retomadas das bandeiras de luta tiveram repercussões limitadas. Tratava-se de conjuntura que exigia estratégia de ação defensiva frente ao Estado, para que pudesse sobreviver.

É nesse período que se implantaram os serviços sociais de caráter assistencialista. Em sua implementação, entre 1968 e 1971, a CONTAG foi convidada a participar de várias comissões em órgãos permanentes, como representante dos trabalhadores.^{1/}

Como parte dos dispositivos ligados ao Estatuto da Terra (1964) foi criado o Fundo de Assistência e Previdência Social aos Trabalhadores Rurais (FUNRURAL) estendendo ao campo os serviços sociais. Em 1971, foi criado o Programa de Assistência ao Trabalhador Rural (PRORURAL) através da Lei Complementar nº 11 e regulamentado pelo Decreto Nº 65.919 de 1972.^{2/}

^{1/} A execução do PRORURAL ficou sob a responsabilidade do FUNRURAL, cuja administração ficou a cargo de um conselho diretor, presidido pelo Ministério do Trabalho com a participação de outros Ministérios (Agricultura, Saúde e INPS) Ver Cruz: op. cit. pág. 124.

^{2/} A CONTAG participou de comissões e órgãos governamentais vários. GERA - Grupo Executivo de Reforma Agrária; Conselho de Recursos da Previdência Social; Conselho Diretor do FUNRURAL; Conselho Interministerial de Preços; Conselho de Desenvolvimento da Agricultura; Grupo Especial de Racionalização da Agroindústria Canavieira - GERAN - Ver Guedes Pinto op. cit. pág. 69 e 70.

A participação dos sindicatos na execução do Programa foi formalizado no art. 28 da Lei Complementar nº 11. Lançando mão desses serviços, o Estado criou as condições para que o sindicato, de órgão de representação e defesa dos trabalhadores fosse transformado em órgão de assistência previdenciária. A repercussão de tais convênios com o sindicatos fêz com que os trabalhadores passassem a identificar o sindicato com o FUNRURAL; ou seja a política implementada teve repercussão na percepção dos associados sobre o órgão de classe:

"O sindicato dá direito ao trabalhador; defende ele quando um cai doente. Aí tem o remédio ou manda pra João Pessoa. O FUNRURAL é o INPS do campo. O FUNRURAL é o sindicato e eu pago o sindicato para ter o FUNRURAL" (opinião dos trabalhadores de Sapé)

Com o FUNRURAL, cresceu o número de associados em todos os sindicatos, com expressivo número de aposentados. Além disso, como funciona na sede mesma do sindicato, todos os serviços assistenciais, a prática assistencialista foi de tal maneira incorporada pelos sindicalistas que, em alguns casos, condicionou-se os serviços médicos à condição de associados.

O estabelecimento de convênios de fundo social e as vantagens daí advindas, propiciou outro resultado sobre o movimento sindical. Os dirigentes adquiriram a prática de manter-se nas diretorias por vários mandatos consecutivos, não ocorrendo renovações dos dirigentes, nem alterações na política sindical instituída e reforçada pelo Estado.

Não se trata apenas de estratégia do Estado, o caminho do assistencialismo e da reprodução do peleguismo através de diretorias permanentes há quase 20 anos. A classe dominante de algumas regiões tratou de rearticular seus mecanismos de controle sobre os trabalhadores. Não mais como currais eleitorais no interior das propriedades. Certos sindicatos transformaram-se em bases eficientes para as eleições dos anos 70. Em contrapartida, a classe proprietária garantia a reeleição das diretorias sindicais que lhe serviam de reforço político em algumas regiões do Estado.^{3/}

A posição de intermediários entre os interesses dos trabalhadores e os interesses da classe dominante e do Estado, produziu posição extremamente frágil para os dirigentes sindicais. Pressionados pelo Estado que poderia intervir, punir e até demitir diretorias e, pela classe dominante que manipulava com novos mecanismos de dominação ideológica e política, a possibilidade de defesa dos reais interesses dos trabalhadores ficava reduzida à margem estreita de ação, optando os dirigentes pela conciliação que lhes permitia permanência mais prolongada na diretoria, reforçando a perspectiva assistencialista. Desse modo, os sindicatos mantiveram-se à margem das questões que se avolumavam, tanto de conflitos de terra como de questões trabalhistas.

Por outro lado, à medida em que se intensificava o processo de expropriação e as contradições entre proprietários e trabalhadores, ocorriam situações em que a explicitação dos conflitos tornava-se mais visível. Retomando a região de Sapé, é

^{3/} Segundo informações de assessores jurídicos do movimento sindical, os mecanismos de controle político da classe dominante são mais explícitos em algumas áreas do Sertão Paraibano.

possível visualizar situações em que se manifestaram tentativas de reação apesar da conjuntura política desfavorável e das condições do próprio movimento na região.

Em 1972, a Usina Santa Helena comprou uma área de outra propriedade, onde residiam 75 moradores com roçados de subsistência. Constava do acordo entre as partes, que a Usina caberia decidir sobre o destino dos trabalhadores. O proprietário da fazenda com a venda da área, transferiu para a usina as indenizações por tempo de serviço e as benfeitorias e roçados.

Para os moradores não interessava trabalhar para a usina, optando pelo pagamento das indenizações devidas. A usina não aceitava a saída dos trabalhadores, exigindo a permanência na propriedade. O deslocamento da questão de um proprietário para outro, criou o impasse. Os moradores, o sindicato e a FETAG acionaram os meios legais para a resolução do conflito, orientando os trabalhadores para lutar pela manutenção da posse ou pela indenização por tempo de serviço na propriedade, sem que se transformassem em empregados da usina. O INCRA fez a demarcação das áreas e orientou no sentido de permanecerem plantando, enquanto a usina, destruía as plantações.

Apesar do Sindicato e da FETAG, terem acionados os mecanismos que garantiam a permanência dos moradores, o recuo do Presidente do Sindicato (um dos moradores em questão) contribuiu para a atenuação do conflito, resultando na saída dos trabalhadores, cuja alternativa única e coletiva foi a de morar nas pontas de rua de Sapé. Entrevistamos vários trabalhadores envolvidos na questão, verificando que a percepção foi a de atribuir a derrota, à fraqueza do sindicato em não assumir a luta até o fim. x

Não se configurando em impedimento permanecer na propriedade, a usina optou por não pagar as indenizações por tempo de serviço e o antigo proprietário livrou-se da questão.

De um lado os trabalhadores não estando suficientemente mobilizados para exigirem seus direitos e de outro, a posição do sindicato que não assumiu efetivamente a questão até à solução final, o processo de expulsão, configurando os contornos de tantos outros ocorridos na região, sem perspectiva de solução.

A expulsão dos moradores da região em direção às pontas de rua, foi questão praticamente não assumida pelo sindicato, cuja preocupação era com os serviços assistenciais, via FUNRURAL. E, desse período, os trabalhadores guardam a imagem que reproduz a posição assumida pelos dirigentes nos anos 70:

"Quando entrei em questão e procurei o sindicato, ele desconversou e entrou em conluio com o patrão. Não recebi nada e fui pra rua".

No caso entre a usina e a fazenda S.S., o sindicato não resolveu porque o proprietário novo (R. C.) tinha muita influência no sindicato e na federação. O sindicato recuou no encaminhamento e enfraqueceu os moradores.

Houve caso dos proprietários dispensarem os trabalhadores e mandar a gente para o sindicato. Quando se chegava lá o proprietário tinha vindo na frente e tinha "molhado" a mão do presidente (propina). Para se ter

boa administração, não se deve fazer isso".
(opinião dos trabalhadores de Sapé sobre o x
Sindicato).

Nos anos 70 intensificaram-se as expulsões dos trabalhadores, período em que mais cresceu o número de assalariados na região de Sapé. A ocorrência de conflitos entre proprietários e trabalhadores era encaminhada ao sindicato que, via de regra, assumia uma posição de conciliação entre as partes, sem solução favorável ao trabalhador. As opiniões dos trabalhadores revelavam que "havia má atuação do sindicato" que não resolvia as questões de direito, produzindo a percepção de "sindicato em conluio com os patrões".

Não deixando de ocorrer conflitos de terra, a continua expulsão dos moradores aumentou o volume de questões de direito e indenização por tempo de serviço prestado. A resolução ora se dava na propriedade ou, então, se procurava o sindicato para auxiliar. Este constitui o período de maior crescimento dos x
trabalhadores clandestinos.

O processo de expropriação ocorrido nos anos 70, seja pela expansão da pecuária, seja pela implantação do PROÁLCOOL, com o surgimento de empresas agrícolas no litoral e no Agro Pastoril, detonaram a emergência e agudização de novos conflitos sociais na Paraíba.

A partir de 1975, começaram a se manifestar novos conflitos de terra na Paraíba, pelas razões acima apontadas. E, novas lutas de resistência à manutenção da posse reproduziu ocorrências do movimento camponês, só que agora os fatos se davam sob novas bases econômicas. Assim, como era nova a fase que se vivi

via na agricultura da Paraíba, nas regiões em conflitos, uma força social importante no meio rural assumiu outra configuração, diferente dos anos 60. A Igreja, através de suas instituições presentes no campo, exerceu importante papel e influência na condução dos conflitos e enfrentamentos ocorridos na Paraíba, numa conjuntura de sindicalismo assistencialista, desligado de suas bases. A pressão exercida pela luta dos agricultores de várias regiões, desempenhou o papel de pressionar os sindicatos a assumirem uma posição diante da emergência dos conflitos.

À guisa de conclusão, podemos apreender que a questão da organização dos trabalhadores rurais, atravessou conjunturas diferenciadas, marcadas por um movimento de ascensão e descenso das lutas dos trabalhadores.

Num primeiro momento, a ascensão das lutas, marcaram o primeiro patamar de reivindicações, produzidas pelas contradições sociais emergentes e por um processo de organização dos trabalhadores que lhe confere a autonomia frente aos proprietários. Tal processo guarda relação estreita com as forças sociais que, na conjuntura dos anos 60, assumiram a bandeira da reforma agrária e do rompimento com as limitações impostas pelos proprietários de terra à manifestação dos direitos dos trabalhadores.

O refluxo do movimento, sobretudo das Ligas, reflete não só as cisões internas entre as forças sociais em jogo, mas também um momento de rutura do processo histórico de lutas a partir do golpe militar de 1964. A desmobilização do movimento camponês foi reforçada com a repressão sobre as lideranças e associados das Ligas, mantendo sob controle as organizações sindi

cais que se criaram no período. ×

O cerceamento das liberdades políticas e o controle sobre todas as formas de manifestação de caráter organizativo e reivindicatório, tiveram como resultado uma política estabelecida pelo Estado, garantindo o controle sobre os sindicatos através da instituição dos serviços previdenciários no campo. ×

A estratégia do Estado repercutiu sobre o descenso do movimento sindical, imprimindo-lhe perspectiva assistencialista, assim como reforço aos dirigentes sindicais desarticulados das questões pertinentes aos direitos dos trabalhadores rurais. ×

No entanto,, o processo de mudanças sociais e econômicas na agricultura, não sendo processo acabado, nova conjuntura social e política redefiniu e recolocou novas questões para o movimento sindical. O processo de proletarização que se iniciou no movimento camponês, agudizou-se nos anos 70, criando novo quadro no âmbito das relações entre os proprietários e trabalhadores.

Do mesmo modo, alteraram-se as relações entre os trabalhadores e os sindicatos rurais possibilitando a retomada das lutas no campo sob diferentes frentes. Antes, que se desse a efetiva retomada das mobilizações dos trabalhadores, um dos principais detonadores dos conflitos no campo, veio a ser a expulsão dos pequenos produtores das áreas de expansão da pecuária e da produção alcooleira com a implantação das destilarias, pressionando as lideranças sindicais a ultrapassar os limites impostos e produzidos pela estratégia do Estado.

Thataremos de analisar neste próximo capítulo, o processo de rearticulação dos sindicatos, especificamente o caso de Sapé, a partir da conjunção de fatores que propiciaram a abertura do regime para a retomada das lutas, e, a partir das experiências desenvolvidas na região, com o objetivo de assumir a direção das lutas na zona canavieira.

CAPITULO IV

A RETOMADA DAS LUTAS SINDICAIS

"Em 1979 se falava em abertura política. Depois eu tomei conhecimento do movimento sindical e já dava pra fazer um trabalho diferente. Porque na quela época, era tudo sob controle do Ministério do Trabalho. Nessa época fui a um encontro e observei o movimento sindical de outro lado, muito diferente do que eu tinha visto nos 4 anos que eu estava no Sindicato. Aí a gente começou a fazer um trabalho com os assalariados da cana e do abacaxi, incentivar os assalariados a cobrar os direitos e a carteira assinada". (Waldemar Freire - Presidente do Sindicato de Sapé - 1982).

A final dos anos 70, foi marcado por uma conjugação de fatores que propiciaram novos caminhos para o movimento sindical. As manifestações em diferentes setores da sociedade propiclavam novo espaços, anunciando o processo de abertura política no País. As greves do ABC paulista expressavam o rompimento com a política de arrocho salarial. A Campanha pela Anistia mobilizou vários setores e associações de classe, expressando nova conjuntura do regime político, rompendo com as barreiras impostas pela repressão dos anos anteriores.

Na Paraíba, as primeiras manifestações organizadas pelos agricultores nos anos 70, foram ligadas aos conflitos de

terra em várias regiões.^{1/} O processo de expansão da pecuária e a implantação dos projetos ligados ao PROÁLCOOL, associados ao momento de valorização das terras e a conseqüente especulação fundiária que veio a ocorrer, repercutiram sobre os pequenos produtores do Litoral, Agro Pastoril e Brejo Paraibano, resultando em processo de expulsão das áreas. As expulsões foram acompanhadas de reações da parte dos pequenos produtores, resultando em manifestações de lutas pela manutenção da posse da terra, e pelo direito adquirido a permanecer nas propriedades.

Na conjuntura em que eclodiram os conflitos, a Igreja Católica iniciou efetiva participação, especialmente a Arquidiocese de João Pessoa e Campina Grande. Assumindo a Teologia da Libertação^{2/} a Igreja possibilitou novo espaço político e de organização à sociedade civil abafada pela repressão (Koury: 1983 - 20) desenvolvendo "equipes de evangelização e promoção humana". Possibilitou, também, o elo entre os conflitos que se manifestavam e o conjunto da sociedade, acompanhando a resolução dos litígios na Justiça, denunciando na imprensa local e nacional as irregularidades e, assessorando juridicamente os pequenos produtores.

^{1/} De 1970 a 1975, foram registrados em jornais a existência de 8 conflitos de terra na Paraíba, De 1976 a 1980 com o aprofundamento dos conflitos já se registrava cerca de 62 questões de terra, envolvendo aproximadamente 3.000 famílias de pequenos produtores. Ver Mauro Koury sobre "A Questão da Terra na Paraíba" - 1970/1980 (flashes) in: Reforma Agrária - Boletim da Associação Brasileira de Reforma Agrária, vol. 13 nº 05 set./out. 1983 - Campinas - SP - pág. 18 a 25.

^{2/} Sobre a ação mediadora da Igreja nas lutas dos camponeses veja-se o trabalho de Novaes "A Questão Agrária e o Papel da Igreja na Paraíba", (1984 - mimeo) onde analisa os diferentes níveis de atuação movidos por uma concepção de ação pastoral sob o signo de uma nova Igreja. A autora analisa as medições a nível de hierarquia, agentes pastorais e trabalhadores nos Sindicatos salientando as contradições presentes, dinamicamente transformadas nas lutas.

A criação do Centro de Defesa dos Direitos Humanos da Arquidiocese de João Pessoa em 1976, ocorreu quando se mobilizava vários setores da Sociedade em torno do conflito da fazenda Macatu, expulsando 165 famílias. O Centro de Defesa e a Comissão de Justiça e Paz de Campina Grande, passaram a constituir o ponto de apoio e referência, no acompanhamento e mobilização dos movimentos sociais na Paraíba.^{3/}

Na primeira fase de mobilização da Igreja em torno dos conflitos de terra, a Federação dos Trabalhadores na Agricultura da Paraíba - FETAG - Pb. - manteve-se à margem das questões dos pequenos produtores no sentido de dar respostas aos conflitos. Somente a partir da pressão dos próprios trabalhadores e da mobilização evidente de vários setores da sociedade em apoio ao trabalho desenvolvido é que a FETAG-Pb. assumiu gradativamente seu papel de representação dos trabalhadores.

Desse modo podemos afirmar que a luta dos pequenos agricultores nos conflitos de terra assessorados pelos grupos ligados à Igreja foi importante fator de impulso ao movimento sindical no sentido de dar um salto qualitativo.

No processo, a Federação e o Centro de Defesa dos Direitos Humanos passaram a acompanhar a resolução dos conflitos. Nesse período, o controle exercido pelo Ministério do Trabalho sobre os Sindicatos e as intervenções indiretas ao movimento, impediram uma tomada de posição dos dirigentes.

Alguns sindicatos começaram a dar resposta aos pro

^{3/} Divergências internas de orientação à luta, resultou no afastamento do coordenador do Centro de Defesa dos Direitos Humanos, fundando outro Centro de Defesa, em 1979. Ver Koury M. op. cit. pág. 22.

blemas dos agricultores, seja pela influência do trabalho de assoria da Igreja, seja pela pressão dos agricultores, que começaram a exigir um posicionamento do órgão de classe.^{4/} Não é nosso objetivo entrar no mérito da questão que envolve as várias medições e posicionamentos diferentes entre a Igreja, a Federação e os Sindicatos. Interessa-nos tão somente evidenciar que as lutas dos pequenos agricultores assistidos pela Igreja, constitui um ponto de referência para a rearticulação do movimento sindical, até então desvinculado das questões dos direitos e defesa de seus associados e absorvidos pelo trabalho de natureza assistencialista.

À medida em que o movimento sindical foi assumindo a defesa dos agricultores, evidenciou-se a posição da corrente sindicalista que se caracterizou por lutar pela independência do movimento sindical, no sentido de que a este coubesse definir a direção das lutas.^{5/} Tal posição, perpassou em diferentes momentos, as relações entre a direção do movimento sindical e as forças sociais que procuraram desenvolver influência na esfera da luta sindical. A matriz que lhe serviu de suporte foi a direção nacional do movimento, através da CONTAG, que definiu a política sindical nacional e a perspectiva de coordenação e direção do conjunto das lutas no País.

^{4/} Os Sindicatos de Mucatu e Pedra de Fogo foram os primeiros a encampar e assumir a luta dos agricultores. Em Barra de Santa Rosa, agricultores da região pressionaram o sindicato a assumir uma posição, face às questões de conflito. À medida em que os órgãos de classe assumiram o encaminhamento das questões, ocorreram diferenças de posições entre os grupos ligados à Igreja e o movimento sindical. Dados de entrevista com Wanderley Caixe, 1981.

^{5/} Esta posição é evidenciada no discurso dos sindicalistas que não trabalharam diretamente com a Igreja, embora considerando a participação da Igreja importante para o movimento sindical, argumentam que cabe aos sindicalistas assumir a direção do movimento.

Para o movimento sindical no campo, o III Congresso de Trabalhadores Rurais em maio de 1979, foi o marco da retomada das lutas sindicais.^{6/} Além dos problemas ligados aos conflitos de terra e à legislação pertinente, as questões trabalhistas foram amplamente discutidas neste Congresso, no que diz respeito aos direitos e garantias do trabalho assalariado, constituindo-se em forum de debates e proposições de reformulação da CLT e da Lei nº 5.889^{7/}, contra a extensão do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço ao Campo, como mais uma agravante para o problema da rotatividade da mão-de-obra e do rebaixamento dos salários. A legislação sobre o trabalho assalariado temporário, a prescrição bienal que regula o tempo de reclamação dos direitos no campo, a política salarial, a questão do direito de greve e a justiça do trabalho, fizeram parte dos temas deste Congresso.^{8/}

A importância que as questões trabalhistas no campo passaram a ter nos anos 70, com o crescimento do volume dos trabalhadores assalariados e, particularmente com a magnitude da questão do trabalhador clandestino, evidenciaram os reflexos da nova fase da agricultura brasileira. A complexidade da questão

^{6/} A CONTAG desde 1971 havia retomado a direção das lutas, assumindo a perspectiva de denunciar o não cumprimento da legislação trabalhista e agrária e, progressivamente, encampando as manifestações de conflitos de terra no País. Para maiores detalhes sobre o posicionamento da CONTAG em sucessivas gestões, ver Guedes Pinto op. cit. pág.

^{7/} A lei nº 5.889/73, revogou o Estatuto do Trabalhador Rural e regulamentou as relações de trabalho no campo, embora com limites, por não dar conta de todas as especificidades do trabalho assalariado no campo.

^{8/} A Paraíba participou do III Congresso com uma delegação de 58 sindicatos e 6 assessores. A representação de Sapé apresentou à Comissão de Legislação, uma proposição no sentido de modificar a redação do art. 136 da CLT sobre a época de concessão de férias conveniente aos trabalhadores.

foi motivo de amplo debate no mundo acadêmico desde 1975, através do Encontros de Mão-de-Obra Volante.^{9/}

O problema dos assalariados rurais levou a CONTAG a realizar vários Encontros sobre a categoria, reunindo Federações e Sindicatos das principais regiões do País.^{10/}

O objetivo do 1º Encontro em Carpina-Pe., foi a tomada de posição do movimento sindical junto aos assalariados rurais, a partir da análise de questões ligadas à categoria, bem como a troca de experiências sobre as formas específicas de organização e mobilização de apoio à luta dos assalariados, pela conquista de melhores salários, dentro da linha do III Congresso Nacional de Trabalhadores Rurais.

As questões ligadas à contratação coletiva e outras formas de ação coletiva, além da política salarial, a legislação em vigor sobre Contratos Coletivos de Trabalho e a Lei de Greve, foram discutidas, ressaltando-se que a participação dos trabalhadores é fator essencial nos processos de ação coletiva.

Os diversos Encontros evidenciaram que um dos principais obstáculos ainda é a dificuldade de romper com o sindicalismo assistencialista para um sindicalismo mais combativo, bem

^{9/} Seis Reuniões Nacionais sobre Mão-de-Obra Volante na Agricultura foram realizadas em Botucatu - SP, organizados pelo Departamento de Economia Rural. Uma Coletânea dos principais trabalhos produzidos foram publicados pela L. Ed. Polis - CNPq - UNESP; São Paulo, 1982.

^{10/} Participou do 1º Encontro Nacional sobre os Assalariados Rurais em Carpina-Pe., os Estados de: Alagoas, Bahia, Minas Gerais, Paraíba, Pernambuco, Rio Grande do Norte, Rio de Janeiro e São Paulo, bem como representantes do Regional NE II CNBB, CPT Regional III, FASE São Paulo e Garanhuns, CEAS e DIEESE. A CONTAG realizou mais 3 encontros de Assalariados: em Belo Horizonte-MG - 1981, Bahia - 1982 e Brasília - 1983.

como a inexperiência de lutas coletivas e a ausência de assessores e dirigentes sindicais comprometidos com o movimento sindical.^{11/}

A importância do 1º Encontro para a Paraíba e para Sapé, residiu em ter-se constituído o ponto de partida para uma ação mais coordenada com relação aos assalariados rurais da Paraíba.

Antes de analisarmos os resultados da nova política sindical empreendida pela CONTAG, em função dos assalariados da Paraíba, procuramos recuperar o caminho percorrido pelo sindicato de Sapé para desenvolver o trabalho sindical.

O primeiro elemento a considerar foi a mudança da diretoria do Sindicato, a partir de 1976 com propostas de encaminhamento das questões dos assalariados. Não se registra nos arquivos do Sindicato (até 1979) a existência de indenizações e acordos homologados. Presume-se que predominavam resoluções individuais, à medida em que solicitavam o Sindicato e, em geral, referentes a indenizações por tempo de serviço e de questões de manutenção de posse de antigos moradores.

Tais questões chegaram a ser encaminhadas à Justiça em João Pessoa, sendo em parte favoráveis ao trabalhador além de casos não solucionados. O que se depreende é que a prática de gestões anteriores, traria para a nova diretoria tanto o peso da burocracia dos serviços assistenciais, como a imagem de um sindicato que assumia a posição de conciliação, com perdas reais para os trabalhadores.

^{11/} Ver Relatórios dos Encontros sobre Assalariados Rurais. 1980 e 1981. CONTAG.

1. TRABALHADORES ASSALARIADOS: PRIMEIRAS EXPERIÊNCIAS DE ORGANIZAÇÃO

O Sindicato Rural de Sapé, no final dos anos 70 começou a dar respostas às questões ligadas aos trabalhadores assalariados, sobretudo em relação aos clandestinos. A importância da categoria na região, associado às questões dos moradores que se assalariaram nas fazendas e que tiveram seus direitos frequentemente burlados, passou a constituir a questão central para o Sindicato, cujo objetivo foi o de desenvolver a campanha pela exigência dos direitos assegurados por lei, em torno de indenizações devidas, pagamento de férias, décimo terceiro salário e assinatura da carteira de trabalho.

Inicialmente o sindicato procurou atrair os trabalhadores para a resolução das questões sob a forma de acordos. Frequentemente os acordos eram efetuados nas fazendas, resultando em perdas reais para os trabalhadores, uma vez que os cálculos eram efetuados pelos proprietários sem contestação dos trabalhadores. Somente quando as questões envolviam moradores antigos é que procuravam o Sindicato.

O acordo homologado no Sindicato com a presença das partes interessadas (trabalhador e patrão) tinha a vantagem dos cálculos serem efetuados pela diretoria, assessorados pelo advogado do Sindicato, contribuindo para romper com a dissolução dos resquícios de relações personalizadas, que frequentemente obrigava os trabalhadores a aceitarem a solução dos conflitos impostas pelos patrões.

Progressivamente os acordos tornarem-se prática usual, encaminhando os patrões a resolução dos conflitos para o

Sindicato. Poderia parecer de pouca importância o recurso aos acordos no Sindicato. Sendo um procedimento que diminuía a duração da resolução e evitava o encaminhamento à Justiça em João Pessoa (o que demandava tempo, testemunhas, nem sempre disponíveis no período e despesas de transporte), o acordo foi adotado como tática para institucionalizar a luta sindical pelos direitos trabalhistas.

Ressaltamos que a resolução dos conflitos sob forma de acordos, não era a via indicada pelo Movimento Sindical, tendo sido motivo, inclusive, de discussão num Encontro de Assessores Jurídicos a Sindicatos Rurais. A posição adotada neste Encontro foi a de se condenar os acordos como lesivos aos direitos do trabalhador rural, constatando-se que, em vários Sindicatos Rurais da Paraíba, não se dispunha de orientação adequada, além de contribuir para que os dirigentes sindicais se omitissem do encaminhamento das questões.

Posteriormente, a questão dos acordos foi reavaliada pelos assessores jurídicos, evidenciando que as questões menores poderiam ser resolvidas sob forma de acordo no Sindicato, (indenizações de poucos meses de serviço) desde que os dirigentes sindicais fossem assessorados no encaminhamento.

Em Sapé, a prática de homologar acordos nos sindicatos, atraiu os trabalhadores clandestinos e passou a constituir fator de mobilização da categoria.^{1/}

^{1/} Em pesquisa realizada nos arquivos do Sindicato de Sapé, constatamos que os acordos intensificaram-se nos anos 80. Em 1980 registraram-se 100 casos de indenizações por tempo de serviço, 150 casos de pagamento de férias, décimo terceiros salário e 200 indenizações por tempo de serviço. Em 1982, os acordos diminuíram em relação ao ano anterior. Ressalte-se que a maior incidência é da parte das empresas agrícolas da região, a partir de despesas coletivas, quando finda a safra do abacaxi.

O que não foi possível detectar foi a margem de perdas que essa forma de encaminhamento produziu nos cálculos efetuados. Alguns entrevistados manifestaram-se favoráveis à solução sob a forma de acordos em razão das questões apontadas anteriormente. Registrou-se, também, entre os trabalhadores a opinião de que os acordos favoreciam o não pagamento do total das indenizações devidas, especialmente no caso de moradores com 30 anos de serviço.

Os acordos não dispensaram nem eliminaram o encaminhamento de questões à Justiça em João Pessoa, embora em menor frequência, ocorrendo, sobretudo, nos casos de moradores antigos com mais de 20 anos de serviço nas propriedades.

Posterior aos acordos, o Sindicato empenhou-se na campanha por contratos de safra, especialmente na produção de abacaxi. Os safristas foram contratados em grupos e, ao final da colheita foi feita a recisão em co mum acordo entre proprietários e trabalhadores, quando, então, foram en ca m i n h a d o S i n d i c a t o pela propriedade ou empresa agrícola, para que fossem en m o l o g a d o s c á l c u l o s de indenizações devidas, proporcionais ao tempo de ser vi ç o. Esta prática foi mais desenvolvida com os assalariados do abacaxi. É que entre os produtores de cana observou-se resistência maior à possibilidade de contratos de safra.

Como os assalariados clandestinos trabalham tanto na cana co mo no abacaxi, a prática de reivindicação dos direitos e a possibilidade de contratos de trabalho vem exercendo, de certa maneira, pressão sobre os pro du to r e s de cana.

Tratando-se de uma região onde predomina a produção de cana e do abacaxi, o trabalho inicial do Sindicato foi feito com os clandestinos do abacaxi, embora existissem trabalhadores fichados em empresas agrícolas.^{2/}

2/ Em 1963, a empresa Maguari S/A contratou legalmente cerca de 200 trabalhadores. Utilizando-se dos mecanismos que segmentam a mão-de-obra entre f i c h a d os e clandestinos, através do volume de tarefas, ocorreu diminuição do número de fichados na empresa. Em 1978, a empresa mudou a razão so ci a l para Frutas Tropicais Ltda. e, aproveitou para dispensar os tr a b a l h a d o r e s antigos sem as indenizações devidas, efetivando novos contratos de trabalho, inclusive, os antigos trabalhadores da empresa. A política da empresa resultou na incorporação maior do volume de clandestinos e no en c a m i n h a m e n t o das recisões de contrato de trabalhadores com menos de 1 ano na empresa, eliminando a possibilidade de estabilidade do emprego. Além da empresa Maguari, outros produtores também realizaram desses contratos de trabalho, mas em menor volume.

Entre as duas atividades produtivas há momentos de escassez relativa de mão-de-obra, sobretudo quando as colheitas coincidem. Como a colheita do abacaxi tem que ser realizada rapidamente, sob pena de prejuízos (o que não ocorre no caso da cana) os produtores de abacaxi freqüentemente antecipam o aumento no preço do trabalho por produção, antes do reajuste decretado pelo governo.

Além disso os produtores de abacaxi são mais suscetíveis às pressões exercidas pelos trabalhadores e pelo Sindicato para a realização dos contratos de safra, assim como para o pagamento por indenizações calculados pelo Sindicato, a fim de disporem da mão-de-obra necessária na colheita, face a seu concorrente na cana de açúcar.

É justamente entre os trabalhadores do abacaxi que se verificou até 1982, volume maior de fichados, regularmente contratados, embora os produtores lancem mão dos mesmos mecanismos de diferenciação entre fichados e clandestinos, através do recurso à intensificação do trabalho por produção.

A introdução das indenizações coletivas no caso dos safristas, cresceu nos últimos anos, aumentando as possibilidades dos trabalhadores clandestinos destituídos de contratos de trabalho serem amparados pela legislação trabalhista.

O trabalho de conscientização dos direitos foi desenvolvido tanto nas reuniões mensais do Sindicato, como nas delegacias sindicais localizadas nas áreas de concentração da mão-de-obra assalariada do município. Os núcleos e povoados no interior das fazendas, favoreceu o trabalho de sindicalização e a discussão sobre as condições de vida e de trabalho. As reuniões

niões nas delegacias permitiram a troca de experiências entre os trabalhadores e as novas formas de mobilização.

O trabalho de mobilização nas delegacias sindicais, também favoreceu a ampliação do quadro de associados do Sindicato. Entre 1978 e 1982 seu número cresceu em cerca de 30%. Atualmente o Sindicato de Sapé congrega 10.000 associados aproximadamente, sendo que 80% são assalariados (incluindo os clandestinos, moradores e arrendatários) e 20% são pequenos produtores.^{3/}

Tentativas de contratos coletivos, foram feitas com os assalariados do abacaxi, porém sem muito sucesso. As dificuldades e os impasses decorrentes da dimensão que o trabalho clandestino apresenta, associado à mobilização ainda insipiente, fizeram com que as propostas do Sindicato tivessem dificuldades de serem levadas adiante.

Recorremos a mais uma experiência que evidencia como a competição acionada pelos proprietários é eficaz na desmobilização dos trabalhadores e nas tentativas do movimento sindical por dar um salto qualitativo na condução de lutas imediatas.

O Sindicato de Sapé, a partir de um trabalho de conscientização dos direitos através de campanhas de esclarecimentos sobre a legislação trabalhista^{4/} empenhou-se também pela assinatura da carteira de trabalho, com um grupo de 50 trabalhadores com "vários anos de casa" vinculados à Empresa

^{3/} Para os pequenos produtores da região de Sapé, o Sindicato não tem definido uma política sindical que congregue as demandas da categoria. Estamos nos referindo aos pequenos produtores que não se incorporam ao assalariamento e se diferenciam, segundo a atividade desenvolvida e o maior ou menor recurso ao trabalho assalariado.

^{4/} Em 1982, foi desenvolvido pelo sindicato juntamente com a equipe de assessoria sindical da UFPB, um trabalho de explicitação dos direitos dos trabalhadores assalariados, em todas as delegacias e na sede do Sindicato. O trabalho de educação sindical partia das discussões de questões concretas e a forma de resolução dos conflitos, incorporando o debate sobre a legislação.

Maguari S/A. Para o Sindicato a experiência poderia servir de exemplo a outras localidades da região, ampliando as possibilidades de regulamentação do trabalho.

Contudo a direção do Sindicato enfrentou sério obstáculo: a reação dos clandestinos sobre as condições de trabalho dos fichados. Admitindo poder dispor de sua capacidade de trabalho como bem entendesse - trabalhar os dias que quizesse, realizar quantas tarefas fosse capaz de suportar - o clandestino expressava sua condição, como "liberto", em contraposição ao fichado que tem limite no número de tarefas, dado pelo proprietário ou pela empresa.

Essa forma de "sujeição" atribuída pelo clandestino ao fichado, expressa nos limites impostos ao aumento de sua remuneração, constituiu obstáculo à campanha. O argumento da estabilidade de emprego que o Sindicato utilizava, assim como a incorporação do tempo de serviço anterior, não foram suficientes porque, além da questão dos ganhos limitados, não estavam convencidos nem suficientemente mobilizados para a vitória do movimento.

A Assessoria Jurídica e o empenho do Sindicato em assumir a luta pela assinatura da carteira, criou condições propícias à incorporação dos trabalhadores. Um dos primeiros obstáculos foi o da não aceitação pela empresa, da inclusão do tempo de serviço anterior na assinatura da carteira. O segundo foi o do limite estabelecido ao número de tarefas. Os trabalhadores não aceitaram nenhuma das duas condições, recuando à condição de clandestinos, antes de serem dispensados da empresa.

Como já nos referimos anteriormente, tais mecanisis

mos que a classe proprietária utilizava para dividir os trabalha
dores rurais acentua a concorrência e dificulta o trabalho sindi
cal na luta por melhores salários e pela regulamentação dos con
tratos de trabalho. Funciona portanto, como fator de desmobili
zação e de competição, entre os assalariados.

Contudo, isso não significava que os assalariados
constituíssem massa amorfa que não apreendessem tais mecanismos.
Embora o trabalhador clandestino percebesse que a regulamentação
do trabalho representava a conquista de seus direitos, contrapu
nha-se à condição de "sujeitos" a que os fichados se submetiam
ao serem destinadas às piores áreas, sem escolha ou opção, tam
bém nos casos de doença ou acidente de trabalho, quando entra em
jogo a remuneração dos dias parados, a questão dos direitos asse
gurados aos fichados é reconsiderada.

A percepção do trabalhador clandestino não é desti
tuída de consciência, do grau de exploração a que se submete,
quando se destina a esgotar sua capacidade física para aumentar
o salário. Mas se apóia na "liberdade" de aumentar a sua remune
ração. Ao utilizar o argumento da liberdade para aumentar o sa
lário, o trabalhador assume os custos de sua reprodução, através
do esforço maior dispendido, em troca do aumento apenas aparente
do salário com base na remuneração por produção.

Não havendo referência a um passado de conquistas
sobre as lutas salariais, a mobilização dos trabalhadores é obs
taculizada pela acentuada competição que os proprietários estabe
lecem, através da forma de organização do trabalho, dividindo fi
chados e clandestinos.

Em contrapartida, a direção do Sindicato buscou lan

çar mão de diferentes espaços - contratos de safra, contratos coletivos, homologação de acordos com assessoria jurídica, assinatura da carteira de trabalho, indenizações por tempo de serviço, férias e décimo terceiro salário como formas possíveis de estabelecer um patamar mínimo de lutas econômicas imediatas, correspondentes ao nível de organização dos trabalhadores às lutas imediatas.

A percepção dos trabalhadores sobre o Sindicato no encaminhamento das questões é permeada de ambigüidades, resultantes da prática sindical desenvolvida. Ora se atribuem ao Sindicato o papel de exercer pressão junto aos proprietários, ora atribuem aos próprios trabalhadores o papel de conquistar os direitos sem prejuízos. Neste sentido as questões de moradores com 20, 30 anos de serviço nas propriedades e que não receberam indenizações, dificultam o trabalho sindical, expressando os impasses na resolução dos conflitos:

"O Sindicato resolve umas coisas e outras não. Alguns entram em questão e os patrões não querem mais que trabalhem para ele, botando pra fora da firma ou da fazenda. E, fica por isso mesmo.

Os moradores com 20, 30 anos de serviço iam ao sindicato com os patrões para assinar a carteira de trabalho, a partir de agora e não procuravam saber como eram as condições e os direitos, perdendo todo o tempo trabalhado. Faltou conhecimento dos trabalhadores e uma ação mais efetiva do Sindicato. Eu acho que os moradores tinham direito ao tempo de serviço anterior". (Opinião de trabalhadores do abacaxi e da cana).

A alternativa de mobilização coletiva, através de greve, manifestou-se entre os trabalhadores como a possibilidade de resolução de tais questões e como forma de obter o aumento salarial, assegurando os direitos dos trabalhadores:

"Por mais que o Sindicato tente reunir os trabalhadores para buscar seus direitos, só a união de todos exigindo os direitos pode resolver a questão. Vocês viram como foi em Pernambuco. Só uma greve resolve de vez".

Essa divisão que a classe dominante sedimenta entre os trabalhadores, acaba se dissolvendo na forma como inserem no processo produtivo e na apreensão de que os direitos são assegurados a todos os trabalhadores rurais.

É no processo de trabalho e de produção no salário e nas formas de remuneração que os trabalhadores diluem as diferenças entre si, como "sujeitos ou libertos". As condições históricas, concretas, possibilitaram a identificação de um destino comum: a condição de produtores de bens que não lhes pertence, x uma vez que é apropriada pelos capitalistas.

Ainda que se estabeleçam diferenças entre os que são moradores e os que são clandestinos, apreendem que, em ambas as situações, a sujeição ao trabalho está presente, não se posicionando como produtores independentes que produzem sua substância. x

"Antes como morador eu pagava dias de serviço e tinha a condição para o proprietário. Hoje, como trabalhador em terra alheia, eu trabalho para os outros. O morador também trabalha em terra dos outros". x

Eu não agüento mais abuso de patrão. Prefiro ser clandestino". (Opinião de moradores da região de Sapé)

Para o morador, as vantagens advindas do acesso ao roçado e a moradia, acabam se nivelando nas diferenças salariais entre os que residem e os que já saíram:

"Tudo é uma coisa só, no preço do trabalho. Mas ainda acho vantagem em ser morador, porque não pago água, luz, lenha e moradia. Tem lugar que o proprietário paga uma diária inferior ao morador, por causa das vantagens de ser morador. Por isso, para mim tudo é uma coisa só".

As primeiras tentativas de organização dos assalariados e seus resultados expressam, portanto, condições objetivas e subjetivas para o encaminhamento das lutas em Sapé. Desconhecer tais condições e limitações do movimento sindical no campo, seria desconhecer as bases reais, a partir das quais foi possível empreender mobilizações efetivas para o conjunto de assalariados. A partir da ampliação das lutas em outros Sindicatos da zona canvieira, mobilizados em função das demandas trabalhistas, configurou-se o conjunto de reivindicações da categoria, exigindo do movimento sindical, o posicionamento em relação aos assalariados.

2. MOBILIZAÇÃO E ORGANIZAÇÃO DOS TRABALHADORES CANAVIEIROS DA PARAÍBA

Nas páginas anteriores, vimos esboçando em traços sumários, a importância que tiveram as mobilizações dos agricultores contra as expulsões das propriedades, o papel da Igreja como força social na luta de resistência dos agricultores e a importância do III Congresso de Trabalhadores como marco das lutas no final da década de 1970.

Não sendo o processo linear, nem isolado, o conjunto das lutas empreendidas em diversos Estados, refletiu uma nova correlação de forças sociais e políticas, influenciando no desdobramento de novas formas de organização e manifestação das massas no campo.

Cabe destacar o papel que as lutas desenvolvidas em Pernambuco, a partir da greve de 1979, desempenharam no processo de mobilização dos canavieiros da Paraíba. As campanhas salariais de Pernambuco que se iniciaram após o III Congresso de Trabalhadores Rurais, cumpriram o papel de lutas exemplares, à medida em que romperam com o caráter arbitrário da atual Lei de Greve (Lei 4330/1965) deflagrando movimento pautistas legais, através de persistente trabalho de organização das bases. Soares (1984 - 103) em pesquisa realizada com lideranças sindicais no Nordeste enfatiza a experiência sindical de Pernambuco:

"A experiência dos três recentes e sucessivos movimentos grevistas como resultado de campanhas salariais na Zona da Mata de Pernambuco, fortalece a posição desses dirigentes de que é possível mobilizar mesmo dentro dos marcos da estrutura legal".

O processo de organização da Campanha Salarial em Pernambuco, atendendo às exigências burocráticas da Lei de Greve, acabou por se constituir em fator de mobilização dos trabalhadores rurais e de diferentes setores da sociedade, estabelecendo rico manancial de experiências sindicais, permitindo a outros Estados socializar o processo, não só no plano organizacional como no que se refere à pauta de reivindicações.

Pernambuco traz em sua história, experiências do Governo Arraes, onde a luta pela regulamentação do trabalho, a través do Acordo de Campo, em 1963, foi retomada em 1979, desencadeando greves que envolveram contingente de 240.000 trabalhadores assalariados no campo.

A participação dos sindicalistas da Paraíba nas Campanhas Salariais de Pernambuco, bem como nos Encontros de Assalariados promovidos pela CONTAG, vieram servir de referência ao movimento sindical, na articulação dos canavieiros.

O 1º Encontro Nacional de Assalariados Rurais de Carpina-Pe em 1980,^{1/} foi realizado antes da Campanha Salarial daquele Estado. Além de reunir os Estados onde se concentraram importantes contingentes de assalariados do País, resultou em uma programação por Estado.

Desse Encontro foi feita a convocação dos 32 Sindicatos da zona canavieira e um convênio com a Equipe de Assessoria Sindical da UFPb - Campus II com 8 Sindicatos Rurais, para levar

^{1/} Desse Encontro participaram representantes da FETAG e do Sindicato Rural de Sapé.

tamento e estudo das condições de vida e de trabalho dos canavieiros da Paraíba.^{2/}

Além dos levantamentos realizados inicialmente em 8 Municípios pela Equipe de Assessoria Sindical da UFPb, os grupos de assessoria vinculados à Igreja Católica, desenvolviam trabalho com os canavieiros, realizando encontros periódicos com as bases e os Sindicatos, sobretudo os do Brejo Paraibano.^{3/}

A concentração de várias instituições na região do Brejo, fez de Guarabira centro de referência para as experiências desenvolvidas nos anos 80, em torno da mobilização dos canavieiros.

A Semana Sindical que se antecede ao 1º de maio, passou a ser um momento de grande concentração do movimento sindical no Brejo Paraibano e Agro Pastoril, ampliando-se, inclusive, com a participação de associações de classe e Sindicatos do setor urbano, ocasião em que várias reivindicações dos trabalhadores foram aprovadas.

Em Sapé, a Semana Sindical, vem sendo realizada nas delegacias e povoados de concentração dos assalariados, cul

^{2/} Precede ao convênio entre o grupo de Sindicatos e a Equipe de Estudos e de Assessoria Sindical da UFPb, trabalho realizado pela equipe simultaneamente em 4 Municípios: Alagoa Grande, Arara, Solânea e Bananeiras. Esse trabalho foi iniciado com bolsistas do Sindicato, filhos de agricultores, e permitiu identificar a composição dos filiados ao Sindicato, bem como o intercâmbio entre os 4 sindicatos. Para maiores detalhes ver Novaes J. R. "Margarida Alves: "Uma Líder Sindical"; in Reforma Agrária - Boletim da ABRA Vol. 13, nº 5, set./out. 1983-pág.13. O convênio entre a FETAG-Pb e a Equipe de Assessoria Sindical, abrangia os Sindicatos de Mari, Sapé, Alagoa Grande, Alagoa Nova, Cuitegi, Cruz do Espírito Santo, Solânea, Bananeiras e Arara.

^{3/} Em Guarabira, concentraram-se a Pastoral Rural, o Centro de Orientação dos Direitos Humanos, o Serviço de Educação Popular - SEDUP. Além destes grupos, reuniu-se ao trabalho, a "Comissão de Justiça e Paz de Campina Grande".

minando com grande assembléia no 1º de maio e formação de uma ca
ravana de trabalhadores para a concentração dos trabalhadores. O
evento constitui importante forum de debates sobre os direitos
dos trabalhadores e de mobilização da categoria.

Resultou de Avaliação da Semana Sindical de 1982,
a realização do I Encontro dos Trabalhadores Assalariados da Zo
na Canavieira, com proposta de Campanha Salarial.^{4/} A articula
ção da Comissão Canavieira teve participação dos Sindicatos de
Sapé, Serraria, Bananeiras e Alagoa Grande, assessorados pela
FETAG e pelos grupos de assessoria da Igreja.^{5/}

Vários encontros de assalariados foram realizados
com as lideranças e representantes de base, nos polos sindicais,
estabelecendo-se algumas bandeiras de luta: campanha pela assina
tura da carteira de trabalho, direito ao sítio (2 hectares) e lu
ta por melhores salários.

Posteriormente, a CONTAG passou a assumir a coor
denação e direção política do movimento dos canavieiros, junto
com a Federação, cabendo aos grupos de assessoria da Igreja asses
sorar os encontros de base nos municípios. Cabe ressaltar a im
portância da assessoria da Igreja na orientação do levantamento
das condições concretas de trabalho dos canavieiros da Paraíba,
sob a coordenação do SEDUP (Diocese de Guarabira).

O ascenso do movimento sindical com a articulação

^{4/} A Comissão Canavieira resultou em articulação dos grupos ligados à Igreja
com a Federação e os Sindicatos mais atuantes.

^{5/} A diretoria do Sindicato de Alagoa Grande propôs divisão do trabalho em
dois polos: o Brejo sob a coordenação de Alagoa Grande e o Litoral sob a
coordenação do Sindicato de Sapé.

da comissão canavieira, resultou em proposta de desenvolvimento da Campanha Salarial, a partir de 1983, intensificando-se os encontros com as bases sindicais, assessorados pelos polos de trabalho constituídos pela Federação, a CONTAG e Grupos de Assessoria da Igreja.

Não obstante toda a articulação dos Sindicatos ' mais combativos e das assessorias dos diferentes grupos presentes na área, o movimento sindical enfrentou dificuldades, principalmente em regiões que não eram atingidas pela assessoria ao movimento.

A falta de comprometimento da maioria dos Sindicatos da zona canavieira, a carência de assessoria jurídica em vários Municípios que assegurasse o encaminhamento das reivindicações e, a insuficiência de delegados de base para prover a mobilização, foram questões evidenciadas nos Encontros de Avaliação.^{6/}

Em julho de 1983, realizou-se o 4º Encontro Estadual sobre a Campanha Salarial dos Trabalhadores Rurais, sob a coordenação da CONTAG, onde foram avaliadas as condições objetivas de sua continuidade. Este Encontro teve o mérito de avaliar com todos os Sindicatos envolvidos com a proposta da Campanha, as condições reais de cada Município, e levar adiante a mobilização que resultaria em greve dos canavieiros, a nível estadual.^{7/}

Resultou da avaliação, o adiamento da campanha sa

6/ Dados obtidos dos Relatórios de Encontros em 1983.

7/ O 4º Encontro Estadual sobre a Campanha Salarial avaliou todo o processo de mobilização, levantamento dos assalariados, formação dos grupos de apoio, eleição dos delegados sindicais, posição de cada dirigente sindical em relação à campanha, finanças, volume de questões trabalhistas encaminhadas à Justiça e, receptividade dos trabalhadores à campanha.

larial, por falta de condições para sustentar o movimento, dando continuidade à luta, através de campanha trabalhista intensa. A reorientação adotada, levou em consideração as decisões de encontros anteriores, acrescida de novas demandas. A prioridade das lutas foi direcionada para as seguintes reivindicações:

- campanha pela carteira profissional assinada com o tempo de serviço anterior;
- pagamento integral do salário mínimo;
- pagamento do décimo terceiro salário e das férias;
- cumprimento da lei do sítio (2 hectares).

Além de outras questões pertinentes aos direitos trabalhistas, foi definido que todas as questões deveriam ser encaminhadas à Justiça do Trabalho, não fazer acordos nos sindicatos, reforço ao trabalho de base e empreendimento de mobilizações coletivas em casos de ações de cumprimento.

Um dos resultados da Campanha foi o pagamento do décimo terceiro salário, embora só em 50%. As razões alegadas pelos proprietários foram: a rotatividade dos trabalhadores clandestinos e o número de dias de serviço por semana. Como se sabe é comum os clandestinos não trabalharem todos os dias da semana nas mesmas propriedades.

Obtiveram-se algumas vitórias com relação à assinatura da carteira dos trabalhadores vinculados às Usinas. No entanto, é importante ressaltar que, na maioria das vezes, a assinatura da carteira implicou em perdas com relação ao tempo de serviço anterior.

A continuidade do levantamento do número de assalariados em cada município teve como saldo a presença dos dirigentes sindicais nos engenhos, fazendas e pontas de rua, mobilizando as diretorias em função da Campanha. Verificou-se, contudo, em alguns Municípios que os dirigentes sindicais não se envolveram com a Campanha Trabalhista, assumindo as próprias bases o trabalho de mobilização, assessorados pela FETAG, CONTAG e pela Igreja.

Verificou-se, a partir da avaliação da CONTAG, que a questão dos acordos feitos nos Sindicatos (condenados como recursos não adequados às lutas) causaram preocupação entre alguns dirigentes. No Sindicato de Sapé, por exemplo, a prática assumida de exercer o papel de "Junta de Conciliação e Julgamento", foi largamente utilizada, como forma de impedir que os proprietários realizassem os cálculos, a seu modo, com prejuízos para o trabalhador em causa. Temia o Sindicato, que o encaminhamento das questões a João Pessoa, afastasse os trabalhadores do Sindicato, em razão das exigências que o processo demanda. (Testemunhas, viagens, demora, etc.). Vários Sindicatos, porém, vêm se posicionando contra os acordos e, encaminhando as questões à Justiça.

Os encontros de assalariados rurais em função de campanha, revelaram também o desconhecimento das bases e de alguns dirigentes, sobre a legislação trabalhista. Objetivando superar a questão, a FETAG promoveu encontros de orientação sobre os direitos trabalhistas, destacando o procedimento a ser adotado, como: realizar cálculos das indenizações, etc.. Alguns casos revelaram a inexperiência de uns Sindicatos em relação às de

mandas dos assalariados e a carência de assessoria jurídica.

Paralelamente às mobilizações, experiências espontâneas entre trabalhadores rurais, ocorreram no Brejo, sendo em campadas pelo movimento sindical. No Brejo Paraibano, grupos de 20 trabalhadores resolveram se posicionar contra a jornada de trabalho, o preço da diária, o décimo terceiro salário e direito à carteira de trabalho.

Os "paradeiros do Brejo", como ficaram conhecidos no movimento sindical, mobilizavam-se em ações tipo: "operação-tartaruga" ou paravam efetivamente o trabalho. Em Guarabira ocorreram paradas, reivindicatórias do aumento no preço da diária da região. Em Pilões, os trabalhadores pararam o trabalho reivindicando a redução da jornada de trabalho, de 12 para 8 horas, bem como, pela assinatura da carteira sob a forma de contrato coletivo. Ainda no Brejo foi exigida a redução da jornada de trabalho na produção do abacaxi, de 8 para 6 horas, assim como a redução no tamanho da tarefa.

Os trabalhadores encaminharam suas reivindicações aos Sindicatos dos respectivos municípios, constituindo-se uma comissão composta dos representantes sindicais, FETAG e representantes de patrões para negociação das exigências. As experiências dos "Paradeiros do Brejo", passou a ser referência para o movimento sindical, pondo em evidência formas de organização e resultados obtidos com a pressão dos trabalhadores.

No bojo da campanha trabalhista, foi assassinada a líder sindical, Margarida Alves, presidente do Sindicato de Alagoa Grande, no Brejo Paraibano, em agosto de 1983. O empenho que Margarida dedicou ao encaminhamento das questões trabalhis

tas à Justiça e as questões de expulsão de agricultores arrendatários do Município, trouxe perseguições e ameaças de morte para a líder sindical nos últimos anos. As motivações do assassinato foram muito evidentes, tanto nas declarações de representantes da classe patronal (Novaes 1983 - 3 e 4) como no noticiário da imprensa nacional e publicações de diversas instituições.

A coragem pessoal de Margarida Alves, na denúncia e encaminhamento de 72 ações à Justiça do Trabalho, refletem, de um lado, as respostas do Sindicato de Alagoa Grande às transformações ocorridas na região, o nível de concentração fundiária e as conseqüências daí advindas para a reprodução dos trabalhadores rurais. De outro lado, a perspectiva adotada pelo Sindicato em relação a suas bases na disposição a lutar pelos direitos dos trabalhadores e responder à pressão dos mesmos sobre o Sindicato Rural.^{8/}

A morte da líder sindical, em vez de arrefecer a luta dos canavieiros, reforçou o compromisso do movimento sindical na campanha trabalhista. Em setembro de 1983, reuniram-se em Alagoa Grande, Sindicatos Rurais de várias regiões do Estado, para denunciar a morte da líder e reafirmar a continuidade da campanha salarial em 1984. Intensificou-se o processo de mobilização das bases sindicais, culminando com o movimento grevista que envolveu 34 municípios do litoral, Agro Pastoril e Brejo Paraibano, com um contingente de 120 mil trabalhadores assalariados.

^{8/} José Roberto Novaes, documenta a experiência sindical de Margarida Alves e o contexto em que se desenvolveram as lutas e experiências da líder sindical, ver op. cit. pág. 3 a 17.

3. O DISSÍDIO COLETIVO: 1ª GREVE DOS CANAVIEIROS DA PARAÍBA

A campanha salarial que envolveu 34 sindicatos rurais da zona canavieira, atingiu 120 mil trabalhadores assalariados de diferentes condições: moradores de engenhos, clandestinos de ponta de ruas e povoados. Respalhada nas experiências desenvolvidas em outros Estados, como Pernambuco e Rio Grande do Norte, a direção do movimento sindical (FETAG e CONTAG) procedeu de acordo com as normas e exigências que são estabelecidas pela Lei de Greve: assembléia geral para aprovação da pauta de reivindicações em todos os municípios (através da votação dos assalariados) seguida de notificação aos proprietários em cada localidade pelo Sindicato e, notificação à Delegacia Regional do Trabalho pela FETAG e CONTAG, para fazer a comunicação à associação patronal.

As assembléias dos Sindicatos, constituíram bom termômetro da disposição dos trabalhadores. Em Sapé, cerca de 9.000 trabalhadores compareceram ao Sindicato, apresentando votação de 7.030 trabalhadores. Nos demais Municípios também foi considerada significativa a votação obtida.

A semana de negociação entre os representantes dos trabalhadores e da classe patronal, foi seguida de intensa mobilização nos municípios. As delegacias sindicais e povoados de concentração de assalariados mantiveram-se reunidos, reafirmando o propósito de se incorporarem à greve, caso não fossem negociadas as reivindicações exigidas. Em Sapé, as assembléias reuniram cerca de 200 a 300 trabalhadores por delegacia ou povoado.

Da pauta proposta, cerca de 21 reivindicações foram aceitas pela classe patronal na semana de negociação, excluindo

as questões consideradas essenciais: tabela de tarefa, salário mínimo unificado, salário-família, horas-extras, duração da jornada de trabalho, entre outras.

O Sindicato de Sapé ficou responsável pela articulação de 6 municípios vizinhos, assessorando nas exigências burocráticas e na mobilização das diretorias para sustentar o movimento grevista. Para tanto, contou com a assessoria de 6 membros da CONTAG na região.^{1/}

Para o polo sindical do Brejo Paraibano a CONTAG e FETAG contaram com os grupos de assessoria da Igreja em 14 sindicatos Rurais, e com a participação do CENTRU, na mobilização dos canavieiros.^{2/}

Rompidas as negociações entre a classe patronal e os representantes dos trabalhadores, a greve foi deflagrada uma semana após, acompanhada de intensa panfletagem nos engenhos e nas cidades, organização de comandos de greves, "piquetes" de sustentação do movimento nas pontas de rua e organização dos delegados de base por engenhos e propriedades.

Na zona do Brejo, sobretudo em Alagoa Grande, a greve foi acompanhada de recrudescente violência dos proprietários da Usina Tanques, ocorrendo espancamentos e ameaça de prisão a lideranças sindicais, além de forte aparato policial para impe

^{1/} Levando em conta a presença da CONTAG e FETAG no Sindicato de Sapé, contribuindo de maneira decisiva para os resultados do processo de mobilização, presume-se que havia objetivos claros de tornar a região um ponto de referência importante para a direção estadual e nacional do movimento. Em outras palavras, reforçando a corrente sindicalista que se reúne em torno da proposta da CONCLAT.

^{2/} Ainda que não se possa afirmar que haja homogeneidade e definição dos sindicalistas desta área em relação à oposição CUT/CONCLAT, cabe indicar que neste polo estavam presentes assessores e sindicalistas ligados à CUT.

dir as manifestações e o direito de greve.

Em Sapé, a participação dos assalariados do abacaxi, foram da maior importância na mobilização e na semana de greve. Como a pauta de reivindicações do dissídio só incluía as questões dos assalariados da cana, ocorreu manifestações e pressões junto à direção do Sindicato, no sentido de que o dissídio fosse extensivo aos assalariados do abacaxi, com a ameaça de entrarem em greve espontaneamente.

A questão foi resolvida com a intervenção da CONTAG e do Sindicato, porém, posteriormente, a greve e a solução não foi de todo satisfatória para os trabalhadores rurais. Resultou em proposta de reivindicações em torno da regulamentação do trabalho no abacaxi, extensiva, apenas, aos assalariados da Empresa Maguari S/A.

A Convenção Coletiva foi negociada na Delegacia Regional do Trabalho e aprovada a pauta de reivindicações proposta pelo órgão de classe, ficando de fora os assalariados vinculados aos demais produtores do abacaxi.

Experiências importantes durante a semana de greve, foram as de realização de assembléias permanentes nas sedes dos sindicatos, ocasiões em que eram discutidas a pauta de reivindicações e as vitórias parciais conquistadas, bem como a discussão sobre as formas de enfrentamento com os patrões, o julgamento das questões no Tribunal Regional do Trabalho e o direito previsto em lei (4330/65) a receber a semana em que não haviam trabalhado porque estavam em greve.

Após a greve, os Sindicatos passam a enfrentar as

primeiras dificuldades e exigências relativas ao não cumprimento das reivindicações levadas a Dissídio Coletivo. Os trabalhadores vêm pressionando todos os Sindicatos para o cumprimento dos direitos assegurados. Um dos obstáculos constitui a não publicação do Acórdão em Diário Oficial, sem o qual os patrões não são ainda obrigados a pagar as reivindicações conquistadas. Somente no caso da Convenção Coletiva de Trabalho, aprovada para os assalariados do abacaxi e restrito a uma empresa, é que, por lei, o pagamento do salário conquistado é obrigatório, após a aprovação na Delegacia Regional do Trabalho.

Por ocasião da preparação do IV Congresso de Trabalhadores Rurais, (dezembro 1984) foi constituída a Comissão dos Sindicatos da Região Canavieira para tomar as providências cabíveis.

CONCLUSÃO:

As mudanças sociais na agricultura, ocorridas nos últimos anos, decorrentes do processo de expansão da produção capitalista na região estudada, resultou no processo de especialização da grande produção e, de outro lado, na eliminação progressiva das áreas de subsistência nas grandes propriedades, acentuando o processo em curso de concentração fundiária.

A pequena produção que subsiste, assumiu a tendência a produzir para o mercado e a absorver parte da mão-de-obra expulsa das grandes unidades produtivas, constituindo-se em reservatório de mão-de-obra que, periodicamente, incorpora-se ao assalariamento.

As relações sociais de produção passaram por um processo de transformação. As relações de trabalho que se apoiam em mecanismos extra-econômicos de dominação, foram desmistificadas, assumindo a forma clara de subordinação direta do trabalho ao capital, através da compra e venda da força de trabalho.

O processo de proletarização da mão-de-obra agrícola, fundado nas mudanças da organização do trabalho por produção, e na descontinuidade do emprego da mão-de-obra, fazem parte dos elementos constitutivos do mercado de trabalho. A predominância do trabalho clandestino, onde o trabalhador entra e sai permanentemente do mercado de emprego, permitiu-nos apreender como a questão da concorrência entre os trabalhadores é acionada pelo capital, como mecanismo essencial à acumulação capitalista, além de exercer o papel de rebaixar a remuneração do trabalho.

Como consequência as condições do mercado de trabalho, limitam a possibilidade de reivindicação do trabalhador por melhores salários e melhores condições de vida.

A esse conjunto de fatores, o movimento de organização dos trabalhadores respondeu diferentemente em conjunturas específicas, segundo a forma como se expressaram as contradições e os conflitos entre as classes. Nos anos 60, a forma Liga Camponesa, expressou não só os limites legais à organização dos trabalhadores em Sindicato, como a prevalência de questões fundiárias, como resultado da natureza dos conflitos do período e da compreensão e interpretação das forças sociais que dirigiam o movimento.

Admitimos tratar-se de um período em que as mudanças nas relações de produção estavam em curso, obscurecidas pela ambigüidade das relações personalizadas predominantes no período. A medida em que se tornaram mais claras, ou seja, quando o processo de proletarianização na região se efetivou, as expressões organizacionais, encontrava-se em seu momento de refluxo, refletindo uma correlação de forças desfavorável ao trabalhador rural e ao movimento sindical.

Os reflexos das mudanças sociais na agricultura, sob o movimento sindical, manifestaram-se em dois momentos. Primeiro, no período de descenso das lutas, quando a acentuada concorrência entre os trabalhadores, produzida pela intermitência do emprego, individualiza a mão-de-obra clandestina e lhes retira a capacidade de barganhar. Aliado ao processo, se deu o desvirtuamento do papel dos sindicatos, quando o Estado lhes atribuiu funções assistencialistas. Em um segundo momento, quando a correla

ção de forças foi favorável ao trabalhador e aos organismos de reivindicação dos direitos, abriu-se possibilidades de eliminação da competição entre os trabalhadores.

A partir da organização e da mobilização dos trabalhadores, pela regulamentação do trabalho no campo, a greve dos canavieiros unificou os assalariados na luta por melhores salários possibilitando um salto qualitativo à organização sindical.

A greve dos canavieiros foi manifestação e produto específico do desenvolvimento da agricultura capitalista, das mudanças ocorridas nos últimos anos. Constituiu a expressão concreta da manifestação da luta de classe. Como reflexo das mudanças sociais na agricultura, os movimentos recentes permitiram dobramentos de lutas no plano sindical, assistindo-se, então, ao esforço de renovação e de retomada do papel do movimento sindical.

Neste sentido, os Sindicatos como instrumento e meio de organização das massas rurais, "nascem no campo da liberdade política e no campo da democracia burguesa, como afirmação da liberdade e da democracia em geral..." (Gramsci 1973 - 108) Porém, sua afirmação como instrumento de classe, a serviço da classe, pode ser impedida pelos mecanismos de controle que o Estado estabelece em conjunturas específicas. O momento de descenso das lutas, quando da burocratização e transformação em órgãos assistenciais, refletem os retrocessos que podem ocorrer no processo.

A questão sindical, adquire conotações e conteúdos específicos, segundo o contexto histórico em que suas funções e papéis se exprimem. Gramsci (1973 - 113) sintetiza o papel do sindicato como figura histórica e, portanto, estreitamente relacionada à sociedade capitalista, como produto e parte integrante

dela:

"El sindicato no es esta ni aquella definición del sindicato; el sindicato deviene una definición determinada, es decir, adopta una figura histórica determinada por quanto las fuerzas y la voluntad obrera que lo constituyen le imprimen a sua acción aquellos fines que vienen afirmados en la definición."

A organização sindical ao assumir as lutas por melhores salários, cumpre a função de organizar o mercado de trabalho, a medida em que direciona e assume as lutas pela regulamentação do trabalho. Não sendo instrumento de renovação radical da sociedade, o sindicato congrega todos os trabalhadores e luta por melhores condições de venda da força de trabalho.

Contudo como o desenvolvimento do capitalismo na agricultura não tem um desenvolvimento linear e, por isso, trilha caminhos desiguais, resulta que, no processo, os conflitos sociais se manifestam tanto no âmbito das contradições entre capital e trabalho, como sob a forma de conflitos fundiários. O Sindicato, portanto, assume não só o papel de luta por melhores condições de trabalho como de defesa da massa de trabalhadores em diferentes condições, inclusive dos pequenos produtores.

Significa dizer que, na agricultura, a questão sindical, reflete as condições materiais de existência e o grau de desenvolvimento das forças produtivas e, as diferentes reivindicações dos trabalhadores rurais se inserem em contexto histórico e econômico determinado.

O caráter evolutivo das relações sociais de produção na agricultura é condicionante, que o Sindicato não pode ultrapassar por simples ato de vontade. São limites que se superam a medida em que se dá a transformação das relações sociais na agricultura.

Contudo, as lutas sindicais não dependem apenas de fatores econômicos e, sim, de organização, direção e consciência. E estes podem possibilitar saltos qualitativos no processo de lutas que impulsionam o movimento em novas conquistas.

A luta dos trabalhadores por eliminar a competição e construir a união das massas rurais, através do Sindicato é o ponto de partida e de chegada.

Finalizando queremos destacar que o movimento Sindical ao assumir a direção das lutas, tanto no plano das questões mais gerais, como no da organização imediata, advoga posição de independência em relação ao conjunto das forças sociais que se manifestam na sociedade. Ou seja: procura manter-se equidistante dos partidos políticos de oposição⁽¹⁾ baseado em proposições essencialmente sindicais e na não interferência dos grupos partidários no interior do movimento sindical. Trata-se da defesa de não partidarização do movimento sindical.

Não obstante esta posição manifestada no movimento sindical rural, tem se revelado como insustentável. Não estando isolada das articulações que envolvem diferentes posições, em

1) É importante salientar que a CONTAG, nas eleições de 1982, produziu um documento, em que assumia posição contrária ao partido do governo. Neste documento conclamava os sindicalistas a discutirem com os candidatos da oposição, os programas eleitorais. No entanto aconselhava-se que os próprios sindicalistas não se candidatassem a cargos eletivos, para não esvaziar o movimento sindical.

torno da condução das lutas políticas, procede articulações, pois caso contrário assumiria o movimento Sindical características corporativistas e fechados sobre si mesma.

As articulações que se manifestaram, a partir de 1979, polarizadas em torno de duas posições, a Unidade Sindical, e a Oposição Sindical, tiveram seus efeitos sobre o sindicalismo rural.

A CONTAG assumiu a posição pela unidade das lutas dos trabalhadores do campo e da cidade, contra a lei de segurança, nacional, a política agrícola salarial e a previdência, reforma agrária, autonomia e liberdade e autonomia sindical e construção da Central Única dos Trabalhadores, ampliação das liberdades democráticas.

A polarização do movimento sindical em torno da CONCLAT (que congrega o PMDB e diferentes grupos de esquerda defendendo a Unidade Sindical) e por outro lado a construção da CUT (congregando o PT e diversos outros grupos de esquerda defendendo a construção da Oposição Sindical) penetrou no movimento sindical, em todos os níveis.

A CONTAG e FETAG - Pb - assim como a maioria dos Sindicalistas rurais têm se reunido em torno da CONCLAT, enquanto outros Sindicatos da Paraíba têm estado presente nos encontros da CUT.

A questão da ampliação das questões sindicais às questões políticas atuais, propiciou novos debates sobre os limites da ação sindical imposta pelo Estado, bem como sobre a discussão do caráter do movimento sindical, hoje. A discussão, aos sair dos limites sindicais, produziu como resultado um posicionamento diferenciado que anula, na prática, o discurso de independência

fortemente veículado às bases.

Podemos concluir que as experiências de lutas dos trabalhadores rurais seguem o caminho que corresponde às transformações socio-econômicas na agricultura, pondo questões que correspondem ao desenvolvimento de sua base material. Por isso mesmo, podem ser consideradas de natureza evolutivas, segundo o contexto histórico e econômico determinado, reproduzindo as condições imediatas da classe.

No plano político, as questões imediatas, assumiram conotações e conteúdos específicos, correspondentes à correlação de forças e à direção preponderantes em cada conjuntura. Poderíamos afirmar que, para o movimento de organização dos trabalhadores, os dois momentos políticos tiveram repercussões diferenciadas. Nos anos 60, as demandas imediatas, serviram de suporte às organizações políticas que definiram em termos programáticos a direção das lutas. Os partidos políticos do período assumiram a direção do movimento social.

Na fase atual de retomada das lutas, o movimento sindical, define suas próprias bandeiras. Mesmo assim, o discurso de "autonomia e independência" dos partidos políticos, bem como a política sindical têm expressado uma luta entre as diferentes facções e grupos de esquerda, polarizados entre as proposições de CUT e CONCLAT, às quais a direção do movimento sindical rural, não consegue escapar.

BIBLIOGRAFIA E FONTES CONSULTADAS

A) LIVROS E ARTIGOS

- ANDRADE, Manoel Correia de. A Terra e o Homem no Nordeste ,
Hucitec, Rio de Janeiro, 1980.
- _____, "Ligas Camponesas e Sindicatos Rurais no Nordeste "
(1957-64). In: Temas (8) São Paulo, Ciências Humanas, 1980,
p. 115 - 132
- ANTUNES, Ricardo C. O que é Sindicalismo. Editora Brasiliense
se, 6^a edição, São Paulo, 1981.
- AUED, Bernadete Wrublevski. A vitória dos Vencidos (Partido
Comunista Brasileiro - PCB - e Ligas Camponesas 1955 - 64)
Campina Grande, dez. 1981 (Dissertação Apresentada ao Mestr
trado em Sociologia Rural da UFPb - Campus II) Mimeografado
do.
- AZEVEDO, Fernando Antônio Farias de. As Ligas Camponesas ,
Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1982.
- BRANDÃO LOPES, Juarez R. /Do Latifundio à Empresa. Unidade e
Diversidade do Capitalismo no Campo. Cadernos CEBRAP n^o
26 São Paulo. Brasiliense, 1976.
- BRANT, Vinicius C. "Do Colono ao Boia-Fria: Transformações na
Agricultura e Constituição do Mercado de Trabalho na Alta
Sorocabana de Assis. In Etudos CEBRAP. n^o 19 Editora Brasil
leira de Ciências Ltda. Jan/Mar. 1977. pág 37 a 91
- _____, Desenvolvimento Agrícola e Excedentes Populacionais
na América Latina (Notas Teóricas) In: Estudos CEBRAP n^o
14 Out/Dez. 1975. pag. 101 a 118
- BRITO, Carlos Alberto de. Análise das Relações de Trabalho
na Cultura do Abacaxi. Texto para Discussão n^o 5. João Pesso
a - UFPe. 1980.
- CABRAL, Pedro Eugenio T. Transformação na Base Técnica da
Lavoura Canavieira Pernambucana e sua Interação com as Rel
ações de Trabalho. Texto apresentado no Seminário Prepar
tório Sobre Progresso Técnico na Agricultura, Campinas S.

Paulo, 1983. (mimeografado).

CAMARGO, Aspázia A. de. *Brésil Nord.-Est: Mouvements Paysans et Crise Populiste*. Paris, Université de Paris, 1978. (Doutor em Sociologia) Centre d'Etudes des Mouvements Sociaux. Mimeografado.

CANTALICE, Dulce Maria Barbosa. *Alagamar: Um conflito solucionado?* Projeto de Dissertação apresentado ao Curso de Mestrado em Economia da UFPb Campina Grande, nov. 1983, mimeografado.

CARNEIRO, Mário Afonso. *Relatório Sobre a Área de Sapê*. Rio de Janeiro, Centro Latino Americano de Ciências Sociais, 1983 mimeografado.

CARNEIRO, Ricardo e CABRAL, Pedro Eugênio T. *As transformações Recentes na Agricultura no Nordeste (Relações de Trabalho e Formas de Apropriação do Excedente)* Recife, UFPE/ Departamento de Economia/PIMES, outubro de 1978, mimeografado.

CARNEIRO, Ricardo. "Relações de Produção e Emprego na Agricultura do Nordeste" In *Revista de Economia Política* vol. 2/1 nº 5 jan/mar. 1982, Brasiliense, São Paulo, pag. 123 a 138

CENSOS AGRÍCOLAS E AGROPECUÁRIOS, do Estado da Paraíba, 1950 , 1960, 1970 e 1980, FIBGE, Rio de Janeiro.

CONTAG. *Anais do 3º Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais*, Brasília, 1979.

_____. *As Lutas Camponesas no Brasil*, editora Marco Lero Ltda , 1980.

_____. *Questões Agrárias: Legislação Trabalhista Rural*. CRUZ , Dalcy da S. *A Redenção Necessária*. Dissertação apresentada ao Mestrado de Sociologia do Centro de Humanidades da UFPb . Campina Grande - 1982, mimeografado.

D'INCAO E MELO, Maria C. *Boia Fria - Acumulação e Miséria*. Vozes, Rio de Janeiro, 1977.

DOCUMENTOS. PCB: *Vinte Anos de Política, 1958 - 1979*. São Paulo, Ciências Humanas, 1980.

- FUCHTNER, Hans. Os Sindicatos Brasileiros de Trabalhadores. Organização e Função Política. Rio de Janeiro, Edições Graal, 1980.
- GUEDES PINTO, Luzia, A. C. CONTAG: Uma Organização Contraditória. Dissertação apresentada ao Mestrado em Sociologia, Departamento de Ciências Sociais da Universidade de Brasília. DF 1978.
- GONÇALVES DE CARVALHO, Maria L. A Agro-Indústria Maguary e sua Influência Sócio-Econômica na Produção de Abacaxi no Município de Sapé (Dissertação apresentada ao Mestrado em Economia Rural da UFPb - Campina Grande 1984). mimeografado.
- GONZALEZ, E. N. e BASTOS, M. I. " O Trabalho Volante da Agricultura Brasileira; In Capital e Trabalho no Campo, Hucitec, Rio de Janeiro, 1977. pag. 25 a 47
- GRABOES J. e AGUIAR M. J. N. A organização do Espaço Agrário nos Municípios de Sapé e Mari. UFPb. Campina Grande, Pb. 1982 mimeografado.
- GRAMSCI, Atonônio. Consejos de Fábrica y Estado de la Clase Operária, Ediciones Roca, México, 1973.
- GRAZIANO DA SILVA, José. Progresso Técnico e Relações de Trabalho na Agricultura Paulista. Campinas, 1980. (Tese de Doutorado apresentada ao Departamento de Economia e Planejamento Econômico do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da UNICAMP) mimeografado.
- _____, A Questão Agrária. Brasiliense, São Paulo, 1980
- GRAZIANO DA SILVA J. et alii. Tecnologia e Campesinato: o caso Brasileiro In: Revista de Economia Política vol. 3 nº 4 out/dez 1983. Brasiliense, São Paulo, pag. 21 a 56.
- HOBBSBAWM, Eric. J. Los Campesinos y la Política. Editorial Anagramas. Série Antropologia y Sociologia Barcelona, 1976.
- HOMEM DE MELO, F. e GINETTE da. F. E. PROÁLCOOL. Energia e Transportes, FIPE/Pioneira, São Paulo, 1973.

IANNI, Octávio. A Classe Operária vai ao Campo. Cadernos. CEBRAP nº 24, 2ª edição, São Paulo, Brasiliense, 1977.

JULIÃO, Francisco. Que são as Ligas Camponesas? Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1962.

KAUTSKY, Carl. A Questão Agrária. Editora Laemmert. . S.A. Rio de Janeiro, 1968.

KOURY, Mauro G. P. O Bagaço da Cana (Um Estudo de Ideologia na Região do Açúcar) Recife, 1976. (Dissertação apresentada ao Mestrado em Sociologia do Programa Integrado de Mestrado em Economia e Sociologia - PIMES/UFPe) mimeografado.

_____ A Questão da Terra na Paraíba, 1970-1980 (Flashes)
In: Boletim da Associação Brasileira de Reforma Agrária - ABRA, Campinas. Vol. 13 set/out. 1983 pag. 18 a 25.

_____ Breve História do Movimento Camponês no Nordeste. In Raízes nº 2-3, Revista de Ciências Sociais e Econômicas dos Mestrados em Economia e Sociologia - Campina Grande - UFPb Jan/dez. 1983. pág. 167 a 181

LEITE LOPES, J. S. O Vapor do Diabo O Trabalho dos Operários do Açúcar. Rio de Janeiro, Paz e Terra 1976.

LENIN, W.I.. El Desarrollo del Capitalismo en Russia Editora Ariel, Barcelona, 1974.

_____ Sobre os Sindicatos. Editora Polis, São Paulo, 1979.

_____ "Que Fazer" In Obras Escolhidas, três Tomos. São Paulo, Alfa-Omega, 1979, vol. 1 pag. 79-208.

LOYOLA, Maria Andréa, Os Sindicatos e o PTB, Estudo de um caso em Minas Gerais. Vozes Ltda. Co-Edição com CEBRAP, Petrópolis, 1980.

LUCKACS, Georg. História e Consciência de Classe, Porto, Publicações Escorpião, 1974.

LUXEMBURGO, Rosa. Greve de Massas, Partido e Sindicatos. Kairos, São Paulo, 1979.

MARTINS, José de Souza, Os Camponeses e a Política, Petrópolis, Vozes, 1981.

- _____. Expropriação e Violência (a Questão Política no Campo) Hucitec, 1980.
- MARX, Karl. "Contribuição à Crítica da Economia Política". In: Os Pensadores, Editora Abril Cultural, 1978. pag. 101 a 125
- _____. O Capital, Livro I. Capítulo VI (Inédito) 1ª edição, São Paulo, Ciências Humanas, 1978.
- _____. O Capital. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, Livro I vol. 1 e 2, 1979.
- MARX, K. e ENGELS, F. El Sindicalismo: Teoria Organización, Actividad. Editorial Laia , Barcelona, 1976.
- _____. "Trabalho Assalariado e Capital" In: Os Pensadores. Editora Abril Cultural, 1978.
- MORAES, Clodomir dos Santos de. "Las Ligas Campesinas de Brasil" In: Stavenhagen, Rodolfo, Movimentos Campesinos en América Latina. México Hardenais, 1976.
- NOVAES, Regina C. Reys. A Questão Agrária e o Papel da Igreja na Paraíba, 1984, mimeografado.
- _____. Igreja Católica e Trabalhadores Rurais (Notas para discussão) Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Curso de Pós-Graduação em Desenvolvimento Agrícola, 1984, mimeografado.
- NOVAES, José Roberto. Margarida Alves: Uma Líder Sindical In: Boletim da Associação Brasileira de Reforma Agrária, Campinas S. Paulo, nº 5 set/out, 1983 pag. 3 a 17.
- OLIVEIRA DE SOUZA. Maria C. Movimento Operário na Zona da Mata de Pernambuco (um estudo das relações entre canavial e usina - 1955/1964) dissertação apresentada ao Mestrado em Sociologia da UFPb. Campina Grande, 1982, mimeografado.
- PALMEIRA, Moacir. "Desmobilização e Conflito" In Revista de Cultura e Política. CEDEC nº 1 ago. 1979 Global Editora, 1979 pag 41 a 55
- PASSOS GUIMARÃES, A. Quatro Séculos de Latifúndio, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977.

POTENGY, Gisélia Franco. Les Plans de Modernization de la Production de la Canne a Sucre et leurs Repercussions Sociales e Politique dans Le Nordeste de Brêsil: Le Cas Du Brejo Paraibano. These de Doctorat de 3 ème Cycle en Sociologie Rurale: Université de Paris - X - Nanterre, Mars 1984, mimeografado.

RODIGUES, José A. Sindicato e Desenvolvimento no Brasil. Edições Simbolo, 2^a edição, 1979.

SALAMA, Pierre e MATHIAS Golberto. O Estado Super Desenvolvido: Das Metrôpoles ao Terceiro Mundo, Brasiliense, São Paulo, 1983.

SALES, Tereza, Agreste, Agrestes, Vozes, São Paulo, 1983.

SANTOS, Raimundo e HERRERA L. "Nuevos Problemas Sindicais en Costa Rica"; In Revista nº 3 e 4. Apuntes Teóricos del CPUSTAL jul. 1980. pag. 9 a 24

SHIKI, Shigeo. "Mecanização Agrícola: Homem e Terra sob Impacto" In: Revista Brasileira de Tecnologia - CNPq - vol. 16, nº 2 1984, pag. 5 a 11

SIGAUD, Lygia. Os Clandestinos e os Direitos, Livraria Duas Cidades, São Paulo, 1979.

_____. Greve nos Engenhos. Departamento de Ciências Sociais Universidade de Brasília. Projeto de Intercâmbio de Pesquisa Social em Agricultura CPDA/EIAP/FGV, Rio de Janeiro, 1980.

SIMÃO, Azis, O Sindicato e o Estado. Suas Relações na Formação do Proletariado de São Paulo. Dôminus, São Paulo, 1966.

SOARES, José Arlindo. A Frente do Recife e o Governo de Arraes (Nacionalismo em Crise: 1955 - 1964). Recife - 1982 Dissertação apresentada ao Mestrado em Sociologia do Programa Integrado de Mestrado em Economia e Sociologia - PIMES/UFPe, mimeografado.

_____. " Pernambuco e Paraíba: Tendências Atuais do Sindicalismo no Nordeste: modernização conservadora ou mobilização social" In: Sindicatos em uma Época de Crise, Vozes / SEDEC, Petropolis, 1984, pag. 89 a 109

SORJ, Bernardo. Estado e Classes Sociais na Agricultura Brasileira, Zahar Editores, Rio de Janeiro, 1980.

STEIN, Leila. Estado e Sindicalização dos Trabalhadores Rurais: A cidadania pelo Alto. Jan. 1983. mimeografado.

STEIN, Leila et alii. "As Novas Formas de Trabalho Assalariado e as Transformações da Agricultura Brasileira: In: III Reunião Nacional de Mão-de-Obra Volante - UNESP Botucatu. São Paulo, 1977. mimeografado

TAVARES DE ALMEIDA, M. H. "O Sindicato no Brasil: Novos Problemas, Velhas Estruturas In: Debate e Crítica nº 6, 1975.

THIOLLENT, Michel et alii. Crítica Metodológica Investigação Social e Enquete Operária. Editora Polis, São Paulo, 1981.

TELLES, Jover. O Movimento Sindical no Brasil. São Paulo, Ciências Humanas, 1981.

TORRES BARBOSA, I.V. Análise da Estrutura da Força de Trabalho na Agricultura: Proletarização em Zonas Úmidas e Secas da Paraíba. Núcleo de Estudos e Pesquisas em Política Científica e Tecnológica (NESPPQ) UFPE. CNPq. Campina Grande Pb 1984. mimeografado

TROTSKY, Leon. "La Cuerva del Desenvolvimento Capitalista" In: Crítica de la Economía Política, Edición Latinoamericana 3, Ediciones El Caballito, México, 1979.

WANDERLEY, Maria de Nazaré Baudel. Capital e Propriedade Fundiária: Suas Articulações na Economia Açucareira de Pernambuco Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979.

_____. O Camponês: Um trabalhador para o capital. Versão preliminar para discussão. UNICAMP/ Grupo de Estudos Agrários, Campinas, 1979, mimeografado.

WEFFORT, Francisco C. Democracia e movimento operário: Algumas Questões para a História do Período 1945/1964. In: Revista de Cultura Contemporânea (2) ano 1. São Paulo, CEDED/ Paz e Terra, Janeiro, 1979. pag. 11 a 18

WERNECK VIANA, Luiz, Liberalismo e Sindicato no Brasil, 2ª edição, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1978.

B) RELATÓRIOS

Relat6rios dos Encontros Estaduais dos Sindicatos Rurais da zo
na canavieira da Para6iba - 1981. Equipe de Pesquisa e Asses-
soria Sindical da UFPe.

Relat6rios dos Encontros de Trabalhadores Rurais nas delega
cias de Sap6 - Para6iba 1981 e 1982 - Equipe de Pesquisa e As
sessoria Sindical da UFPe.

Relat6rio da Pesquisa Sobre condi66es de Vida e de Trabalho
dos Trabalhadores de Sap6- Pb. Equipe de Assessoria Sindi -
cal - UFPe.

Relat6rios dos Encontros dos Canavieiros da Para6iba - 1982 ,
1983 e 1984.

Relat6rios dos Encontros Preparat6rios 6 Campanha Salarial da
Para6iba - 1982 , 1983, 1984

Relat6rios da Comiss6o dos Canavieiros da Para6iba - 1983 . e
1984.

Relat6rio do 49 Encontro Estadual Sobre a Campanha Salarial
dos Trabalhadores Rurais da Zona Canavieira da Para6iba junho
de 1983.

Relat6rio da CONTAG sobre os Trabalhadores Rurais e as Elei
66es de 1982

Relat6rios da CONTAG Sobre os Encontros Nacionais de Assala
riados: 1981, 1982.

Relat6rios da Diretoria do Sindicato de Sap6-Pb.

C) Entrevistas com:

Trabalhadores Rurais, Lideran6as Sindicais de Sap6, Assessores
jur6dicos da FETAG e do Centro de Defesa dos Direitos Humanos.

D) Arquivos da FETAG e Sindicato Rural de Sap6 e Servi6o de Edu
ca66o Popular - SEDUP - Guarabira - Pb.

E) Jornais da CONTAG: O Trabalhador Rural.

REIVINDICAÇÕES DOS TRABALHADORES RURAIS DA LAVOURA CANAVIEIRA DO
ESTADO DA PARAÍBA - ANO DE 1984

- 1a. - SALÁRIO UNIFICADO - Os empregados se obrigam a pagar aos trabalhadores rurais o salário unificado mensal de Cr\$ 190.024,00 (cento e noventa mil e vinte e quatro cruzeiros), correspondente à aplicação do INPC de 71% (relativo a outubro de 1984), sobre o salário pago aos trabalhadores rurais da lavoura canavieira do Estado de Pernambuco, em setembro de 1984.
- 2a. - COMPLEMENTAÇÃO DE PERDA SALARIAL - Verificando-se que a mera aplicação do INPC não repõe integralmente a perda salarial decorrente do aumento do custo de vida na Paraíba nos últimos 12 meses, reivindica-se uma complementação de reajuste de 7,4% sobre o salário constante da primeira reivindicação (Cr\$ 190.024,00 x 1,074 = Cr\$ 204.085,00).
- 3a. - TABELA DE TAREFAS (ANEXO Nº 01) - Reivindica-se o estabelecimento da Tabela de Tarefas (anexo 01), a qual passará a regular o trabalho diário por produção na zona canavieira na Paraíba.
- 4a. - DESCUMPRIMENTO DA TABELA DE TAREFAS - Em caso de descumprimento da Tabela de Tarefas, cabe ao trabalhador o direito de optar pelo recebimento do seu salário com base no cumprimento da jornada diária de 08 (oito) horas.
- 5a. - SÍTIO PARA LAVOURA DE SUBSISTÊNCIA - Cumprindo determinação do Decreto-Lei nº 6969/44, regulamentado pelo Decreto 57.020/65 e pelo Ato nº 18/68 do Instituto do Açúcar e do Alcool, os empregadores concederão aos seus trabalhadores

rurais, com mais de um ano de serviço contínuo na empresa, o uso, a título gratuito, de uma área de terra para plantação e criação necessárias à subsistência da família do trabalhador, com dimensão, localização e demais características previstas na citada regulamentação.

§ 1º - Esta cláusula se reputará cancelada e de nenhum efeito caso as normas legais reguladoras da matéria sejam revogadas ou alteradas por novos instrumentos legais, ou ainda, na hipótese de ser declarada a inconstitucionalidade da referida legislação por decisão judicial com trânsito em julgado.

§ 2º - A concessão prevista no "caput" desta cláusula não terá qualquer caráter remuneratório.

- 6a. - SALÁRIO FAMÍLIA - Fica assegurado aos trabalhadores rurais o pagamento do salário-família, pelo empregador na base de uma quota mensal de 5% sobre o salário mínimo regional, por filho menor de quatorze anos, de qualquer condição.
- 7a. - SALÁRIO NA DOENÇA - Fica assegurado pagamento de salário pelo empregador, durante os primeiros quinze dias de afastamento do trabalhador rural, por motivo de doença comprovada mediante atestado médico.
- 8a. - COMPROVANTES DE PAGAMENTO - Os empregadores, no ato do pagamento dos salários, fornecerão a seus empregados rurais, envelopes ou comprovantes timbrados, discriminando as parcelas ou quantias pagas a cada trabalhador, com a indicação expressa da frequência, da tarefa realizada ,

com o nome do empregador e do empregado e a especificação dos descontos realizados.

- 9a. - ACIDENTE DE TRABALHO - Em caso de acidente de trabalho ou doença profissional, o trabalhador receberá da empregadora o salário correspondente ao período de inatividade, constante do atestado médico.

§ Único - O trabalhador rural acidentado não poderá ser dispensado durante o prazo de 180 (cento e oitenta) dias contados a partir de seu retorno ao trabalho.

- 10a. - GARANTIA DE TRABALHO COMPATÍVEL AO ACIDENTADO - Quando o trabalhador acidentado, após alta médica, apresentar redução de sua capacidade de trabalho, ser-lhe-á assegurado trabalho compatível, conforme atestado médico, com o mesmo salário.

- 11a. - ESTABILIDADE E SALÁRIO DA GESTANTE - Fica assegurada à trabalhadora rural gestante a estabilidade no emprego até 60 (sessenta) dias após o término da licença legal.

§ Único - Fica assegurado o pagamento do salário integral a gestante durante o prazo estabelecido no art. 392 da C.L.T.

- 12a. - FERRAMENTAS E EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL - Os empregadores se obrigam a fornecer gratuitamente a seus empregados trabalhadores rurais as ferramentas necessárias à execução das tarefas a eles atribuídas.

§ Único - Os empregadores fornecerão ainda aos seus empregados trabalhadores rurais o equipamento de proteção individual contra acidentes de trabalho conforme o disposto na legislação vigente, bem como botas apropriadas ao desempenho das atividades profissionais.

13a. - DOBRA SALARIAL NOS DOMINGOS TRABALHADOS - Fica assegurado o salário dobrado nos domingos trabalhados, independentemente do repouso remunerado.

14a. - ESCOLAS - Toda propriedade rural que mantenha a seu serviço ou trabalhando em seus limites mais de 50 (cinquenta) famílias de trabalhadores de qualquer natureza é obrigada a possuir e conservar em funcionamento escola primária, inteiramente gratuita para os filhos destes, com tantas classes quantos sejam os grupos de 40 (quarenta) crianças em idade escolar.

§ 1º - A matrícula da população em idade escolar será obrigatória, sem qualquer outra exigência além da certidão de nascimento, para cuja orientação o empregador proporcionará todas as facilidades aos responsáveis pelas crianças.

§ 2º - Quando o empregador dispuser de escola em sua propriedade, com capacidade para atender aos filhos dos seus empregados, situada num raio de um quilometro de residências, fica atendido o disposto no "caput" desta cláusula.

15a. - DELEGADOS SINDICAIS - Dentro da base territorial que lhe for determinada, é facultado ao sindicato instituir delegacias ou seções, para melhor proteção dos associados e da categoria profissional representada na forma do art. 517, § 2º da C.L.T.

§ 1º - Os delegados sindicais destinados à direção das delegacias ou seções instituídas na forma do "caput" des

ta cláusula, em conformidade com o art. 523 da C.L.T. , serão designados pela diretoria do Sindicato, dentre os associados radicados no território da correspondente de legacia.

§ 2º - É vedada a alteração do contrato de trabalho, bem como a transferência do delegado sindical para outro local de trabalho.

§ 3º - Os delegados sindicais eleitos, durante seus mandatos e até um ano após a cessação do exercício de suas funções, somente poderão ser dispensados mediante inquérito judicial.

16a. SERVIÇOS DE PREPARO E DE APLICAÇÃO DE PESTICIDAS, HERBICIDAS E AGROTÓXICOS EM GERAL - Os serviços de preparo e aplicação de pesticidas, herbicidas e agrotóxicos em geral ficam proibidos a empregados menores e à empregada gestante.

§ 1º - Para a execução de tais serviços, o empregado deverá ser submetido a exame médico prévio e periódico (mensal).

§ 2º - O empregado somente executará tais serviços com os equipamentos como luvas, capas, filtro para respiração, botas, etc., os quais deverão ser fornecidos pelos empregadores gratuitamente.

§ 3º - Na execução de tais serviços, a jornada de trabalho diária será de 04 (quatro) horas.

17a. MORADIA - As moradias ocupadas pelos trabalhadores rurais deverão preencher os requisitos mínimos de salubridade, segurança, higiene e conforto, a seguir enumeradas: paredes rebocadas, piso de cimento ou madeira, mínimo de um banheiro

com as respectivas instalações sanitárias e luz elétrica, quando existente na propriedade.

- 18a. - RESTAURAÇÃO DA CASA DE MORADIA - Os empregadores se responsabilizarão pela restauração das habitações destinadas à moradia de seus empregados, observadas as condições de higiene e segurança, inclusive banheiro e piso de cimento, devendo ser dada prioridade às residências que se encontrem em piores condições.

§ Único - Em caso de reconstrução da casa, esta deverá ser feita no mesmo local, exceto acordo contrário entre as partes

- 19a. - LOCAL DE PAGAMENTO - O pagamento semanal dos salários será realizado fora das áreas dos barracões e sem qualquer vinculação com o barraqueiro ou preposto, vedados quaisquer descontos por dívidas contraídas pelos trabalhadores com aqueles estabelecimentos.

- 20a. - DIA E HORÁRIO DE PAGAMENTO - O pagamento semanal dos salários será efetuado, sempre que possível, dentro do horário de trabalho. Verificada essa impossibilidade, deverá o pagamento ser concluído até às 18 (dezoito) horas da sexta feira ou até às 12 (doze) horas da véspera do dia da feira do município.

§ Único - No caso do pagamento não ser efetuado no horário previsto no "caput" desta cláusula, o empregador se obriga a pagar, a título de multa, horas extras correspondentes ao período em que o trabalhador rural permanecer aguardando o pagamento dos salários.

- 21a. - TEMPO À DISPOSIÇÃO - Considera-se tempo de serviço o período em que o empregado esteja à disposição do empregador, aguardando ou executando ordens, salvo disposição expressamente consignada.

§ Único - Será assegurado ao trabalhador rural o pagamento do salário integral, nos dias em que não houver trabalho em virtude de ocorrência de chuvas ou de outros fatores alheios à vontade do trabalhador, desde que este compareça ao ponto de embarque ou ao local de trabalho.

- 22a. - TRANSPORTE - Os veículos destinados ao transporte de trabalhadores rurais deverão satisfazer às condições técnicas e de segurança, conforme definidas na legislação específica (§ 2º do art. 87, do Regulamento do Código Nacional de Trânsito), ficando ainda proibido o transporte de ferramentas, defensivos agrícolas e adubos junto com os trabalhadores.

§ 1º - O transporte será feito sem ônus para os trabalhadores rurais desde o ponto de recolhimento até aos locais de serviço e vice-versa, ou de uma para outra propriedade.

§ 2º - O tempo despendido pelo trabalhador no percurso de ida e volta será considerado como de efetivo serviço. Computar-se-ão como extraordinárias as horas que excederem a jornada 08 (oito) horas, acrescidas de uma hora para repouso e refeição, e calculado o seu valor pela média de produção do dia.

§ 3º - O horário de saída dos transportes dos pontos de embarque fica fixado para as 06 (seis) horas, sendo considerado como de serviço efetivo o período de espera, quando o transporte não comparecer no horário acima fixado.

§ 4º - O empregador será solidariamente responsável com o transportador, pelos acidentes ocorridos, sem culpa do trabalhador rural, no transporte de pessoal para o trabalho, quando feito em veículo de terceiros.

- 23a. - ASSINATURA DA CTPS E CONTRATO DE SAFRA - Ficarão os empregadores rurais obrigados, no ato da admissão de empregados, a assinar as suas carteiras de trabalho e previdência social, nos termos do art. 29 da C.L.T. Em relação aos empregados rurais existentes, ficam os empregados obrigados a assinar as suas CTPS no espaço de 48 (quarenta e oito) horas a contar da data de apresentação das mesmas pelos empregados, registrando a efetiva data da admissão de forma a garantir todo o tempo de serviço prestado.

§ Único - Em relação aos safristas, os empregadores se obrigarão a celebrar os respectivos contratos de safra mediante a apresentação, pelo trabalhador, de documento pessoal idôneo.

- 24a. - MULTA POR ATRASO NO PAGAMENTO DE SALÁRIO - Em caso de atraso do pagamento de salário, por culpa do empregador, aquele será efetuado com multa de 10% (dez por cento).

- 25a. - DISPENSA INJUSTA DO CHEFE DA UNIDADE FAMILIAR - No caso de rescisão do contrato de trabalho do chefe da unidade familiar, sem justa causa, fica assegurada a sua extensão aos demais integrantes do conjunto familiar que exerçam atividades na propriedade, mediante opção destes. A opção se dará com assistência do Sindicato dos Trabalhadores Rurais do Município.
- 26a. - GARANTIA DE MORADIA E SÍTIO PARA DEPENDENTES - No caso de rescisão, sem justa causa, do contrato de trabalho do chefe da unidade familiar, ocorrendo opção da esposa, ou de filho até 21 anos, ou de filha solteira, pela manutenção de seu emprego na propriedade, fica assegurado o direito de permanência na moradia e sítio já possuídos pelo conjunto familiar.
- 27a. - FISCALIZAÇÃO - Os representantes do Ministério do Trabalho, incumbidos de exercer a fiscalização do cumprimento das leis trabalhistas e das cláusulas deste contrato coletivo, poderão fazer-se acompanhar de representantes dos Sindicatos dos empregados e dos empregadores, se estes assim o desejarem, o mesmo acontecendo com os fiscais do IPEM/INPM (Instituto de Pesos Medidas/ Instituto Nacional de Pesos e Medidas), relativamente à fiscalização dos instrumentos de pesagem e medição.
- § 1º - Os empregadores ficarão obrigados a permitir o acesso a todo e qualquer local de trabalho aos dirigentes dos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais e da Federação dos Trabalhadores da Agricultura do Estado da Paraíba, bem como aos delegados sindicais dentro de sua res

pectiva base territorial para o exercício da fiscalização do cumprimento das leis trabalhistas e das cláusulas deste contrato coletivo.

§ 2º - No exercício da fiscalização referida no parágrafo anterior, poderão os dirigentes e delegados sindicais distribuir material informativo relativo às Leis Trabalhistas e benefícios contidos no presente contrato coletivo.

- 28a. - RESPOUSO SEMANAL REMUNERADO COM BASE NA PRODUÇÃO - Fica ajustado que, quando o trabalhador for remunerado no regime de produção o repouso semanal remunerado será calculado com base na produção obtida em cada semana, assegurado o mínimo da categoria.
- 29a. - ÁGUA POTÁVEL - O empregador proporcionará água própria e adequada ao consumo humano nos locais de trabalho para seus empregados rurais.
- 30a. - MULTA POR ATRASO NO PAGAMENTO DAS VERBAS RESCISÓRIAS - Ficam os empregadores obrigados a pagar a cada trabalhador despedido uma multa no valor de um salário diário, por dia de atraso, no caso de não pagamento das verbas rescisórias até o décimo dia do afastamento do empregado, sem prejuízo da correção monetária devida.
- 31a. - ADICIONAL DE INSALUBRIDADE - Fica assegurado ao empregado rural que execute serviços de natureza insalubre ou perigosa o adicional legal respectivo após a constatação da insalubridade ou periculosidade por perícia do setor competente da Delegacia Regional do Trabalho,

facultada a assistência dos respectivos Sindicatos de Empregados e de Empregadores.

32a. - SALÁRIO DA MULHER - É assegurado à mulher trabalhadora, nas mesmas condições de trabalho, salário igual ao do homem.

33a. - SALÁRIO DO MENOR - Fica o empregador obrigado a pagar aos trabalhadores menores de 16 (dezesesseis)anos, a meta de do salário dos trabalhadores adultos.

§ 1º - Em se tratando de serviços por produção, a tarefa do trabalhador rural menor de 16 (dezesesseis) anos, corresponderá à metade da tarefa fixada para o trabalhadoador adulto.

§ 2º - Aos trabalhadores rurais maiores de 16(dezesesseis) anos é assegurado salário igual ao dos trabalhadores Adultos.

34a. - TRANSPORTE EM CASA DE DOENÇA - Fica o empregador responsável pelo transporte, ou seu custeio, do trabalhador ou membro da sua família, em caso de acidente, doença ou parto.

35a. - USO DE LENHA - Ao trabalhador rural fica assegurado o direito de usar, gratuitamente, para consumo doméstico, lenha, desde que existente na propriedade e seu fornecimento não contrarie a legislação.

36a. - MULTA - À parte conveniente que infringir qualquer das cláusulas do presente contrato, será aplicada multa de 1 (um) valor de referência por infração.

- 37a. - HORA-EXTRA - A remuneração da hora extra será acrescida de 30% (trinta por cento) da hora normal, quando não excedente duas horas diárias. Além desse período, a hora extra será remunerada com acréscimo de 50% (cinquenta por cento) da hora normal, vedada a realização de mais de quatro horas extraordinárias por dia de trabalho.
- 38a. - EMPREITEIROS - O empregador se responsabilizará pelos contratos de trabalho dos empregados rurais arregimentados por intermediários ou prepostos seus.
- 39a. - COMUNICAÇÃO EXPRESSA DA RESCISÃO - A rescisão do contrato trabalho do empregado não estável, por iniciativa do empregador, será obrigatoriamente comunicada por escrito, sob pena de ser considerada sem justa causa.
- 40a. - INDENIZAÇÃO DE DESPESAS - Ficam os empregadores obrigados a indenizar as despesas de transporte dos seus empregados para a audiência nas ações de cumprimento da presente convenção, quando a Junta de Conciliação ou o Juízo de Direito tiver sede em município diverso do local de trabalho.
- 41a. - CONTRIBUIÇÃO SOCIAL MENSAL - Fica autorizado o desconto, em folha de pagamento, de contribuição social mensal dos trabalhadores rurais associados, devida ao seu Sindicato na forma estatutária, pelo que ficam os empregadores obrigados a recolher e creditar aos Sindicatos da categoria as quantias descontadas.

§ 1º - O recolhimento ao Sindicato da importância descontada deverá ser feita até o décimo dia subsequente

ao do desconto, sob pena de juros de mora no valor de 10% (dez por cento) sobre o montante retido, sem prejuízo da multa prevista no art. 553 e das comunicações penais relativas à apropriação indébita.

§ 2º - Fica assegurado ao trabalhador rural o direito de suspender ou eliminar, a qualquer tempo, a autorização do desconto, mediante comunicação expressa a seu Sindicato e ao empregador.

42a. - TAXA ASSISTENCIAL - Fica determinado que os empregadores rurais creditarão ou recolherão diretamente aos Sindicatos da categoria profissional a quantia de Cr\$ 2.000 (dois mil cruzeiros) descontados de cada um dos seus empregados, de uma só vez, no prazo máximo de 30 (trinta) dias contados da vigência do presente contrato coletivo, ressalvado o direito de oposição dos não associados, manifestado dentro de 10 (dez) dias.

§ 1º - Os Sindicatos dos Trabalhadores Rurais repassarão 50% (cinquenta por cento) da importância creditada ou recolhida à Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado da Paraíba, nos 10 (dez) dias seguintes ao recolhimento ou crédito previsto no "caput" desta cláusula .

§ 2º - Nos municípios onde não houver Sindicato, o recolhimento ou crédito previsto no "caput" desta cláusula far-se-á em favor da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado da Paraíba.

As presentes reivindicações, em número de 42 (quarenta e duas), foram aprovadas na Assembléia Geral Extraordinária deste Sindicato, realizada nesta data.

7 de outubro de 1984.

- PRESIDENTE -

- SECRETÁRIO -

A N E X O 01

TABELA DE TAREFAS

Para os trabalhadores que executam serviços por produção ou tarefas, fica assegurado o recebimento dos seus salários nos termos da seguinte Tabela:

TÍTULO INORMAS GERAIS

- Item 1 - A medida adotada para a extensão das tarefas é a braça de 2,20m cada uma. Os empregadores se obrigam a adotar instrumentos metálicos de medição de tarefas, sujeitos às normas do Instituto Nacional de Pesos e Medidas e aferidos periodicamente pelo IPEN.
- Item 2 - Entende-se por carga a quantidade de cana transportada por cada animal, com o peso de 170 (cento e setenta) quilos.
- Item 3 - Entende-se por carreira a faixa de cana plantada em cada sulco.
- Item 4 - A capacidade de pesagem de balança não deve ser inferior a 20 quilos, comprometendo-se os empregadores a utilizarem balanças aferíveis pelo Instituto Nacional de Pesos e Medidas.
- Item 5 - A superveniência de aumento salarial por força de legislação pertinente, durante a vigência desta convenção, resultará em aumento proporcional ao preço das

tarefas de que trata esta Tabela.

Item 6 - A pesagem deve ser feita na palha e no mesmo dia.

Item 7 - Ficam vedados quaisquer descontos em folha sobre o sa
lário do trabalhador, a menos que estejam previstos em
lei, acordo coletivo ou convenção coletiva de trabalho.

TÍTULO II

DISCRIMINAÇÃO

A. CORTE DE CANA SOLTA

1. POR TONELADA

a) Queimada	Cr\$	3.242,00
b) Crua	Cr\$	4.358,00

2. POR CARGA

2.1 - CANA BOA

a) Queimada	12 cargas de 170 kgs	Cr\$ 6.803,00
b) Crua	09 cargas de 170 kgs	Cr\$ 6.803,00

2.2 - CANA MÉDIA

a) Queimada	10 cargas de 170 kgs	Cr\$ 6.803,00
b) Crua	07 cargas de 170 kgs	Cr\$ 6.803,00

2.3 - CANA RUIM QUEIMADA OU CRUA

A combinar, ou não havendo entendimento, por diária .

3. POR BRAÇA

3.1 - CANA BOA

a) Queimada	05 carreiras x 15 braças	Cr\$ 6.803,00
b) Crua	05 carreiras x 7,5 braças	Cr\$ 6.803,00

3.2 - CANA MÉDIA

- | | | |
|-------------|----------------------------|---------------|
| a) Queimada | 05 carreiras x 21 braças | Cr\$ 6.803,00 |
| b) Crua | 05 carreiras x 10,5 braças | 6.803,00 |

3.3 - CANA RUIM QUEIMADA OU CRUA

A combinar, ou não havendo entendimento, por diária .

4. CORTE DE CANA COM ENCHIMENTO MANUAL

4.1 - DE CARROÇAS OU VAGÕES NA PALHA

- | | | |
|-------------|---------------|--------------|
| a) Queimada | Cr\$ 5.512,00 | por tonelada |
| b) Crua | Cr\$ 6.803,00 | por tonelada |

4.2 - DE CAMINHÃO NO PONTO

- | | | |
|-------------|---------------|--------------|
| a) Queimada | Cr\$ 6.192,00 | por tonelada |
| b) Crua | cr\$ 7.488,00 | por tonelada |

B. ENCHIMENTO MANUAL DE CANA CRUA OU QUEIMADA

- | | |
|-------------|---------------|
| a) Na palha | Cr\$ 1.135,00 |
| b) No ponto | Cr\$ 1.475,00 |

C. CAMBITAMENTO

- | | |
|-------------------------|----------|
| a) 20 cargas de 100 kgs | 6.803,00 |
| b) 12 cargas de 170 kgs | 6.803,00 |

D. LIMPA MANUAL

- | | |
|--|---------------|
| a) Em terra de areia - 1 tarefa de 10 x 10 braças: | Cr\$ 6.803,00 |
| b) Em terra de barro - 1 tarefa de 08 x 10 braças: | Cr\$ 6.803,00 |
| c) Em massapê - 1 tarefa de 10 x 05 braças: | Cr\$ 6.803,00 |

- d) Em pedregulho - 1 tarefa de 10 x 05 braças:
Cr\$ 6.803,00
- e) Em alagado - 1 tarefa de 10 x 05 braças:
Cr\$ 6.803,00

A presente Tabela de Tarefas foi aprovada na Assembléia Geral Extraordinária deste Sindicato, realizada nesta data.

07 de outubro de 1984.

- PRESIDENTE -

- SECRETÁRIO -

1. - IDENTIFICAÇÃO.

- 1.1 - Nome: _____ 1.3 - Sexo: _____
1.2 - Idade: _____
1.4 - Há quanto tempo mora na rua? _____
1.5 - Antes de vir para cá o Sr. morava onde?
engenho _____ sítio _____ povoado _____ fazenda _____
1.6 - Para que veio o Sr. para cá? Própria _____ Alugada _____
1.7 - Por que o Sr. veio morar na rua?

2. - CONDIÇÕES DE TRABALHO.

- 2.1 - O Sr. trabalha na casa _____ abacaxi _____
2.2 - Para quem trabalha? Proprietário _____ Arrendatário _____
Firme _____
2.3 - Quanto o Sr. ganha por dia _____ por tarefa _____ ou
tros _____
2.4 - Qual o tamanho da tarefa?
2.5 - O Sr. é fichado _____ clandestino _____
2.6 - Já trabalhou fichado? Sim _____ Não _____
2.7 - Quais os serviços que o Sr. faz?
2.8 - Que serviço o Sr. está fazendo agora?
2.9 - O Sr. trabalha através de empreiteiro? Sim _____ Não _____
2.10 - Sempre existiu empreitada? Sim _____ Não _____
2.11 - Desde quando começou a trabalhar por empreitada?
2.12 - Como o Sr. se desloca para o trabalho?
2.13 - Qual a diferença das condições de trabalho do Sr. e das
condições de trabalho do morador?

- 4.4 - Já precisou do Sindicato? Sim _____ Não _____
- 4.5 - Para que o Sr. precisou do Sindicato?
- 4.6 - Já procurou o Sindicato para resolver problemas de indenização, direitos? Sim _____ Não _____
- 4.7 - Tem gente aí dentro? Sim _____ Não _____
- 4.8 - Na sua opinião os trabalhadores conseguem resolver seus problemas sozinho? Sim _____ Não _____
Por que?
- 4.9 - O Sr. tem conhecimento de problemas dos trabalhadores, já resolvidos no Sindicato? Sim _____ Não _____
- 4.10 - Conte como foi:
- 4.11 - O Sr. tem conhecimento de problemas que o sindicato não ajuda a resolver? Sim _____ Não _____
- 4.12 - Conte como foi:
- 4.13 - Na sua opinião os trabalhadores acreditam no Sindicato?
Sim _____ Não _____
Por que?
- 4.14 - O Sindicato tem força para resolver os problemas dos trabalhadores? Sim _____ Não _____
Por que?
- 4.15 - O que impede os trabalhadores de resolver seus problemas?
- 4.16 - O que impede os sindicatos de resolver os problemas dos trabalhadores?